

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**VALIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, HOMOGAMIA E
DINÂMICAS FAMILIARES
UM ESTUDO DE CASO**

Alda Botelho de Azevedo

Tese submetida como requisito parcial para obtenção de grau de
Mestre em Demografia e Sociologia da População

Orientador:

Professor Doutor Mário Leston Bandeira, Professor Catedrático

ISCTE

Dezembro de 2009

**VALIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, HOMOGAMIA E
DINÂMICAS FAMILIARES
UM ESTUDO DE CASO**

Alda Botelho de Azevedo

Resumo

O presente trabalho procura estudar a homogamia e as dinâmicas familiares em torno do processo de Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências (RVCC), o programa governamental de validação das aprendizagens formais, não-formais e informais.

No Capítulo 1 efectua-se a revisão da literatura científica sobre o mercado matrimonial e os capitais individuais. No Capítulo 2 apresenta-se a iniciativa *Novas Oportunidades* e a metodologia da investigação realizada.

O Capítulo 3 reconstitui os percursos escolares, conjugais e familiares dos adultos em processo de reconhecimento na Grande Lisboa, no ano de 2009, através dos dados obtidos na inquirição por questionário.

O Capítulo 4 analisa a distância global entre os cônjuges e os contornos tanto homogâmicos como heterogâmicos. O Capítulo 5 explora as dinâmicas familiares sugeridas pelos resultados dos Capítulos 3 e 4, com base nas informações recolhidas nas entrevistas a indivíduos em processo de reconhecimento de competências.

Os resultados obtidos confirmam a prevalência da regra homogâmica na população estudada. Nos casamentos heterogâmicos, o processo de RVCC favorece a aproximação dos cônjuges quanto ao nível de escolaridade.

Observa-se ainda que os parentes de primeiro grau desempenham um papel activo enquanto agentes motivadores e apoiantes no processo de escolarização do adulto.

Assim, o investimento no capital escolar favorece as relações familiares e estimula o auto-conceito do indivíduo.

Palavras-chave: demografia; educação e formação de adultos; aprendizagem ao longo da vida; validação e certificação de competências; aprendizagens formais, não-formais e informais.

Abstract

This study is based on a research that explores the family dynamics involving the process of Recognition, Validation and Certification of Competences, RVCC, which is the Portuguese program for validating formal, non-formal and informal learning.

Chapter 1 is an overview of previously concluded literature reviews, focusing on homogamy. Chapter 2 presents the *Novas Oportunidades* initiative (New Opportunities), its connection with the RVCC process and family dynamics, and finally the objectives and methodology used in the research.

The reconstitution of the educational, marital and familiar paths enrolled to RVCC in the greater Lisbon area is explained in Part III.

Chapter 4 focuses on the influence of the total distances and shapes of familiar homogamic and heterogamic structures. Chapter 5 explores in more detail some of the family dynamics outlined in Chapters 3 and 4, based on the results collected in interviews with participants in the RVCC process.

The findings indicate the prevalence of the homogamic rule amongst participants. Relatively to heterogamic marriages, the RVCC process reduces the educational gap in couples.

Also, this study highlights the importance of close relatives as an active main motivator and supporter of the upgrade in the scholar project of the adult.

The data analysis suggests that the RVCC process improves the interpersonal relationship among family members and that investment in education increases the self-esteem of the individual.

Keywords: demography; adult training and education; lifelong learning; validation and certification of competences; formal, non-formal and informal learning.

Agradecimentos

Esta dissertação é o resultado de um trabalho realizado com determinação, empenho e motivação. Tais sentimentos foram sempre impulsionados pelo conjunto de pessoas que me rodeiam e a quem agradeço o inestimável préstimo. Com toda a franqueza e cordialidade agradeço:

Ao Professor Mário Leston Bandeira, por ter aceitado orientar esta dissertação, pelo apoio e acompanhamento, pelo seu rigor científico, pelo seu exemplo.

Às Professoras Paula Vicente e Madalena Matos pelas preciosas sugestões metodológicas.

A todos os professores responsáveis pela parte curricular do curso de Mestrado em Demografia e Sociologia da População, por terem partilhado os seus conhecimentos de modo apaixonado e contagiante.

Às direcções, coordenações e equipas dos centros NO, pela receptividade, pelo auxílio na recolha de dados, pela disponibilidade e afabilidade com que me receberam.

A todos os meus amigos e colegas, pelo suporte, pela motivação, pela consideração que demonstram pelo meu trabalho e pela alegria que me transmitem.

Ao Zé, pelo seu amor, pelo seu carinho, pela sua sabedoria. Por segurar o fio do balão que deriva com a brisa. Por partilharmos uma vida a dois condecorada pela felicidade.

Às minhas irmãs, Ana e Ângela, minhas inseparáveis companheiras e amigas, pelas análises críticas, pelas sábias sugestões, pelo amor fraterno que nos une.

Aos meus pais e aos meus avós, por me terem inculcido válidos e nobres princípios como os da equidade, da perseverança, da integridade e da justiça.

À Yara, pela sua preguiça e velhice, por me lembrar que a vida pode ser simples e plena.

A todos os inquiridos e entrevistados, por terem disponibilizado o seu tempo, por terem dado a conhecer as suas vidas familiares, por terem sido tão prestáveis nas suas participações.

Índice

Resumo.....	1
Abstract.....	2
Agradecimentos.....	3
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Mercado matrimonial e capitais individuais.....	5
1. A regra homogâmica.....	5
2. Escolha do cônjuge e mobilidade social.....	10
3. Cenas de encontro.....	15
4. O dote escolar.....	18
Capítulo 2 - Valorização de competências e estratégias de conjugalidade: um estudo de caso21	
1. A iniciativa Novas Oportunidades.....	21
2. População dos Centros NO.....	25
3. Metodologia e apresentação da investigação.....	30
3.1. Amostra.....	41
Capítulo 3 - Percursos escolares, conjugais e familiares.....	47
1. Início da vida conjugal.....	47
2. Capitais escolares, sexo e idade.....	49
3. Interrupção dos estudos.....	55
4. Tentativas de progressão nos estudos.....	59

5. Razões que motivaram a progressão nos estudos.....	62
6. Percursos e pertenças familiares	63
6.1. Relações entre o capital escolar do adulto, dos filhos e dos irmãos	66
Capítulo 4 – As distâncias entre cônjuges.....	68
1. Caracterização dos casais	68
2. Indicador global da distância entre os cônjuges.....	69
Capítulo 5 – Dinâmicas familiares	83
1. Aprendizagem ao longo da vida.....	83
2. Influências das relações familiares no momento de progressão nos estudos.....	84
3. Impacto do processo de RVCC no auto-conceito	86
4. Prosseguimento de estudos.....	87
5. Satisfação com o nível de escolaridade obtido pelos membros da família	89
6. Importância atribuída a um nível de escolaridade semelhante entre os membros da família.....	90
7. Posição dos membros da família e tipo de apoio prestado.....	91
8. Perfis dos adultos em processo de RVCC	96
Conclusões	98
Bibliografia.....	104
Anexos.....	109
Questionário	111
Indicador global da distância entre cônjuges	123

Guião da entrevista.....	125
Transcrição das entrevistas.....	129
Análise de conteúdo das entrevistas.....	141
Perfis dos entrevistados.....	143

Índice de figuras

Figura 1. Exemplo da distância global entre os cônjuges ao longo da união.....	7
Figura 2. Pirâmide etária dos inscritos em Centros NO, nível básico, Grande Lisboa, 2008..	28
Figura 3. Pirâmide etária dos inscritos em Centros NO, nível secundário, Grande Lisboa, 2008	29
Figura 4. Amostra por Centro NO.....	41
Figura 5. Amostra inscrita no nível básico.....	43
Figura 6. Amostra inscrita no nível secundário.....	44
Figura 7. Amostra por estado civil actual	44
Figura 8. Situação actual perante o trabalho do próprio	45
Figura 9. Anos em que os cônjuges se conheceram.....	47
Figura 10. Coabitação no momento do encontro entre os cônjuges.....	48
Figura 11. Nível de escolaridade do próprio	49
Figura 12. Níveis de escolaridade dos próprios, por sexo e grupo etário	50
Figura 13. Nível de escolaridade dos cônjuges	51
Figura 14. Níveis de escolaridade dos cônjuges, por sexo e grupo etário.....	52

Figura 15. Relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge.....	53
Figura 16. Relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge, sexo masculino... 54	
Figura 17. Relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge, sexo feminino..... 54	
Figura 18. Razões do próprio para a interrupção dos estudos.....	56
Figura 19. Razões do cônjuge para a interrupção dos estudos.....	56
Figura 20. Modalidades de ensino frequentadas pelo próprio nas tentativas de progressão nos estudos.....	59
Figura 21. Modalidades de ensino frequentadas pelo cônjuge nas tentativas de progressão nos estudos.....	59
Figura 22. Tentativas de progressão nos estudos do próprio e do cônjuge, por sexo	60
Figura 23. Tentativas de progressão nos estudos do próprio e do cônjuge, por sexo e grupo etário.....	61
Figura 24. Razões que motivaram a progressão dos estudos por importância atribuída (escala de 1 a 7).....	63
Figura 25. Relação entre o número de filhos e a idade do próprio	65
Figura 26. Amostra por grupo etário.....	68
Figura 27. Amostra por estado civil actual	69
Figura 28. Caixa de bigodes do indicador global da distância entre os cônjuges	70
Figura 29. Valores médios do indicador global da distância entre cônjuges por grupo etário	71
Figura 30. Manifestações de apoio por elementos da família nuclear	92
Figura 31. Manifestações de apoio por outros elementos da família	93

Índice de quadros

Quadro 1. Centros NO em Portugal, 2009	25
Quadro 2. Relações de masculinidade dos inscritos em Centros NO por nível de certificação, Grande Lisboa, 2008	28
Quadro 3. Centros NO.....	31
Quadro 4. Temas e categorias utilizadas na análise de conteúdo das entrevistas	40
Quadro 5. Percentagem da amostra em cada quota, relativamente à população.....	42
Quadro 6. Amostra por grupo etário	43
Quadro 7. Circunstâncias em que os cônjuges se conheceram.	48
Quadro 8. Idade com que o próprio deixou os estudos, por sexo e grupo etário	57
Quadro 9. Idade com que o cônjuge deixou os estudos, por sexo e grupo etário	58
Quadro 10. Valores da amostra, valores médios, mínimos e máximos, desvio padrão e coeficiente de variação do indicador global da distância entre cônjuges.....	69
Quadro 11. Valores da amostra, valores médios, mínimos e máximos, desvio padrão e coeficiente de variação do indicador global da distância entre cônjuges por grupo etário	70
Quadro 12. Frequências absolutas, valores médios, mínimos e máximos e desvio padrão do indicador global da distância entre cônjuges por variável	72
Quadro 13. Coabitação por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges).....	74
Quadro 14. Ocupação por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges).....	75
Quadro 15. Profissão por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges).....	75
Quadro 16. Situação actual perante o trabalho por sexo	76

Quadro 17. Profissão actual por sexo.....	76
Quadro 18. Nível de escolaridade dos pais por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)	77
Quadro 19. Nível de escolaridade das mães por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)	78
Quadro 20. Ocupação dos pais por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges).....	78
Quadro 21. Ocupação das mães por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)	79
Quadro 22. Irmãos por sexo	79
Quadro 23. Nível de escolaridade por sexo (após a certificação)	80
Quadro 24. Frequências absolutas e frequências relativas dos casais segundo a sua classificação quanto à distância entre os cônjuges por grupo etário antes e depois da certificação	80
Quadro 25. Resenha da homogamia e heterogamia relativamente às variáveis em estudo	81

Lista de abreviaturas

ANQ – Agência Nacional para a Qualificação

Centro NO – Centro Novas Oportunidades

DGFV – Direcção-Geral de Formação Vocacional

EFA – Educação e Formação de Adultos

IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional

ME – Ministério da Educação

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SIGO – Sistema de Informação e Gestão da Oferta Formativa

Introdução

A nupcialidade, não sendo um fenómeno demográfico, é objecto de estudo para a Demografia porque a sua intensidade e o seu calendário influenciam a intensidade e o calendário da fecundidade. Nesse sentido, a nupcialidade desempenha um importante papel enquanto de “produtor de estruturas” (Dupâquier, 1984, p. 47 e Bandeira, 2004, p. 239).

O panorama nupcial português, retratado e sistematizado por Bandeira (1996) mostra que, em Portugal, ao longo do século XX, a nupcialidade conheceu dois períodos distintos. Nos primeiros 40 anos do século, verificaram-se baixas taxas de nupcialidade, comuns nos regimes tradicionais e que resultavam da eficácia das estratégias de limitação ao casamento praticadas com o intuito de controlo da natalidade. A partir dos anos 40, o mercado matrimonial torna-se mais dinâmico e aumentam progressivamente as taxas de nupcialidade, para atingirem os seus valores mais elevados em 1975 (10,91%). Esta subida reflecte um processo de liberalização do acesso ao casamento que se traduz no rejuvenescimento da idade média ao primeiro casamento e na diminuição do celibato (Bandeira, 1996, p. 266; 306-309).

O abrandamento das tradicionais restrições de acesso ao casamento impulsionou a livre escolha do cônjuge e, por conseguinte, a subida das taxas de nupcialidade. Todo o mercado matrimonial foi revitalizado com a passagem de testemunho do poder de decisão quanto a quem casa com quem.

Na década de 60, é a vaga emigratória que acentua a liberalização do acesso ao matrimónio. Este efeito paradoxal deve-se, principalmente, a dois motivos. Por um lado às características do próprio movimento, pois corresponde a uma emigração de proximidade (sobretudo para países europeus). Por outro lado, este movimento transforma os jovens portugueses, antes trabalhadores rurais nas propriedades agrícolas familiares, em trabalhadores assalariados.

Os jovens portugueses passaram a reunir as condições económicas necessárias à constituição de um novo agregado familiar e a liberdade social para escolherem com quem o pretendem fazer. A liberdade de escolha passou a ser influenciada prioritariamente pelo sentimento amoroso o que, teoricamente, poderia ter conduzido a uma subversão dos determinismos sociais que tradicionalmente impunham uniões “entre iguais”.

Em 1959, Alain Girard (Institut National d’Études Demographiques) dirigiu um grande inquérito sobre a escolha do cônjuge em França e conclui que, não obstante o direito à livre

escolha de um parceiro se mantinha a tendência das pessoas procurarem unir-se a um seu semelhante, ou seja, a regra homogâmica continuava a regular a formação de casais.

Com uma metodologia pioneira neste âmbito, Girard torna mensurável a distância global entre os cônjuges e caracteriza quais as variáveis em que se verifica maior proximidade ou maior distância.

O trabalho que aqui se introduz tem por objectivo conhecer as estratégias individuais face à distância entre os cônjuges através da valorização de qualificações e aquisição de novas competências. Incide, concretamente, na forma como o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (inserido na iniciativa *Novas Oportunidades*), poderá fazer parte de uma tentativa de aproximação do adulto aos capitais escolares do seu cônjuge e/ou de outros parentes de primeiro grau.

Neste sistema de qualificação, o processo de RVCC, valorizam-se as aprendizagens efectuadas ao longo da vida. Cada indivíduo percorre um trajecto de demonstração de saberes para obter a certificação que corresponderá a um nível de escolaridade.

Assim, este sistema provoca alterações àquilo a que Kellerhals se referiu como sendo o dote escolar. Enquanto a metodologia de Girard incidiu sobretudo na comparação dos cônjuges quanto ao estatuto herdado (capitais familiares), Kellerhals considerou que o estatuto que cada indivíduo adquire ao longo da vida se reveste de maior importância após a massificação do ensino que permitiu a igualdade de oportunidades escolares (Kellerhals, 1982). Assim, se conferiu uma nova dimensão ao estudo da homogamia.

Esta perspectiva de Kellerhals parte do pressuposto que o sucesso no processo de escolarização aumenta a probabilidade de mobilidade social através de um casamento entre cônjuges provenientes de famílias com capitais distintos, mas entre indivíduos com semelhantes dotes escolares.

Tomando estes dois autores como ponto de partida, realizou-se um estudo de caso com a população da Grande Lisboa em processo de RVCC. A escolha da abordagem metodológica relaciona-se com o interesse na reconstituição dos percursos escolares, conjugais e familiares dos indivíduos e com a necessidade de compreender o que conduz o adulto ao processo de RVCC e os efeitos desta etapa tanto no casal como nas dinâmicas familiares.

Nesse sentido, foi aplicado um questionário a indivíduos em processo de reconhecimento na Grande Lisboa no ano de 2009. A análise quantitativa dos dados possibilitou a reconstituição dos percursos dos adultos e a mensurabilidade da distância entre os cônjuges. A realização de entrevistas em profundidade permitiu conhecer as dinâmicas familiares suscitadas pela progressão dos estudos.

Das conclusões obtidas salienta-se a prevalência da regra homogâmica na população estudada. Na diferença, ou seja, nos casos de heterogamia, o processo de RVCC promove a aproximação do capital escolar do adulto ao do seu cônjuge e ao dos seus irmãos. Os resultados confirmam a existência de uma estratégia individual de aproximação ao cônjuge e acrescentam que essa estratégia é incentivada, partilhada e apoiada por todos os familiares de primeiro grau. Deste modo, o investimento numa escolarização ao longo da vida é um processo que cria novas dinâmicas familiares e melhora o auto-conceito do indivíduo.

Capítulo 1 – Mercado matrimonial e capitais individuais

1. A regra homogâmica

A homogamia, segundo Singly, determina que “duas pessoas com características sociais idênticas se escolham com mais frequência do que duas pessoas diferentes” (Singly, 1987a, p. 27). Outras definições aproximam-se das palavras deste autor: “tendência para o estabelecimento de vínculos entre pessoas com características comuns, particularmente em relação aos casamentos” (Diciopédia, 2006), ou ainda, eleição de “alguém próximo, um par, uma pessoa que pertence ao mesmo contexto social” (Almeida, 1995, p. 107).

O caminho percorrido desde os casamentos ‘arranjados’ que caracterizavam as sociedades pré-industriais e desde a visão da família europeia enquanto uma unidade de produção económica até à valorização dos laços afectivos e conjugais (Almeida, 1995, p. 104-107) induzirá que o amor foi o grande vencedor da batalha pela livre escolha do cônjuge. “O casamento popular nos séculos passados era geralmente desprovido de afecto, mantendo-se por razões que se prendiam com a propriedade e a linhagem” (Shorter, 1975 p. 63). É compreensível que os níveis de homogamia encontrados nos casais constituídos sob tão rígidas regras fossem tão elevados. Contudo, os estudos mais recentes, ou seja, em período pós-industrial, realizados sobre a sociedade portuguesa continuam a verificar a regra homogâmica (Almeida, Ana Nunes; Sobral, José Manuel e Ferrão João, 1997; Rosa, 2004). Assim esta liberdade de escolha poderá não passar de uma romântica ilusão e o processo de escolha do cônjuge assemelhar-se mais a uma triagem que vai sucessivamente eliminando candidatos do que à actividade do Cupido. O sentimento comumente acusado de ser o responsável pela formação de uma união, só encontra o seu campo de acção depois de um complexo processo de eliminatórias. O amor é importante, talvez sem um descomprometido sentimento de amor, paixão, amizade, admiração, dedicação ou qualquer outro dos muitos substantivos que surgem associados às relações amorosas, seja difícil ultrapassar os obstáculos que se interpõem ao longo de uma vida a dois. Se Singly adianta que “a sociologia do divórcio frequentemente coloca na lista das ‘causas’ da separação a heterogamia” (Singly, 1987b, p. 187), Kellerhals refere que a importância das diferenças originais (ou seja, o nível de homogamia ou heterogamia à data da união) varia em função dos estádios da vida familiar e traduz-se numa importância variável ao longo do ciclo da vida familiar (Kellerhals [et al], 1982, p. 120-121). A reflexão de Kellerhals assume particular interesse pois não só relativiza

a diferença, como parte do pressuposto que o casal, durante a vida a dois, percorre trajectórias que ora esbatem as diferenças existentes relativamente ao ponto de partida ora as acentuam.

A heterogamia, por sua vez, significa a tendência para as uniões entre pessoas com características díspares e, existindo, importa conhecer a natureza dessa diferença. Heterogamia não é mais do que o antónimo da homogamia. Nos casos em que o homem apresenta um capital global superior ao da mulher estamos perante o fenómeno de hipergamia (o tipo de heterogamia mais comum). Se a balança pende a favor do sexo feminino, fala-se em hipogamia.

A prevalência da hipergamia explica-se pelos papéis sociais distintos que homem e mulher ocuparam ao longo dos últimos séculos. A evolução das sociedades modernas ocidentais ditou que a mulher se mantivesse relativamente à margem da escola e do trabalho, em Portugal, pelo menos até à década de 60 do século XX (Almeida, 1995, p. 156).

Esta tradição secular, de acordo com Shorter, tornou os papéis desempenhados por cada sexo rigidamente definidos e a sua infracção seria condenada com a exposição ao ridículo. À mulher rural francesa cabia a “criação dos filhos, a cozinha e as limpezas e lavagens necessárias” (Shorter, 1975, p. 75-77). A natureza destas actividades afasta a mulher do contexto escolar pois os conhecimentos necessários à execução das suas incumbências são transmitidos à jovem por uma mulher mais velha (mãe, avó ou mesmo vizinha). Assim, a jovem é igualmente afastada das actividades produtoras de riqueza, pelo menos de uma forma directa. Isto é, à mulher tradicional estava reservado um papel de relativa dependência do elemento masculino, primeiramente o pai, depois o esposo.

Esta realidade tem vindo a alterar-se nas últimas décadas e “o aparecimento de mulheres trabalhadoras de sucesso e de maridos que cuidam da casa desarranjou as classificações de classe tradicionais baseadas no homem como fonte de sustento de um agregado familiar dependente” (Giddens, 2008 p. 301). Este ‘desarranjo’ conduz aos casos, cada vez mais frequentes, de hipogamia.

Como Singly (1987) sustentou “muitas das uniões não são necessariamente homogâmicas”. Assim, a análise da homogamia *per si* não dá conta das trocas que ocorrem no mercado matrimonial, isto porque nem todas as uniões são entre seres semelhantes e porque homens e mulheres não procuram o mesmo de um casamento (Singly, 1987a, p. 27).

Afigura-se tão interessante estudar a homogamia quanto a heterogamia. Por um lado, se os casos de hipergamia se encontram nas coortes mais velhas como resultado directo do papel feminino e masculino na família e na sociedade, por outro lado, os casos de hipogamia resultam da emancipação feminina, mais notória a partir da segunda metade do século XX.

Apesar de ser fundamental tornar a proximidade ou a distância dos cônjuges mensurável, é importante que essa mensurabilidade permita discernir as verdadeiras diferenças das diferenças aparentes. Analisando um casal cujo elemento masculino tem o ensino superior e o elemento feminino o 6.º ano diremos que são heterogâmicos quanto ao capital escolar. Mas esses indivíduos podem ter constituído uma pequena empresa, gerida pelo próprio casal, factor que lhes confere um estatuto socioprofissional próximo.

Homogâmico ou heterogâmico, o casamento implica um trajecto protagonizado por dois seres e este trajecto poderá tornar os cônjuges mais próximos ou mais distantes no que respeita a variáveis-chave. As linhas dos percursos dos indivíduos não se fundirão numa só após a constituição de uma união. Crê-se, à imagem do pressuposto de Kellerhals (Kellerhals [et al], 1982), que a partilha e a interacção entre dois seres pode ser representada por duas linhas que iniciam um trajecto com uma distância entre si que se altera com o passar dos anos. “O casamento não suprime as propriedades respectivas dos cônjuges” (Singly, 1987a, p. 9) o que fará com que, em vez de duas linhas equidistantes, tenhamos linhas paralelas que em determinados momentos se aproximam e noutros se afastam (Figura 1).

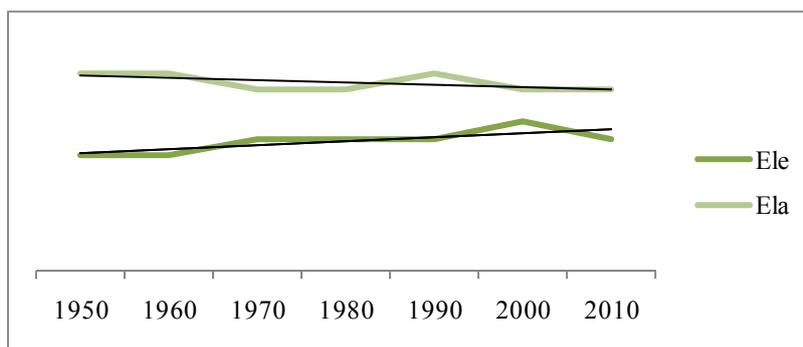


Figura 1. Exemplo da distância global entre os cônjuges ao longo da união

O afastamento das linhas não representará um afastamento afectivo dos cônjuges nem será sinal de ruptura ou crise relacional. Significa que nesse determinado momento as características comuns são em menor número do que outrora. “Os grupos conjugais têm uma

história: assim um casal homogâmico socialmente no início de carreira conjugal não o será necessariamente no fim” (Singly, 1987b, p. 182).

Para que determinada união prossiga, a renegociação das diferenças e semelhanças entre os cônjuges deve ser uma tarefa conjunta. Doutra forma, o desacordo que daí advirá, conduzirá a uma situação de conflito. A harmonia poderá ser restabelecida quando um dos cônjuges ceder ou ambos deixarem de considerar essa variável importante.

Ao nível conceptual importa ainda distanciar semanticamente os conceitos de homogamia e heterogamia dos de endogamia e exogamia. Apesar de ambas as dicotomias se referirem às características dos cônjuges, a endogamia refere-se ao casamento realizado dentro do mesmo grupo, por oposição, a exogamia aplica-se ao casamento verificado fora do grupo (Goode, 1970 p. 61). A relação entre estes conceitos é complexa e alude à relevância da dimensão global da homogamia em detrimento de perspectivas direccionadas (homogamia geográfica, educativa, religiosa, socioprofissional, entre outras). Um casamento globalmente homogâmico pode ser endogâmico, mas também pode ser exogâmico. Um chinês de segunda geração residente em Portugal, apesar de poder ter uma pertença étnica diferente da de uma jovem descendente de uma família transmontana, poderá ter em comum factores como a escolaridade, a profissão, a residência, o quotidiano e ainda questões como os gostos musicais ou literários.

Alain Girard, com o seu trabalho *A escolha do cônjuge* (1981), é uma referência no estudo da homogamia devido à abordagem inovadora e ao relevante contributo para a compreensão deste fenómeno. Tomando como unidade de observação o casal, Girard, em 1959, aplicou um inquérito a 1646 casais residentes em 144 localidades francesas. A sua equipa recolheu dados acerca dos sujeitos e dos respectivos cônjuges, das circunstâncias do casamento, das opiniões e atitudes gerais sobre o casamento. Este estudo destaca-se pelo cálculo da distância global entre os cônjuges através da aplicação de um sistema de pontuação a 12 variáveis¹.

¹ O autor recorreu como factores de proximidade ou distância entre os cônjuges como a nacionalidade, o número de habitantes da localidade de nascimento, a localização geográfica da localidade de nascimento, o nível de estudos, a religião, a localidade de residência no momento do casamento, o número de locais habitados desde o nascimento ao casamento, a profissão actual do marido e profissão da esposa antes do casamento, a nacionalidade e profissão do pai de cada cônjuge, a profissão actual do marido e profissão do sogro. A estas variáveis foi aplicado um sistema de pontuação a que 1 ponto correspondia a grande distância, 4 pontos a relativa proximidade e 7 pontos a proximidade. A soma dos pontos obtidos nas diferentes variáveis consistia no índice global de cada unidade amostral, o casal.

O índice médio obtido situou-se nos 69,7 pontos (num mínimo de 12 e um máximo de 84 pontos). 79% dos casais obtiveram entre 60 e 79 pontos. O contributo de Girard nos estudos sobre a família reveste-se da maior importância por ter criado e implementado um sistema que permite mensurar a homogamia na sua perspectiva mais abrangente, mas igualmente importante é a sua análise da homogamia por dimensões. Quanto à homogamia geográfica sabe-se ter tido forte influência na constituição das uniões estudadas, na década de 60, na sociedade francesa, pois os cônjuges de 7 em cada 10 casamentos têm as mesmas origens geográficas.

Ao nível social e cultural, a homogamia na sociedade francesa de então representava 69% (Girard, 1981, p. 188-192). De alguma forma, estes resultados contribuíram para que Kellerhals sistematizasse a homogamia em três linhas interpretativas (psicológica, economicista e probabilística). No que concerne à perspectiva psicológica, os indivíduos tendem a desenvolver sentimentos afectuosos por pessoas com gostos e hábitos semelhantes, isto é, pessoas similares ao nível sociocultural (Kellerhals [et al], 1982, p. 68).

Neste nível será prudente relacionar a homogamia sociocultural com a homogamia geográfica, tal como o fizeram Girard, Bozon e Goode nos seus trabalhos (Girard, 1981 p. 191); (Bozon, 1991 p. 23);(Goode, 1970 p. 62). A homogamia social, por vezes, constitui o prolongamento da homogamia geográfica. Um bairro operário será habitado maioritariamente por operários e suas famílias e terá um cenário social distinto dum bairro de pescadores. Ora neste sentido, e tendo em consideração a importância das cenas de encontro na escolha de cônjuge, as uniões tendem a efectuar-se num espaço geográfico delimitado e, por conseguinte, num espaço sociocultural também pré-determinado, daí que Kaufmann, para além de falar na escolha do cônjuge, saliente a “descoberta” do cônjuge (Kaufmann, 1993 p. 18)

Em Girard, 66% dos inquiridos casaram com alguém com o mesmo nível de instrução; a observação de 550 jovens famílias suíças por Kellerhals [et al] regista 51% de cônjuges com a mesma escolaridade; e por último, a equipa de Almeida, em 1997, após inquirir e 290 sócios de empresas constituídas entre 1990 e 1993, nos concelhos de Loures e Barreiro, refere que “nenhum dos licenciados tem como parceiro alguém com um nível de instrução equivalente à instrução primária – nem tão pouco algum sócio gerente com a 4ª classe casou com alguém com diploma universitário” (Almeida, Ana Nunes; Sobral, José Manuel e Ferrão João, 1997, p. 889).

2. Escolha do cônjuge e mobilidade social

Recuperando as palavras de Girard: “a igualdade de direito corresponde a uma desigualdade de facto, à igualdade de oportunidades responde a desigualdade de êxitos” (Girard, 1981, p. XXIX). A representação social de diversidade, autonomia, direito à diferença, multiculturalismo, alcançou o casamento à medida que, paulatinamente, no processo da escolha do cônjuge, os pais perderam o poder decisório para os filhos nas sociedades ocidentais como a portuguesa². Porém, isto não significa que a passagem do arco e flecha do Cupido tenha despoletado alterações profundas no lugar que os indivíduos ocupam no mercado matrimonial. Em parte, isto acontece porque o legado fraterno não se resume ao poder decisório, abrange sim um vasto conjunto de outras características das quais destacamos as de natureza sociocultural pela sua influência na tomada de decisão.

A constituição de uma união parece resultar de um processo que tem pouco de casual. É antes o resultado de um complexo processo de cedências, de negociação de interesses, gostos, objectivos, projectos. A idílica visão do ‘amor à primeira vista’ tem subjacente a ideia de que a aparência física é um dos parâmetros de escolha mais importantes do cônjuge. De facto, estudos anteriores sobre a nupcialidade francesa referem que 67% dos homens e 52% das mulheres concordam que “a atracção física por alguém conta em todas as idades” (Bozon, 1991a, p. 92). Não obstante, salienta-se que se a primeira impressão determina o desejo, estimula a curiosidade, a existência de universos de referência comuns determina a constituição de uma união.

No meio desta liberdade condicionada, parece subsistir uma regra que se estende à conjugalidade – a regra homogâmica. Muito embora esta regra possa continuar a ter como especificidade assinalável os seus casos atípicos, na verdade, persistirá, no mínimo, uma tendência para que os protagonistas das uniões partilhem semelhanças em características como a idade, o estado civil anterior, a escolaridade ou o estatuto sociocultural. A homogamia pode revestir-se de vários contornos e no mercado matrimonial determinadas características serão mais relevantes do que outras.

² Girard no seu inquérito “Le choix du conjoint” verificou que 79% dos rapazes e 85% das raparigas, em média, não consultavam os pais sobre o parceiro eleito (Girard, 1981:152).

Também o nível de exigência homogâmica dependerá de factores endógenos e exógenos. Ao nível endógeno: quanto mais novo, quanto mais escolarizado, quanto mais rico, quanto mais bonito for o indivíduo, maior é o seu valor no mercado matrimonial. Esse indivíduo pode ser mais exigente na selecção do seu parceiro. Ao nível exógeno: a pertença a maiorias (étnicas, religiosas, entre outras) faz com que a oferta seja em maior número, por conseguinte, mais podem ser os critérios de selecção (Goode, 1970, p. 64-65). No mercado matrimonial cada um joga os seus trunfos e vê reconhecido o seu valor social (Singly, 1987b, p. 188). No momento da negociação das semelhanças e dissemelhanças entre os cônjuges, quanto mais jovens são os actores sociais mais preponderante será a influência dos pais e, por conseguinte a herança cultural, social e económica. Em idade escolar, por exemplo, período onde pode iniciar-se o encantamento que conduzirá ou não a uma união, o valor matrimonial do indivíduo corresponde à soma de um conjunto de variáveis mais ou menos valorizadas consoante os casos³. Daí que Goode refira que “o estudante talentoso e pobre, por exemplo, é aconselhado a casar tarde, porque depois de comprovada a sua capacidade, ele poderá encontrar melhor partido.” (Goode, 1970 p. 66)

À medida que entra na adultez, o indivíduo quase que se liberta de um cordão umbilical ganhando autonomia e individualidade. Aí sobressaem as características individuais, ou seja, o estatuto que o indivíduo adquiriu ao longo do seu percurso. A escolaridade e a profissão são variáveis que irão aliar-se ao estatuto socioprofissional herdado para resultar no capital individual que terá cada um no mercado matrimonial (Singly, 1987b, p. 28).

Mas a libertação desse cordão umbilical com os pais, dá lugar ao estabelecimento de uma nova relação, desta feita com o cônjuge. E assim, cada indivíduo sofre um processo de metamorfose: à soma do capital herdado e do capital adquirido adiciona-se ainda o capital do cônjuge, o que resultará numa promoção ou despromoção social. E “a ascensão pelo casamento deriva do capital escolar acumulado pela mulher. As filhas de trabalhadores assalariados que no seu casamento efectuaram uma mobilidade ascendente distinguem-se das filhas de trabalhadores assalariados em mobilidade descendente por um dote escolar superior no mínimo de três anos.” (Singly, 1987a, p. 29)

³ Neste âmbito são valorizadas questões como a personalidade, a aparência física, o legado familiar, os gostos e interesses individuais, entre outros.

Talvez hoje, mais do que outrora o potencial valor do estatuto adquirido ganhe importância, não num carácter de substituição das variáveis associadas ao estatuto herdado, mas sim com carácter de complementaridade. Aquando os casamentos ‘arranjados’ entre os pais, ao jeito de alianças ou coligações, era particularmente relevante o meio de origem, para perceber os meandros da escolha do cônjuge. É neste sentido que Girard e Kellerhals trabalham o estatuto socioprofissional dos pais dos cônjuges (Girard, 1982; Kellerhals, 1982). A indefinição, a precariedade ou a inexistência de um papel feminino activo no mercado de trabalho justifica que apenas os elementos masculinos pertençam ao universo de estudo.

Recuperando uma das linhas interpretativas para a homogamia segundo Kellerhals, a perspectiva economicista do casamento é de suma relevância (Kellerhals [et al], 1982, p. 68). De acordo com esta abordagem, o casamento é encarado como uma estratégia para a conservação ou para o aumento do capital económico familiar, tal como já Shorter, em 1975, já havia referido.

Partindo do princípio da livre escolha do cônjuge, o estatuto adquirido ganha especial interesse. A massificação do acesso à escolarização permite não só uma mobilidade maior que outrora, mas também coloca lado a lado diferentes classes sociais, aumentando a probabilidade de se encontrarem duas pessoas com estatutos distintos seja ao nível económico, educacional, geográfico, religioso, entre outros. O nível de instrução é um indicador interessante, especialmente após a implementação de medidas de promoção da escolarização da população portuguesa. Desde a promulgação do artigo 74º da Constituição da República Portuguesa que o ensino em Portugal é universal, obrigatório e gratuito. Desde Agosto de 2009 a escolaridade é obrigatória até aos 18 anos (Lei n.º 85/2009).

Na sociedade portuguesa, à data do estudo de Almeida, Sobral e Ferrão (Almeida, Ana Nunes; Sobral, José Manuel e Ferrão João, 1997, p. 875), o contexto social era já outro, daí que as variáveis eleitas pela autora realcem a importância do estatuto adquirido do indivíduo.

Girard quantificou a importância que os cônjuges atribuem ao nível de instrução: em média 49% dos homens e 53% das mulheres reconhecem esta como uma dificuldade ultrapassável, o que diminui significativamente a frequência relativa daqueles que não dão importância a esta diferença no casal (38% das respostas masculinas e 32% das femininas). Por estar directamente relacionado com o nível de instrução e a profissão, o nível de vida, obtém maior

pontuação na primeira categoria estabelecida pelo autor (“uma causa de desentendimento no futuro”). Assim, em média, 18% dos homens e das mulheres escolheram esta resposta.

Nas sociedades tradicionais “o sistema de selecção dependia das classes sociais. Entre os camponeses abastados eram provavelmente os próprios pais que combinavam o casamento, muitas vezes ainda os membros do casal eram crianças”, mas a grande parte dos casais era formado através de um processo de livre escolha do cônjuge. (Shorter, 1975, p. 151-152)

Daí se compreenda que, segundo os resultados obtidos por Roussel, em 1975, as classes superiores apresentem índices de homogamia mais elevados comprovando que, mesmo no século XX, a escolha do cônjuge é o resultado de uma estratégia hermética de manutenção de riqueza (Roussel, 1975, p. 59).

Também Singly (1987a e 1987b) havia referido que a estratégia matrimonial abrangia casar com alguém com valor comparável ou valor superior ao seu como forma de proteger os seus interesses (Singly, 1987a, p. 27); (Singly, 1987b, p. 188).

Este paralelismo que envolve o estatuto adquirido e o estatuto herdado do indivíduo é importante a dois níveis. A jusante, o estatuto herdado condiciona fortemente o matrimónio, a montante o estatuto adquirido revoluciona os termos em que se desenrola a escolha do cônjuge.

A caracterização do indivíduo é composta por variáveis que podem ser englobadas no estatuto herdado (escolaridade dos pais, situação perante o trabalho dos pais, profissão dos pais, constituição do agregado familiar, pertença étnica) e no estatuto adquirido (escolaridade, estado civil, religião, coabitação, localidade de residência, profissão, situação perante a profissão).

Se relativamente às características agrupadas segundo a origem familiar podemos dizer que todas elas são imutáveis pelo indivíduo, nas características individuais temos características tanto mutáveis como imutáveis ao longo da vida. Efectivamente, não é possível alterar a idade, a pertença étnica ou a profissão dos pais. Mas qualquer um de nós pode aumentar o seu nível de instrução, alterar o seu estado civil, converter-se a outra religião, mudar de residência, de profissão, alterar a sua situação perante a profissão.

Assim, arriscamo-nos a considerar que algumas características são de maior importância para o casal no momento da constituição da união pois são imutáveis. Apesar do (des)agrado que suscitem no cônjuge tiveram de ser por ele aceites ou toleradas para a união ter tido lugar. Essa tolerância faz parte das estratégias matrimoniais dos actores sociais e nela poderão inserir-se todas as variáveis referentes ao estatuto herdado do indivíduo, pois não são espectáveis ou até possíveis alterações da pertença étnica, do estatuto socioprofissional dos pais, entre outras.

Pelo contrário, outras características, muitas delas pertencentes ao estatuto herdado do indivíduo, são mutáveis, podem ser alteradas de forma a se aproximarem ou não da posição de partida do cônjuge. Neste caso, talvez uma das variáveis mais fáceis de alterar seja mesmo a escolaridade pois o acesso à escolarização tem-se tornado mais fácil e menos oneroso. Esta característica assume especial importância porque as alterações a ocorrerem têm de ser num sentido ascendente, não podemos abdicar de um grau de escolaridade, mas podemos sempre atingir um patamar superior.

Tomando um outro exemplo, a situação perante a profissão será das características mais mutáveis e essas alterações tanto podem ser num sentido positivo como negativo. Se um casal se constituiu num momento em que ambos estão integrados no mercado de trabalho, se um dos elementos ficar desempregado, os percursos de vida não só se distanciaram relativamente à posição inicial como o estatuto socioprofissional do casal sofreu uma despromoção. Cabe ao casal delinear a estratégia de resposta às novas circunstâncias e também a gestão do fosso criado entre os cônjuges.

Numa estratégia de fazer face a novos contextos e novas exigências profissionais, e no que à população adulta diz respeito, o programa europeu *Nunca é Tarde para Aprender* (Comissão das Comunidades Europeias, 2007) veio revolucionar as práticas de escolarização da população. Assim o indivíduo pode, independentemente da idade e da situação perante a profissão, escolarizar-se e/ou qualificar-se. O capital escolar tornava-se, de grosso modo, estático a partir da entrada do indivíduo no mercado de trabalho. Presentemente, é dinâmico e passível de alteração em qualquer idade.

O percurso escolar e formativo de cada indivíduo é hoje percebido de forma longitudinal. É esse o princípio do conceito de aprendizagem ao longo da vida. Esta perspectiva compreende “todas as actividades de aprendizagem decorridas ao longo da vida que

resultaram num aumento de conhecimento, saber-fazer, aptidões, competências e/ou qualificações por razões pessoais, sociais e/ou profissionais” (European Centre for Development of Vocational Training, 2007, p. 46).

3. Cenas de encontro

Os espaços físicos onde os cônjuges se cruzaram é um tema que tem sido alvo de diversos estudos e análises. De particular relevância devido à amplitude cronológica é o trabalho realizado por Bozon (Bozon; Héran, 1987). A recodificação das cenas de encontro obtidas pelo este autor e por Girard (Girard, 1981) permitiram um estudo comparativo dos casais que se conheceram entre 1914 e 1984. Sabemos assim que, na sociedade francesa e neste período, os cônjuges conheceram-se em ambientes como:

- Baile; boíte, discoteca, festa pública;
- Festa de família, festa entre amigos, associação, desportos ou animação;
- Saída, espectáculo, lugar público ou local de férias;
- Escola, trabalho;
- Encontro em casa particular, inclusive encontros ‘arranjados’;
- Conhecimento anterior, vizinhança, anúncios, agência (Bozon; Héran, 1987, p. 951).

A importância de cada um destes espaços ao longo do tempo não é idêntica. O tempo fez com que o baile desse lugar à discoteca e às festas entre amigos. A vizinhança deu lugar aos lugares públicos. Tornaram-se menos frequentes os encontros em casa particulares, talvez porque diminuiu também a importância dos casamentos ‘arranjados’. A escola tornou-se um local mais frequente, talvez por se ter tornado um espaço ao alcance de todos. Também os destinos de férias passaram a ter maior importância, o que se poderá justificar com base na alteração das actividades levadas a cabo neste período. O desenvolvimento dos transportes, a ampliação das redes terrestres, aéreas e marítimas tornaram os destinos mais próximos e as deslocações mais acessíveis. Com a industrialização, talvez o tempo que não é dispendido nos estudos ou trabalho não seja tão utilizado com os trabalhos agrícolas. Ao invés surgem actividades de lazer, tal como também sugere a subida de cenários de encontro como o das associações e desportos. Sempre regular ao longo destes 70 anos de análise é local de trabalho, pois corresponde ao espaço físico onde se os trabalhadores assalariados se encontram grande parte do seu tempo.

Relativamente ao caso português, nesta nova sociedade que emerge da deposição de um regime político ditatorial, o conceito de liberdade parece associar-se ao conceito de direito, ou seja, os indivíduos sentem o direito e a livre vontade para se associarem a quem desejarem. As relações sociais que se estabelecem no quotidiano quer nos espaços de trabalho quer nos espaços destinados ao lazer são espontâneas, abertas e independentes, mas paradoxalmente, ou não, continuam a operar-se dentro de um círculo bastante circunscrito. Estas relações são estabelecidas segundo critérios rígidos como a proximidade geográfica e as cenas de encontro, os interesses culturais comuns e os espaços escolhidos para cultivar esses interesses, os projectos de futuro, os percursos e até os recursos para os concretizar.

Em Portugal, um estudo sobre a homogamia entre os sócios de empresas recém-criadas, nos concelhos de Loures e Barreiro, concentrou-se no estatuto adquirido do indivíduo e analisou a perpetuação da homogamia. Os locais de encontro mais referenciados pelos entrevistados pouco escolarizados e provenientes de um meio rural foram a aldeia, o bairro, o baile e a escola primária. Nesta franja da população inquirida sobressaem locais de encontro que se reportam a “estratégias de sociabilização das crianças: uma estada curta na escola, uma entrada precoce no mercado precário dos empregos agrícolas ou industriais (Almeida, Ana Nunes; Sobral, José Manuel e Ferrão João, 1997).

Do outro lado da escala educacional, ou seja, junto dos sócios mais qualificados, os autores verificam outras formas de sociabilização, ligadas a uma escolaridade mais prolongada e a um capital profissional que permite outras formas de sociabilidade, surgindo a referência ao liceu ou à universidade como preponderante nas cenas de encontro. (Almeida, Ana Nunes; Sobral, José Manuel e Ferrão João, 1997, p. 890-893)

Rodrigo Rosa, ao estudar a proximidade socioprofissional dos cônjuges a partir do inquérito *Famílias no Portugal Contemporâneo*, em 1999, concluiu que “para a forte homogamia socioprofissional junto das mulheres mais qualificadas terá contribuído o facto de a escola, a faculdade, os contextos de lazer ou as redes amicais funcionarem como locais e circunstâncias que favorecem o encontro entre os mais dotados de recursos educacionais” (Rosa, 2004, p. 137).

A classe socioprofissional como factor determinante dos locais de encontro na constituição de uniões já havia sido identificada por Bozon e Héran (Bozon, et al., 1988) quando analisaram os dados recolhidos pela equipa de Girard (Girard, 1981). Assim, se entre as classes populares

os locais de encontro públicos mais recorrentes são os bailes, as feiras, a rua, os cafés, o cinema, os meios de transporte; nas classes superiores os locais de encontro tornam-se mais privados, como é o caso de associações, escolas, trabalho, restaurantes, concertos, entre outros (Bozon; Héran, 1988, p. 125).

Tendo em consideração a caracterização das cenas de encontro feitas por Girard e Bozon no que respeita à sociedade francesa e tanto pela equipa de Almeida como por Rosa quanto ao contexto português, parece plausível considerar que os locais de encontro não são aleatórios, são antes definidos e definíveis consoante a caracterização sociodemográfica dos cônjuges. Da mesma forma, não são ilimitados, a diversidade de locais que serviram e servem como cenário ao encontro dos indivíduos é relativamente restrita.

Apesar de hipoteticamente qualquer indivíduo poder cruzar-se com outro e iniciar uma relação social, a probabilidade de isso acontecer pode ser elevada ou quase nula. A este nível não está apenas a probabilidade do encontro em jogo, mas também a disponibilidade, a receptividade a novas relações. Se é verdade que em qualquer espaço público dois desconhecidos se podem cruzar, é igualmente verdade que será mais fácil estabelecer uma relação num jardim público, numa biblioteca, numa praia do que numa estação de metropolitano em hora de ponta. Podemos assim sugerir que numa mesma sociedade, no mesmo espaço e em simultâneo coexistem pequenos círculos sociais onde se inscrevem os indivíduos de acordo com características específicas. Podemos identificar círculos como o dos jogadores de determinada actividade desportiva, o dos residentes num bairro, o dos alunos de uma escola, o dos trabalhadores numa empresa, entre outros. Não quer isto dizer que em cada círculo tenhamos de encontrar todas as possibilidades de cruzamento, pois forçosamente cada indivíduo pertence a mais do que um círculo, significa sim que existe uma limitação real e concreta associada a cada ser social.

Quanto mais acessível, público, é um local de encontro, maior é a possibilidade de cruzamento entre duas pessoas. Por oposição, quanto mais restrito, privado, mais circunscrita é a probabilidade de quaisquer duas pessoas se cruzarem. Assim se fundamenta a importância da análise das circunstâncias de encontro no estudo da homogamia. As cenas de encontro condicionam fortemente a escolha do cônjuge, dando um forte contributo para a subsistência da regra homogâmica. Este domínio geográfico assume tanta importância que é apontado por Kellerhals como uma das três linhas de interpretação da homogamia, a interpretação probabilística. De acordo com esta linha de pensamento, a homogamia é fruto de uma

probabilidade: se pessoas semelhantes frequentam e se movimentam nos mesmos espaços sociais, a probabilidade de cruzamento com um par é superior à probabilidade de cruzamento com um ser com características ímpares (Kellerhals [et al], 1982, p. 67-68). Concluindo, “cena de encontro atípica, escolha de cônjuge atípica” (Bozon; Héran, 1988, p. 139).

4. O dote escolar

Singly (1987) já havia referido a importância da escolaridade no conjunto dos trunfos colocados em jogo no momento de escolha do cônjuge. De acordo com o investigador, o dote feminino é inflacionado nos casos em que a mulher apresenta um nível de escolaridade ao nível do ensino superior ou técnico, isto porque interfere positivamente na probabilidade de se tornar uma trabalhadora assalariada (Singly, 1987a, p. 88). Contudo, se um bom nível escolar pode valorizar a mulher, também pode aumentar o celibato feminino. O mesmo autor verificou taxas de celibato mais elevadas nas mulheres mais escolarizadas do que nas mulheres pouco escolarizadas. Verificaram-se ainda valores mais baixos nas taxas de celibato masculino dos indivíduos com um elevado capital escolar, do que os valores encontrados para o sexo feminino. Estes dados evidenciam que homens e mulheres não valorizam os mesmos aspectos no processo de formação do casal (Singly, 1987a, p. 158-1635).

Também o denominado de ‘fenómeno da mulher graduada’ alerta para a relação entre a escolarização e a nupcialidade. Em Singapura, a partir dos anos 80, verificou-se o aumento da idade média de primo-nupcialidade e, por conseguinte, o aumento da idade média do nascimento do primeiro filho. O acesso à escolarização e o investimento no capital escolar das mulheres foi tão elevado que os homens graduados deram sinais de preferência por mulheres pouco escolarizadas, em detrimento das com igual habilitação académica. Para este facto contribuiu o lado conservador da comunidade chinesa (80% da população singapurense) que considera ser um dever masculino o sustento da família. Em Singapura, conjuga-se a preservação dos valores confucianos da família, do trabalho e do Estado com os de uma cidade de estado altamente tecnológica, capitalista e o principal centro económico do sudoeste asiático. No sentido de travar este fenómeno sociodemográfico, o governo colocou em prática um conjunto de medidas financeiras de incentivo à procriação dos casais mais escolarizados (Lyons-Lee, 1998).

O nível de escolaridade dos cônjuges constitui uma importante variável para conhecer a distância ou a proximidade existente no casal. O cruzamento de um conjunto de três variáveis, duas de natureza estrutural, o sexo e a idade, e outra relacionada com o estatuto sociocultural

do indivíduo, o seu dote escolar, resulta na informação demográfica que baseia a maioria dos estudos sobre a homogamia educativa. As fontes de informação demográfica, por excelência, destes estudos são os censos.

Em Espanha, os censos de 2001 permitiram a Esteve e Cortina apurar que o índice de homogamia educativa é de 79% para a coorte de 1920-29 e que este índice diminui progressivamente até aos 53% na coorte de 1960-69 (Esteve; Cortina, 2005, p. 12). No mesmo sentido, Birkelund e Heldal quanto à sociedade norueguesa estimaram que na coorte mais velha em estudo (1900-1909) a homogamia educativa aproximava-se dos 70%, enquanto na coorte mais nova (1950-1959) este número caía para os 40% (Birkelund; Heldal, 2003, p. 8).

O presente estudo, para além de uma abordagem à escolha do cônjuge, pretende incidir sobre a vida em casal, sobre as estratégias adoptadas para diminuir as diferenças educativas e desfrutar das semelhanças.

Vimos que a escolha do cônjuge é um processo complexo e que a gestão das semelhanças e das diferenças não termina no momento da união ou do matrimónio, prolonga-se pela vida em casal. Compromisso assumido, o processo de negociação inicia uma nova etapa que passa pela construção de um projecto de vida cujos objectivos sejam partilhados. O jogo de concessões estende-se e cada elemento do casal procura simultaneamente exercer e receber uma influência positiva sobre e do seu par. Nesse cenário ganham vida as sugestões, os conselhos, as opiniões e as espontâneas conversas que preenchem o quotidiano dos cônjuges tornam algumas diferenças mais significativas do que outras.

As diferenças quanto ao grau de escolaridade são conhecidas pelos cônjuges no momento em que ocorre a constituição da união, e a importância atribuída a esta diferença manter-se-á semelhante ao longo da vida a dois. O investimento na educação pode ser entendido como uma estratégia de aumentar o património familiar (Singly, 1987a, p. 28) e se efectuado antes da união este investimento faz parte de uma tentativa de incrementar o valor individual. Quando ocorre após a união, este investimento pode corresponder a uma estratégia conjunta de aumento do património familiar ou a uma estratégia individual de aproximação ao capital do cônjuge.

O dote escolar de cada um terá uma forte influência na sua empregabilidade e, por conseguinte, casais heterogâmicos quanto à escolaridade sê-lo-ão também relativamente ao estatuto socioprofissional. Ainda por extensão, as actividades sociais do grupo de pares de cada um poderão ser substancialmente diferentes, o que poderá resultar na existência de cenários sociais onde os actores desempenham papéis diferentes e, por isso atingem graus de satisfação diferentes. Estas diferenças, para além de difícil gestão, poderão constituir um sério entrave à sociabilização, conduzindo à opção de estarem sós, em detrimento a rodearem-se de um grupo social com que um não se identifica.

Esta clivagem na escolaridade de um dos cônjuges, poderá ainda ser fonte de desconforto no seio familiar. Junto da família do cônjuge, o elemento menos escolarizado poderá sentir-se desvalorizado pela família do cônjuge e o indivíduo mais escolarizado poderá sentir-se sobrevalorizado. Em situação limite, a convivência do casal com as famílias de ambos poderá também constituir motivo de conflito.

Naturalmente existirão casais em que a diferença de escolaridade não exerce qualquer influência social, contudo considera-se este item é importante no momento da constituição da união e no trajecto que cônjuges percorrem daí em diante. Talvez por isso também esta seja uma questão passível de renegociação ao longo da vida.

Capítulo 2 - Valorização de competências e estratégias de conjugalidade: um estudo de caso

1. A iniciativa *Novas Oportunidades*

Um comum diálogo poderá ser o enquadramento ideal para alguém sugerir a outrem que retome os seus estudos. Independentemente do capital escolar individual, perante o desabafo de um desempregado a quem foi recusado um emprego devido à sua baixa escolaridade, por exemplo, surgirá de modo natural e descomprometido o conselho ou a sugestão de que existe a possibilidade de investir mais no seu percurso escolar. É aqui que os caminhos das dinâmicas familiares se cruzam com a iniciativa *Novas Oportunidades* e, mais precisamente, com o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Foi nas últimas duas décadas que emergiu e se operacionalizou o conceito de Educação e Formação de Adultos. O Plano de Acção para a Educação de Adultos da Comissão das Comunidades Europeias, *Nunca é Tarde para Aprender*, pretende fazer face aos desafios sociodemográficos que se avizinham. A estratégia adoptada inclui: o aumento do nível de qualificações e das competências da população activa como forma de combater a escassez de mão-de-obra não qualificada provocada pelas mudanças demográficas; a garantia de uma nova oportunidade de escolarização àqueles que precocemente abandonaram o ensino; o aperfeiçoamento das competências dos adultos com menos oportunidades como forma de promover a inclusão social e combater a pobreza; o reforço da integração dos migrantes e o aumento da participação na aprendizagem ao longo da vida (Comissão das Comunidades Europeias, 2007, p.3).

Por conseguinte, na actualidade e num futuro próximo os esforços concentram-se no programa *Novas Oportunidades. Aprender Compensa*, uma iniciativa que congrega esforços do ME e do MTSS no sentido de aumentar a escolaridade da população ao nível do ensino secundário.

A iniciativa *Novas Oportunidades* tem como objectivo “fazer do nível secundário o patamar mínimo de qualificação de jovens e adultos” (MTSS / ME, 2007). Neste sentido, pretende-se a qualificação de 1 000 000 de activos até ao final do ano de 2010. Até 2007, entre certificações concedidas a partir de processos de RVCC e cursos EFA, em Portugal, foram qualificadas 97 260 pessoas. Nos objectivos desta iniciativa encontramos as medidas que

visam criar o enquadramento necessário à escolaridade obrigatória de doze anos, alteração essa amplamente debatida na arena política.

A estratégia de divulgação formal da iniciativa *Novas Oportunidades* tem estado a cargo da ANQ, mas igualmente importantes são os canais de divulgação informais, dos quais se destaca a família.

Os Centros NO, tutelados pela ANQ, são as estruturas de apoio e os espaços públicos que constituem a porta de entrada para a qualificação da população activa portuguesa. Os centros distribuídos por todo o país congregam em si, não só o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mas também toda a orientação da formação profissional de dupla certificação (escolar e profissional).

O adulto que se dirige a um destes centros é acolhido e orientado por um técnico de diagnóstico e encaminhamento que determinará, conjuntamente com o adulto, qual a certificação pretendida (escolar, profissional ou ambas), qual a oferta formativa que melhor se adequa aos interesses, competências e disponibilidade do adulto e que entidades formativas dispõem da modalidade seleccionada.

A iniciativa *Novas Oportunidades* constitui um marco importante naquilo que constitui a educação/formação em Portugal porque inicia um caminho pioneiro a par de países europeus como a Irlanda ou a Suíça para a validação das aprendizagens não-formais e informais com base na construção de um portefólio⁴ (Singh, 2005).

Considera-se a aprendizagem “um processo pelo qual cada indivíduo assimila informações, ideias, valores e adquire conhecimento, saber fazer, aptidões e/ou competências” (CEDEFOP, 2008, p.46). São os percursos de vida, as experiências profissionais, sociais, familiares de cada indivíduo que produzem os tais conhecimentos, aptidões, competências. Esse capital cognitivo é único e indivisível, distingue-se de todos os outros, pois não existem duas biografias iguais, e não é passível de destrinçamento pois, de uma maneira geral, não

⁴ “O Portefólio apresenta uma síntese das experiências pessoais, ocupacionais e sociais para evidenciar competências. Contém elementos do Curriculum Vitae, informações relevantes sobre a carreira, a educação, a formação e outras experiências. É analisado por um assessor, um júri ou um professor que decide se as evidências apresentadas pelo candidato provam que a qualificação foi atingida” (Colardyn, D., Bjornavold, J, 2004: 83).

conseguimos identificar exactamente que conhecimentos foram fruto de que experiências. Podemos mesmo dizer que a mesma situação pode resultar em aprendizagens para um indivíduo e para outro não.

Os sistemas de ensino valorizam as aprendizagens obtidas em contexto formal, mas todo o indivíduo aprende também em contextos não-formais e informais. Significa isto que o capital único e indivisível referido acima é constituído pela soma dos conhecimentos adquiridos através destas três modalidades.

É este o princípio que subjaz à validação de competências: fazer confluir as aprendizagens decorridas em diferentes contextos numa certificação formal. Esses conhecimentos são competências identificadas e discriminadas pela ANQ como correspondentes a níveis de escolaridade e certificações profissionais. Porque a “formação e a obtenção de qualificações já não ocorre hoje uma vez na vida” (Giddens, 2008 p. 527), surgiu o sistema de RVCC.

De acordo com a sinopse de 2007 do CEDEFOP são dois os factores demográficos preponderantes nas razões para uma aposta na validação das aprendizagens não-formais e informais: o envelhecimento da população europeia e o aumento dos movimentos migratórios. O envelhecimento da população europeia *per si* sobrecarrega a um nível socioeconómico e demográfico a população activa e a esta exige-se-lhe cada vez mais flexibilidade e polivalência para poder fazer face aos novos contextos laborais. A ideia ter um emprego para toda a vida, o próprio conceito de estabilidade laboral tem vindo a alterar-se. Hoje, o trabalhador tem tanto mais valor no mercado de trabalho quanto maior for a sua formação, a sua qualificação e a sua polivalência. Os meandros laborais evoluem a um ritmo rápido o que sobrecarrega o sistema de formação profissional com a exigência de uma resposta célere e eficaz através da preparação adequada de profissionais competentes, daí parte da importância da formação de curta duração⁵, ao jeito de formação intensiva. Relativamente aos imigrantes, enquanto franja da população mais vulnerável ao risco da exclusão social, pobreza,

⁵ O Catálogo Nacional de Qualificações contemplou a transformação de toda a formação financiada de dupla certificação em Unidades de Formação de Curta Duração. Cada indivíduo pode inscrever-se nas UFCD que pretender, independentemente do percurso formativo em que estejam integradas. É hoje possível, pelo menos num plano teórico, que qualquer indivíduo se qualifique em qualquer área profissional favorecendo assim a flexibilidade e a polivalência.

discriminação, a possibilidade de uma qualificação escolar e profissional surge como facilitador da inclusão e impulsionador da taxa de sucesso daqueles que optam por procurar melhores condições de vida num país estrangeiro.

Saindo da perspectiva governativa e passando para a do público-alvo desta iniciativa, o balanço efectuado pelos adultos inscritos assinala que a iniciativa *Novas Oportunidades* contribui para a melhoria da empregabilidade, profissional, salarial, melhoria da auto-imagem, valorização da família (Lopes; Cerol; Magalhães, 2009).

É certo que os dados estatísticos actuais apontam para uma relação sinuosa e não evidente entre a obtenção de qualificação e melhorias profissionais, mas é igualmente certo que decorrida uma década desde a criação da Agência Nacional da Educação e Formação de Adultos pelo Decreto-Lei n.º 387/99 seja prematuro esperar um forte impacto das novas políticas públicas dirigidas aos jovens e aos adultos portugueses no mercado de trabalho.

O impacto no mercado de trabalho ocorrerá de forma gradual, mas morosa. No caso específico do RVCC, a parte mais visível do processo é a atribuição de uma certificação escolar ou profissional com base na demonstração de aptidões e conhecimentos adquiridos dentro e fora da escola. Igualmente relevante, mas menos mensurável é o processo de auto-consciencialização dos saberes pré-existentes que o indivíduo experiencia. O impacto desse da certificação é difícil de detectar, afinal as competências e saberes já existiam e já estavam a ser aplicadas no dia-a-dia.

2. População dos Centros NO

Em Portugal, em 2009, existem 456 Centros NO em funcionamento. Estes Centros são apoiados por um total de 9168 pessoas (Quadro 1).

REGIÃO	CENTROS NO
Norte	183
Centro	110
Lisboa	87
Alentejo	50
Algarve	20
Madeira	6
TOTAL	456

Quadro 1. Centros NO em Portugal, 2009
Fonte: elaboração própria a partir de ANQ, 2009.

O número de inscrições na totalidade dos Centros NO corresponde a 701 057 adultos. Dessas inscrições, entre 2001 e 2005, foram certificadas 44 192 pessoas. Desde 2006, as certificações somam já 189 508 indivíduos, o que corresponde a uma taxa específica total de certificações de 33%.

Na região de Lisboa, em 2009, existem 87 Centros NO em funcionamento, o que representa 19% do total. As equipas destes Centros NO receberam, entre 2006 e 2008,⁶ 97 002 inscrições.

A taxa específica de encaminhamentos para processo de RVCC corresponde a 43% e a taxa de aprovação, ou seja, de certificação total, é de 47%. Este último valor significa dos indivíduos que, após conhecerem todas as modalidades disponíveis pela iniciativa *Novas Oportunidades* para conclusão do ensino básico ou do ensino secundário, optaram pelo encaminhamento para processo de RVCC, 53% desistiram⁷ ou obtiveram apenas uma certificação parcial⁸ (ANQ, 2009).

⁶ Dados provisórios actualizados a 22 de Junho de 2009 e apurados Agência Nacional para a Qualificação, I.P. com base nos relatórios mensais enviados à DGFV (2006) e nos dados registados na plataforma SIGO (desde 2007).

⁷ Apesar de não existirem dados estatísticos precisos, os processos dos desistentes dos Centros NO incluídos na amostra indicam que o pico de desistências se situa entre o encaminhamento para processo de RVCC e o início do processo de reconhecimento. São comumente indicadas pelo adulto razões como: “retirei o interesse no processo”, “já não tenho disponibilidade para o processo (porque estava desempregado à data do encaminhamento e encontrei emprego)”, “não me encontro no país” (projectos de emigração), entre outras. Para

Com efeito, o processo de RVCC pode ser o encaminhamento desejado pelo adulto em virtude de ser um processo rápido e que não exige grande disponibilidade presencial para a sua frequência. Para além disso a ANQ estabelece que cabe ao técnico de diagnóstico e encaminhamento⁹ a apresentação de todas as possibilidades¹⁰ e o levantamento das vantagens e desvantagens de cada uma delas, mas a decisão é sempre do adulto.

Idealmente, a taxa de acompanhamento do adulto inscrito deveria corresponder a 100%, pois pressupõe-se a orientação de todos os indivíduos que procurem um Centro NO¹¹. Contudo, de acordo com os dados provisórios calculados pela ANQ e efectuados tanto com base nos relatórios mensais enviados à DGFV (2006) como nos dados registados na plataforma SIGO (desde 2007), entre o número de inscrições, as certificações totais e os encaminhamentos (para processo RVCC e outras ofertas formativas) existem 25 048 adultos cujo destino se desconhece.

o elevado número de desistências entre estas duas fases do processo concorre o tempo de espera. Realce-se que o número médio de dias entre o momento da inscrição e a primeira acção de diagnóstico no Centro NO baixou de 65 dias, nível básico, e 178 dias, nível secundário, para 21 e 18 respectivamente. Quanto maior é o tempo de espera, menor será a motivação do adultos e mais se alteram as circunstâncias que levaram à sua inscrição. A abertura de novos Centros NO contribuiu positivamente para uma capacidade de resposta mais rápida das equipas aos utentes.

⁸ Numa certificação parcial o adulto vê as suas competências certificadas em algumas unidades de competência ou critérios de evidência de algumas das áreas de competências-chave. Após essa certificação, o adulto poderá frequentar as Unidades de Formação de Curta Duração (de 50 horas cada uma) correspondentes aos saberes previstos que não viu certificados e assim concluir o grau de ensino a que se candidatou.

⁹ A figura do técnico de encaminhamento e diagnóstico foi criada pela Portaria 370/2008, artigo 6.º. O artigo 9.º estabelece que este técnico é responsável pelo “acolhimento do utente no Centro Novas Oportunidades, assim como pela condução das etapas de diagnóstico e de encaminhamento dos adultos inscritos”. Para o desempenho destas funções é exigível habilitação académica de nível superior e possuir conhecimentos sobre as ofertas de educação e formação, designadamente as destinadas à população adulta, bem como sobre técnicas e estratégias de diagnóstico avaliativo e de orientação”.

¹⁰ Modalidades de encaminhamento, finda a fase de diagnóstico: processo RVCC, cursos de Educação e Formação de Adultos, Formação Modular, Decreto-Lei n.º 353/2007 (exame, UFCD, sem disciplinas e sem classificação final), Ensino Recorrente, Cursos e Aprendizagem, Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação, Cursos de Especialização Tecnológica, Ensino Extra-escolar, Outro)

¹¹ Percentagem de adultos que foram encaminhados (soma dos encaminhamentos para processo RVCC para outras ofertas) e certificações totais.

Esta significativa fatia de 25% da população abrangerá encaminhamentos para outras ofertas formativas ainda não registados, certificações parciais, desistências e suspensões de inscrições por registar¹².

Conclui-se que, apesar da plataforma de registo da actividade dos Centros NO recolher informação importante e pertinente para a caracterização da população inscrita em Centros NO, a dificuldade no apuramento dos dados inviabiliza uma caracterização exaustiva. Crê-se que o avançar do tempo possibilitará o tratamento demográfico que esta fonte de informação merece.

Por ora, procurando caracterizar a população-alvo deste estudo, os dados permitem apurar que entre os anos de 2007 e 2008 se denota uma ligeira diminuição no número de inscritos, de 42 714 para 42 295. Esta diminuição afecta ambos os níveis de certificação. Calculando as taxas específicas por nível de ensino, sabemos que, em ambos os anos, foi maior o peso do número de inscritos no nível secundário. Em 2008, o nível básico acolheu 42% dos inscritos, enquanto no nível secundário estavam 57% dos inscritos.

Os inscritos em Centros NO apresentam uma distribuição por género e grupo etário bastante interessante. Nos dois primeiros escalões etários (18 a 24 anos e 25 a 34 anos) os efectivos masculinos superam os femininos. Em ambos os níveis, realça-se uma sobre-representatividade do sexo masculino até ao grupo de idades dos 35 ou mais anos, tendência essa que se inverte e agudiza à medida que se avança no grupo etário. Esta inversão faz com que para cada 100 pessoas do sexo feminino existam 96 pessoas do sexo masculino no nível básico e 99 pessoas do sexo masculino no nível secundário (Quadro 2).

¹² A nova plataforma SIGO, em funcionamento desde Janeiro de 2009, permite um novo estado no processo: a suspensão da inscrição. Podendo dever-se a motivos de diversa natureza é agora utilizado este estado sempre que o adulto pretenda interromper o seu processo, mas não queira desistir da sua certificação e/ou qualificação.

GRUPO ETÁRIO	NÍVEL BÁSICO	NÍVEL SECUNDÁRIO
18 aos 24 anos	134	120
25 aos 34 anos	113	115
35 aos 44 anos	88	98
45 aos 54 anos	80	68
55 aos 64 anos	79	70
65 anos ou mais	87	118
TOTAL	96	99

Quadro 2. Relações de masculinidade dos inscritos em Centros NO por nível de certificação, Grande Lisboa, 2008
 Fonte: elaboração própria a partir dos dados provisórios actualizados a 22 de Junho de 2009 e apurados Agência Nacional para a Qualificação, I.P. com base nos relatórios mensais enviados à DGFV (2006) e nos dados registados na plataforma SIGO (desde 2007).

Estes dados parecem anunciar que os homens procuram investir mais cedo na sua escolarização. Tal facto poderá estar com um desejo masculino de recuperar um título escolar não obtido por motivos alheios à sua vontade ou a expectativa de concretizar novos projectos profissionais (Figuras 2 e 3).

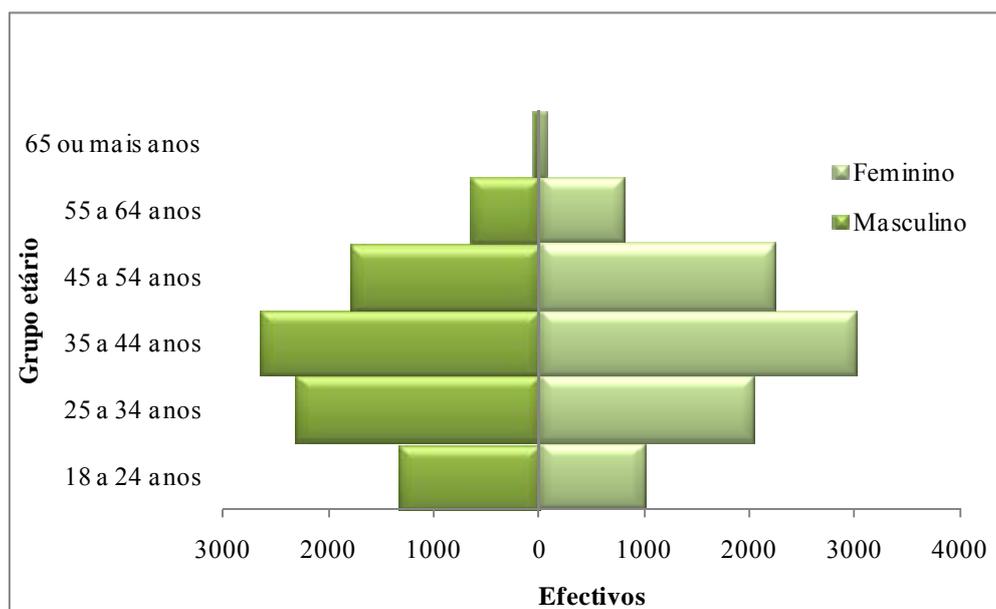


Figura 2. Pirâmide etária dos inscritos em Centros NO, nível básico, Grande Lisboa, 2008

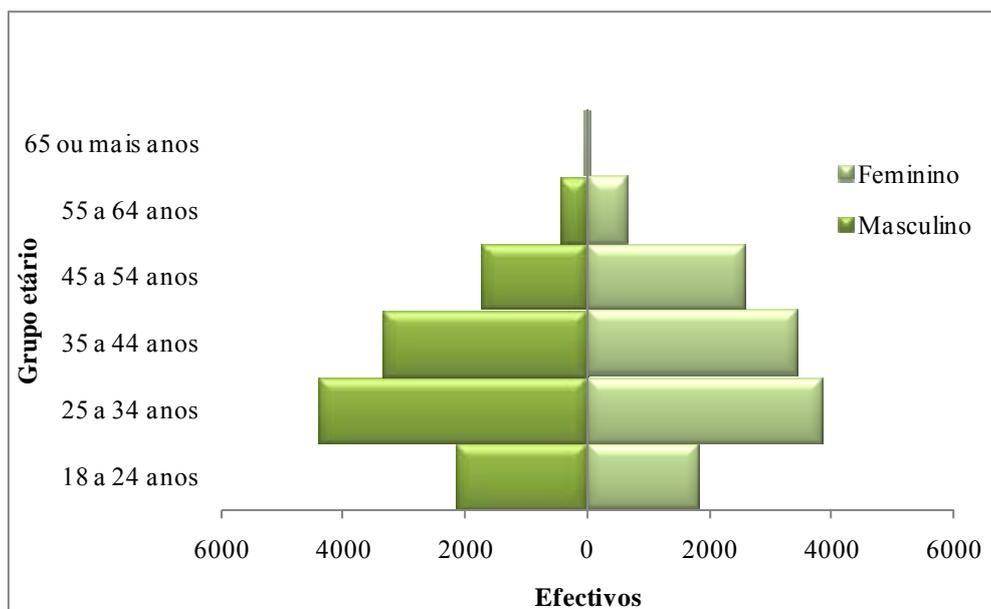


Figura 3. Pirâmide etária dos inscritos em Centros NO, nível secundário, Grande Lisboa, 2008

A distribuição etária das figuras 2 e 3 é passível de cruzamento com os resultados obtidos pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos no estudo realizado em 2004. À data, a equipa de investigadores apurou que a par da “valorização/realização pessoal” como motivo apontado por 66% dos inquiridos para a participação no processo RVCC, surgem motivos como o “reforço da sua capacidade em se empregar”, a “intenção de prosseguimento de estudos” e a “pretensão de progressão na carreira”, motivos que somados, são indicados por 96% dos respondentes (Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, 2004, p. 22). Pode isto significar que a população activa inscrita em Centros NO tem como expectativa que a conclusão de um nível de escolaridade se reflecta na carreira. O processo de RVCC poderá fazer parte de uma estratégia de promoção da empregabilidade/oportunidade de carreira do adulto em idade activa. Consolida essa ideia o número de indivíduos empregados a frequentar o processo: 65% é a taxa de emprego da população em análise e 33% a taxa de desemprego. Se os desempregados procurarem através deste processo melhorar a sua empregabilidade (realce-se que os centros de emprego dirigem formalmente os desempregados para os Centros NO), os empregados mostram não ter desistido de uma progressão ou requalificação de carreira. Os resultados recentemente publicados dos *Primeiros Estudos de Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades* constataam que “é um facto aceite pela maioria das pessoas de que uma melhor escolarização pode proporcionar melhoria na carreira profissional” (Lopes; Cerol; Magalhães, 2009, p. 128).

Por último, caracterizando o universo de estudo no que respeita à nacionalidade, nos anos de 2007 e 2008, dos 84 805 inscritos, 91% são de nacionalidade portuguesa. Dos Países de Língua Oficial Portuguesa provêm 6% dos inscritos. Apesar desta distribuição não se assemelhar à distribuição da nacionalidade da população residente na Grande Lisboa, tal não causa estranhamento pois é fundamental o domínio da língua portuguesa (falada e escrita) para a conclusão do processo com sucesso.

3. Metodologia e apresentação da investigação

Esta investigação pretende conhecer os contornos da distância entre os cônjuges e as dinâmicas familiares em torno do Processo de Reconhecimento e Validação de Competências.

Neste sentido, formulam-se os seguintes objectivos:

- Reconstituir os percursos escolares, conjugais e familiares dos adultos;
- Caracterizar o processo de constituição do casal;
- Mensurar as distâncias entre os cônjuges;
- Identificar o impacto do processo de RVCC nas dinâmicas familiares.

O universo de estudo é constituído pelos indivíduos casados, em união de facto, divorciados, separados de facto e viúvos em processo de reconhecimento de nível básico e secundário, em Centros NO da Grande Lisboa, no ano de 2009. A unidade amostral corresponde ao inquirido, o seu cônjuge actual ou ao seu último cônjuge (caso aplicável a sujeitos divorciados, separados de facto e viúvos) e aos filhos ou enteados (em coabitação ou não com o inquirido). Uma vez que a influência dos filhos que já não coabitam com os pais, por terem já constituído a sua própria unidade familiar, pode ser importante no âmbito deste estudo, a unidade amostral não corresponde exactamente à concepção de família nuclear tal como tem sido encarada pelas Ciências Sociais¹³. Assim a amostra assume uma forma um tanto ou quanto híbrida pois apesar deste ser um estudo que se concentra no casal, considera-se importante a influência e o estímulo que poderão ter os filhos ou até mesmo os irmãos no momento de decidir dar continuidade ao processo de escolarização.

A opção de recorrer a uma amostra não aleatória foi determinada por dois factores: os recursos disponíveis (tempo e custo) e a impossibilidade de aceder à listagem da população

¹³ Como Giddens refere, uma família nuclear tem sido entendida como “dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado familiar com os seus filhos biológicos ou adoptados” (Giddens, 2008 p. 175).

por questões ligadas à protecção dos dados dos indivíduos. Por conseguinte, não foi possível respeitar o princípio da aleatoriedade pois “exige que no momento da selecção da amostra se tenha em conta toda a população, sendo portanto imprescindível dispor de uma base de sondagem” (Vicente; Reis; Ferrão, 2001, p. 48).

Dentro das técnicas de amostragem não aleatórias optou-se pela amostragem por conveniência para que numa só deslocação e sincronicamente se recolhessem dados sobre mais do que uma unidade amostral. Os Centros NO constituíram os elementos intermediários pois são, por excelência, o contexto com maior concentração de adultos inscritos. Existiu a preocupação de incluir na amostra centros distribuídos geograficamente pela área da Grande Lisboa e que operassem em ambientes sociais diferentes (Quadro 3).

CENTRO NO	CONCELHO	LOCAIS DE ACTIVIDADE
CEPRA	Loures	Sede no Prior Velho
CINEL II	Amadora	Sede na Reboleira e itinerâncias em empresas da Grande Lisboa
CINEL III	Cacém	Sede em Aqualva, na Escola Secundária Ferreira Dias e itinerâncias em empresas da Grande Lisboa
IEFP	Odivelas	Sede própria em Odivelas e itinerâncias em empresas da Grande Lisboa
CITEFORMA	Lisboa	Sede própria em Lisboa

Quadro 3. Centros NO

A investigação englobou três fases subsequentes sendo que a cada uma corresponde um eixo de investigação próprio. A primeira fase procurou reconstituir os percursos escolares, conjugais e familiares dos indivíduos e teve por base a inquirição de adultos em processo de RVCC através de questionário (incluído em Anexos). A partir dos mesmos dados, seguiu-se a mensurabilidade da distância global entre os cônjuges. Por fim, para determinar as dinâmicas familiares realizaram-se entrevistas em profundidade.

O questionário compreendia questões relativas à caracterização da amostra (Centro NO do respondente, sexo, idade, nível de certificação e estado civil) e questões relacionadas com os objectivos do estudo. Optou-se por dividir o questionário em três partes para facilitar o seu preenchimento: *A escola e o trabalho* (11 questões); *O processo de RVCC* (9 questões); *A vida conjugal e familiar* (32 questões).

As questões colocadas podem ser caracterizadas segundo a tipologia proposta de Yougman (1986) citado por Bell (Bell, 1997, p. 101). Assim, o questionário apresenta questões com

lista de alíneas (habilitações literárias); de categoria (profissões), de hierarquia (razões de interrupção dos estudos), de escala (impacto do apoio dos familiares) e de quantidade (tempo de namoro).

Por fim, os participantes foram convidados a deixar o seu nome e contacto telefónico caso aceitassem ser entrevistados no âmbito do estudo qualitativo.

O pré-teste foi aplicado a sete indivíduos em processo de reconhecimento do nível básico no Centro NO do CEPRA. Os respondentes tinham entre os 26 e os 55 anos e o grupo era constituído por quatro mulheres e três homens. Quanto ao estado civil, entre os respondentes estava um sujeito casado, dois divorciados, quatro unidos de facto. A aplicação do pré-teste ocorreu a 21 de Julho de 2009 e os sujeitos demoraram cerca de 45 minutos a completar as questões.

O formato de apresentação das questões é relativamente complexo, mas tendo em conta o número de variáveis envolvido foi esta a apresentação considerada mais apelativa e de mais rápido preenchimento pelo inquirido.

A aplicação do pré-teste permitiu detectar questões cujas opções de resposta não contemplavam todas as hipóteses, gralhas de configuração e na formulação das perguntas.

A recolha de dados decorreu entre os dias 20 de Junho e 8 de Outubro de 2009. Os dados foram recolhidos em sessões no horário laboral e pós-laboral. Em termos gerais os candidatos de nível básico demoraram sensivelmente 45 minutos no auto-preenchimento. Os candidatos de nível secundário demoraram cerca de 30 minutos e apresentaram maior autonomia.

De uma maneira geral foi com agrado que os sujeitos responderam ao questionário pois a relação estabelecida entre o respondente, o membro da equipa e a colectora de dados era caracterizada pela solicitude e afabilidade. Estes diálogos serviram ainda para a identificação de pessoas disponíveis para a entrevista.

Em paralelo com a recolha de dados construiu-se a base de dados em SPSS Statistics, versão 17.0 e introduziram-se as respostas obtidas.

Tendo em consideração a extensão do questionário, na apresentação dos resultados, referem-se apenas os dados mais relevantes ou significativos.

Em termos de estatística descritiva apresentam-se as tabelas de frequências e/ou gráficos ilustrativos das distribuições de valores verificadas.

Ao nível da estatística inferencial foram aplicados testes de hipóteses com o objectivo de averiguar se as diferenças observadas na amostra são estatisticamente significantes, ou seja, se as conclusões se podem inferir para a população.

O teste t de Student e o teste de Mann-Whitney têm 5% como o valor de referência utilizado nas Ciências Sociais para testar hipóteses, significa que se estabelece a inferência com uma probabilidade de erro inferior a 5%.

Utilizam-se quando se pretende analisar uma variável quantitativa nas duas classes de uma variável qualitativa nominal dicotómica. Para realizar o cruzamento entre as variáveis quantitativas e a variável qualitativa nominal dicotómica pode utilizar-se o teste paramétrico t de Student, de forma a verificar a significância das diferenças entre os valores médios observadas para ambos os grupos da variável nominal dicotómica.

O teste t é antecedido por um teste de hipóteses à igualdade das variâncias em cada um dos grupos, que é o teste de Levene.

- H_0 : A variância (desvio padrão) é igual para ambos os grupos da variável dicotómica.
- H_1 : A variância (desvio padrão) é diferente para os dois grupos da variável dicotómica.

Quando o valor de prova deste teste é superior ao valor de referência de 5%, não se rejeita a H_0 , caso contrário rejeita-se e aceita-se a H_1 .

Se o valor de prova é superior a 5%, não se rejeita H_0 e consideram-se as variâncias iguais para os dois grupos.

Sempre que o valor de prova é inferior a 5% não se rejeita H_1 e consideram-se as variâncias diferentes para os dois grupos.

O teste t coloca as seguintes hipóteses:

- H_0 : Não existe diferença entre a média das variáveis quantitativas, para cada um dos grupos da variável dicotómica.

- H_1 : Existe diferença entre a média das variáveis quantitativas, para cada um dos grupos da variável dicotômica.

Quando o valor de prova do teste t é superior a 5%, aceita-se a hipótese nula, ou seja, não há diferenças entre os dois grupos. Quando o valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula, a de a média ser igual para os dois grupos, ou seja, há diferenças entre os dois grupos.

Para aplicar um teste estatístico paramétrico, é necessário verificar o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, o que pode ser realizado com o teste K-S (Kolmogorov-Smirnov com a correção de Lilliefors), que colocam a hipótese nula da variável seguir uma distribuição normal, pois para aplicar alguns dos testes estatísticos, nomeadamente os paramétricos, é necessário verificar este pressuposto. O teste K-S coloca as seguintes hipóteses:

- H_0 : A variável quantitativa segue uma distribuição normal para todas as classes da variável qualitativa.
- H_1 : A variável quantitativa não segue uma distribuição normal para todas as classes da variável qualitativa.

Para que se possa aplicar um teste paramétrico, tem de verificar-se H_0 para todas as classes da variável qualitativa o que não se verifica, quando pelo menos um valor de prova for inferior a 5%, pelo que se rejeita a hipótese nula. Nesses casos, o teste paramétrico precisa de ser confirmado pelo teste não paramétrico equivalente.

O teste t, sendo um teste paramétrico, exige que se cumpra o pressuposto da normalidade, o que não sucede. Por esse motivo, deve ser aplicado o teste de Mann-Whitney, que é o teste não paramétrico equivalente, que testa a igualdade das medianas em ambos os grupos.

Para realizar o cruzamento entre estas variáveis, recorre-se então ao teste de Mann-Whitney, que permite comparar os valores medianos da escala em cada um dos grupos. Seguem-se as hipóteses colocadas pelo teste de Mann-Whitney:

- H_0 : Não existe diferença entre a distribuição de valores das variáveis quantitativas, para cada um dos grupos da variável dicotômica.
- H_1 : Existe diferença entre a distribuição de valores das variáveis quantitativas, para cada um dos grupos da variável dicotômica.

O valor a analisar é a significância do teste, também designável por valor de prova. Quando este valor é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, existem

diferenças entre os dois grupos. Quando é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula.

Esta análise foi utilizada para conhecer a relação entre o sexo e as tentativas de progressão nos estudos; o sucesso dessas tentativas; a importância das razões que motivaram a progressão de estudos; a pressão familiar sentida, a idade no momento do encontro entre os cônjuges, o número de filhos e o número de irmãos.

O Teste ANOVA e Kruskal-Wallis são aplicáveis quando se pretende analisar uma variável quantitativa nas classes de uma variável qualitativa nominal ou ordinal. Para realizar o cruzamento entre uma variável qualitativa e variáveis quantitativas, estas podem ser determinadas pelos valores médios obtidos para cada classe da variável qualitativa, sendo o teste de hipóteses adequado a ANOVA (extensão do teste t de Student, para variáveis com mais do que duas classes, quando se cumpre o pressuposto da normalidade ou para amostras de grande dimensão).

A questão central reside em saber se a população tem, ou não, médias iguais, ou seja, se a variável quantitativa apresenta os mesmos valores médios para as várias categorias da variável qualitativa.

A ANOVA, sendo um teste paramétrico, exige que as variáveis em estudo provenham de amostras grandes ou, caso contrário, que apresentem uma distribuição normal, o que foi verificado caso a caso, pois a amostra apresenta grupos com pequena dimensão. O teste reside em:

- H_0 : As médias da variável quantitativa nas categorias da variável qualitativa são iguais.
- H_1 : As médias da variável quantitativa nas categorias da variável qualitativa são diferentes.

O resultado do teste à homogeneidade de variâncias é extremamente importante no procedimento da ANOVA, uma vez que permite verificar um pressuposto (igualdade de variâncias nas categorias da variável qualitativa) que tem de ser cumprido para validar a análise subsequente. Este teste consiste em verificar se as variâncias podem ser consideradas iguais nas várias categorias do factor, colocando as seguintes hipóteses:

- H_0 : As variâncias da variável quantitativa são iguais nas categorias da variável qualitativa.
- H_1 : As variâncias da variável quantitativa são diferentes nas categorias da variável qualitativa.

Quando o valor de prova é superior a 5%, o que implica não rejeitar a hipótese nula, verifica-se pressuposto, a ANOVA é adequada, quando não se verifica, os seus resultados terão de ser confirmados pelo teste não paramétrico análogo.

Quando o valor de prova da ANOVA é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese de que as médias das variáveis quantitativas sejam iguais para as várias categorias das variáveis qualitativas. Quando é superior a 5%, não se rejeita a hipótese nula.

Para aplicar um teste estatístico paramétrico é também necessário verificar o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, o que pode ser realizado com o teste K-S.

O teste K-S coloca as seguintes hipóteses:

- H_0 : A variável quantitativa segue uma distribuição normal para todas as classes da variável qualitativa.
- H_1 : A variável quantitativa não segue uma distribuição normal para todas as classes da variável qualitativa.

Para que seja possível a aplicação de um teste paramétrico, tem de verificar-se a hipótese nula para todas as classes da variável qualitativa. Quando tal não sucede, devido a pelo menos um valor de prova ser inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula. Nesses casos, o teste paramétrico terá de ser substituído pelo teste não paramétrico equivalente.

Quando não se verifica o pressuposto da homogeneidade de variâncias ou o pressuposto da normalidade, em vez da ANOVA tem de aplicar-se o teste não paramétrico: teste de Kruskal-Wallis, que testa a igualdade das medianas para todos os grupos.

O teste de Kruskal-Wallis coloca as seguintes hipóteses:

- H_0 : A variável quantitativa apresenta uma distribuição idêntica para cada uma das categorias das variáveis qualitativas.
- H_1 : A variável quantitativa não apresenta uma distribuição idêntica para todas as categorias das variáveis qualitativas.

Quando o valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, não se rejeita a hipótese nula, caso contrário rejeita-se e aceita-se a hipótese alternativa.

Estes testes (ANOVA e Kruskal-Wallis) foram utilizados para aferir as idades em que próprio e cônjuge deixaram os estudos, por sexo e grupo etário; a relação entre as tentativas de progressão nos estudos, o sexo e o grupo etário; a relação entre as tentativas de progressão nos estudos e a idade; o sucesso nas tentativas de progressão nos estudos e a sua relação com a idade; a importância das razões que motivaram a progressão de estudos, por sexo e grupo etário; a pressão familiar, por sexo e grupo etário; o tempo de namoro e a idade no momento da união; a idade dos cônjuges quando se conheceram e o grupo etário; o número de filhos e idade; a inscrição e as responsabilidades familiares, por sexo e grupo etário; a relação entre os irmãos e a idade.

O Teste do Qui-quadrado de Pearson é o teste adequado para verificar a relação entre a variável nominal e cada variável ordinal perante uma variável nominal e variáveis nominais ou ordinais.

Quando estamos perante duas variáveis deste tipo e queremos testar se existe alguma relação entre elas, utilizando-se o teste do Qui-quadrado, temos as hipóteses:

- H_0 : As duas variáveis são independentes, ou seja, não existe relação entre as categorias de uma variável e as categorias da outra.
- H_1 : As duas variáveis apresentam uma relação entre si, ou seja, existe relação entre as categorias de uma variável e as categorias da outra.

O resultado relevante do teste é a significância (valor de prova). Sempre que o valor de prova for inferior a 5% (0,05), rejeita-se a hipótese nula, concluindo-se que as duas variáveis estão relacionadas. Quando o valor de prova do teste for superior ao valor de referência de 5%, não podemos rejeitar a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que elas não estão relacionadas.

Quando existem mais de 20% das células com frequência esperada inferior a 5, cujo valor máximo só pode ser de 20%, é preciso aplicar o teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, que tem por base a geração aleatória de amostras, quando existem classes com reduzida dimensão, que vem obviar ao problema das classes com poucas ou nenhuma observações nalguma classe. Nestes casos, os valores de prova analisados são sempre os da simulação de Monte Carlo.

O teste do Qui-quadrado foi aplicado às relações entre nível de escolaridade e sexo, por grupo etário; nível de escolaridade do próprio e do cônjuge; coabitação; percepção da pressão familiar e o apoio prestado; apoio dos filhos e coabitação; ocupação, por grupo etário; coabitação e sexo, por grupo etário; idade, escolaridade e ocupação dos filhos.

Quando se pretendem comparar pares de valores para o mesmo elemento da amostra, utiliza-se o teste de Fischer, que é interpretado de forma perfeitamente análoga.

Este teste foi utilizado para determinar as relações entre os níveis de escolaridade e a ocupação dos elementos da família.

Para além da aplicação de métodos estatísticos à informação recolhida por questionário, numa segunda fase do tratamento de dados, calculou-se a distância global entre cônjuges. Tomando como ponto de partida a metodologia utilizada por Girard (1981) procedeu-se ao cálculo do índice global da distância entre os cônjuges. As variáveis utilizadas foram: idade; escolaridade; nacionalidade; naturalidade; religião; local de residência, coabitação; estado civil; ocupação (no momento do encontro); se trabalhadores, a profissão; situação perante o trabalho actual; profissão actual; idade dos pais; idade das mães; pertença étnica dos pais; escolaridade dos pais; escolaridade das mães; ocupação dos pais, ocupação das mães (no momento do encontro); existência de irmãos. O sistema de pontuação aplicado adoptou uma escala dos 20 aos 144 pontos, os critérios de aplicação dos pontos é explicitado em Anexos.

Por fim, entendeu-se pertinente a realização de entrevistas a alguns dos adultos. As dinâmicas familiares, apesar de passíveis de mensurabilidade quantitativa, necessitam de uma abordagem qualitativa para ser possível ter uma percepção global das dinâmicas familiares em torno do processo de RVCC. Esta metodologia pretendeu também poder aprofundar alguns dos resultados do questionário, devido à possibilidade de enviesamento por dificuldade dos sujeitos na compreensão de enunciados escritos.

Os adultos foram seleccionados de acordo com as suas histórias de vida e a disponibilidade demonstrada para a entrevista. Procurou-se abranger sujeitos de ambos os sexos, de diferentes escalões etários, dos dois níveis de certificação e com diferentes estados civis. Houve o cuidado de entrevistar casos de casais homogâmicos que assim se manterão após a certificação, casos de hipergamia ou hipogamia que conduzirá a homogamia atenuando a

distância educativa entre os cônjuges, e casos de homogamia que resultará em hipergamia ou hipogamia após a conclusão do processo de RVCC.

No total foram realizadas dez entrevistas entre os dias 3 e 16 de Novembro de 2009. Nove das entrevistas foram individuais, uma foi realizada na presença de ambos os membros do casal. Neste caso foi a esposa, o sujeito do estudo, embora apoiado pelo contributo do esposo.

Os entrevistados foram contactados telefonicamente para o agendamento da entrevista. A recolha de dados teve lugar nas residências dos adultos. No início do encontro foram novamente explicados os objectivos do estudo e garantida a confidencialidade das informações prestadas. Para ser possível a transcrição dos testemunhos, solicitou-se autorização aos entrevistados para gravar a entrevista em suporte audio.

Para assegurar a comparabilidade da informação reunida e facilitar o tratamento e análise de dados, elaborou-se um guião com questões abertas (incluído em Anexos). As entrevistas demoraram de onze a vinte minutos.

Considera-se que os resultados da análise qualitativa dos dados recolhidos são de reduzida extrapolação para um universo mais abrangente. Tendo em conta que a representatividade não é o princípio determinante nesta etapa da recolha de dados, pretendeu-se dar voz real e activa a alguns dos resultados obtidos no estudo quantitativo.

Seguindo a perspectiva de Bardin (1977) acerca da análise de conteúdo, após a transcrição de secções das entrevistas constituíram-se as unidades de contexto. Por sua vez, a partir das unidades de contexto definiram-se as categorias e as unidades de registo. As unidades de registo foram codificadas de acordo com as informações facultadas nas entrevistas e nas autobiografias dos adultos. No total foram criados dois temas e onze categorias (Quadro 4).

TEMA	CATEGORIAS
Indivíduo	1. Aprendizagem ao longo da vida
	2. Influência familiar na progressão escolar
	3. Constrangimento pelo nível de escolaridade
	4. Impacto do RVCC no auto-conceito
	5. Progressão escolar após RVCC
Dinâmicas familiares	6. RVCC e outros familiares
	7. Satisfação com o grau de escolaridade dos familiares
	8. Importância da escolaridade comum entre os membros familiares
	9. Posição dos membros da família quanto ao processo de RVCC
	10. Tipo de apoio manifestado
	11. Impacto do RVCC nas relações familiares

Quadro 4. Temas e categorias utilizadas na análise de conteúdo das entrevistas

Ressalve-se que tanto os dados disponibilizados pela ANQ como os dados facultados pelo Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008 (INE) inibem quaisquer análises comparativas.

As razões prendem-se com a natureza e tipologia das informações existentes. A título exemplificativo podemos referir que os grupos etários utilizados pela ANQ divergem dos utilizados pelo INE, as estatísticas da educação do INE distinguem ensino público de privado, ensino regular de recorrente, mas não se referem aos programas de educação e formação de adultos. Esta impossibilidade e o facto dos dados da ANQ não estarem desagregados por estado civil, torna pouco rigorosa qualquer análise comparativa pelo que nos inibiremos de o fazer.

3.1. Amostra

A população que respondeu ao questionário é constituída por 297 adultos inscritos em Centros NO (Figura 4).

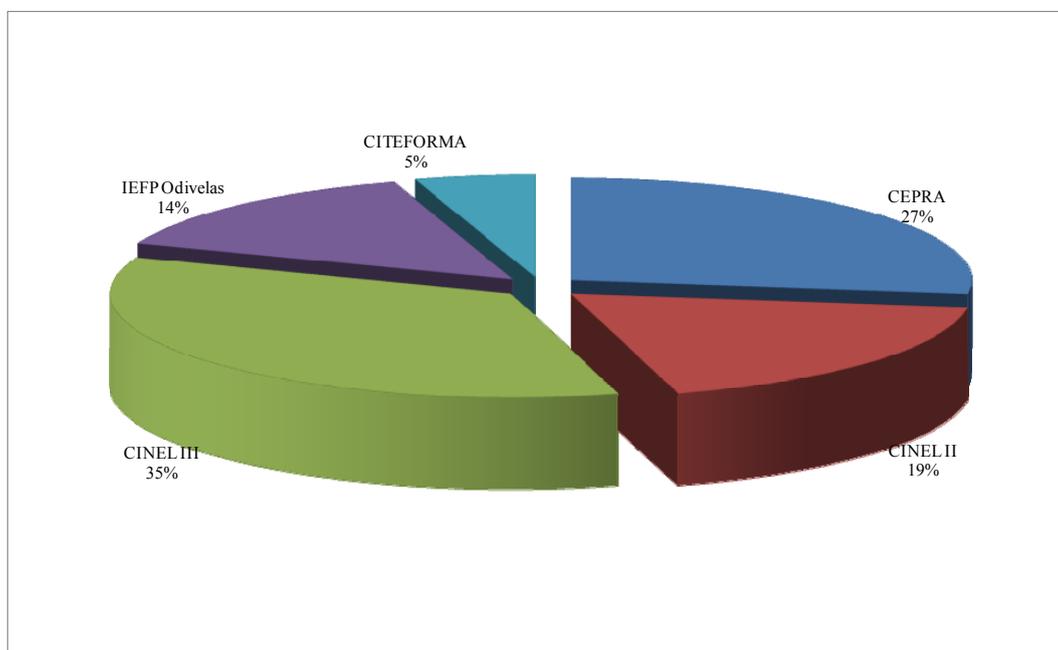


Figura 4. Amostra por Centro NO

O Centro NO mais representado é o CINEL III, com 35%, seguida do CEPRA, com 27%, do CINEL II, com 19%, do IEFP Odivelas, com 14% e do CITEFORMA, com 5%.

Constituíram-se quotas inter-relacionadas por forma à distribuição da amostra respeitar a distribuição dos adultos inscritos nos Centros NO, da região da Grande Lisboa, por nível de ensino, sexo e grupo etário, em 2008.

No sentido de detectar semelhanças, diferenças ou características específicas das gerações, procurou-se que em todas elas o número de inquiridos fosse superior a 30. Não foi possível garantir o mesmo número mínimo de indivíduos dentro de cada quota por sexo e por nível de certificação pois tal objectivo exigiria um número de inquirições muito difícil de obter. Assim, dentro de cada grupo etário procurou-se uma distribuição equitativa ao nível do sexo e do nível de certificação, em consonância com a distribuição verificada para os inscritos na Grande Lisboa, em 2008.

Em termos de frequências absolutas, no nível básico, verifica-se uma predominância do sexo masculino nos grupos etários até aos 44 anos e do sexo feminino nos grupos etários superiores a 45 anos. No nível secundário verifica-se também uma predominância do sexo feminino nos grupos etários até aos 44 anos e uma sobre-representatividade do sexo masculino nos grupos etários superiores a 55 anos.

Em traços gerais, a amostra corresponde a 0,7% da população, pelo que se verifica que existe uma sobre-representação dos dois grupos etários superiores, especialmente no grupo etário com 65 anos e mais. Esta sobre-representação justifica-se pela sua reduzida dimensão, pois se a representatividade fosse proporcional neste grupo etário, ele praticamente não seria integrado na amostra. Para os restantes grupos etários e o sexo, a representatividade global é semelhante, embora se verifiquem pontualmente alguns valores superiores e inferiores à proporcionalidade entre amostra e população (os referidos 0,7%) (Quadro 5).

	Nível Básico			Nível Secundário			Total		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
18 a 24 anos	0,4%	0,7%	0,6%	0,3%	0,7%	0,5%	0,3%	0,7%	0,5%
25 a 34 anos	0,7%	0,3%	0,5%	0,4%	0,8%	0,6%	0,5%	0,6%	0,6%
35 a 44 anos	1,0%	0,5%	0,7%	0,7%	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%	0,7%
45 a 54 anos	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	0,6%	0,7%	0,9%	0,7%	0,8%
55 a 64 anos	0,9%	1,5%	1,2%	1,5%	0,8%	1,1%	1,2%	1,2%	1,2%
65 anos e mais	1,8%	4,8%	3,4%	11,5%	9,1%	10,4%	4,9%	5,9%	5,4%
Total	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%

Quadro 5. Percentagem da amostra em cada quota, relativamente à população

Uma vez que a população em estudo corresponde aos adultos que já tiveram pelo menos uma união e a ANQ não disponibiliza os dados com esta desagregação, este será o único confronto entre a população e a amostra.

Relativamente ao sexo dos inquiridos podemos referir que um pouco mais de metade (52%) são do sexo feminino. Calculando a relação de masculinidade, sabemos que para cada 100 pessoas do sexo feminino, 93 são do sexo masculino.

Na amostra, a idade apresenta um valor médio de 40,5 anos, com uma dispersão de valores de 29%. Os valores mínimo e máximo são, respectivamente, 19 e 73 anos.

O grupo etário mais representado é o dos 35 aos 44 anos (31%) seguido dos 25 aos 34 anos, (24%) e dos 45 aos 54 anos (21%). Os grupos com idades entre os 18 e os 24 anos e os 55 a

64 anos representam 11% e 10%, respectivamente e o grupo etário com 65 anos ou mais representa 3% da população inquirida (Quadro 6).

Grupo etário	Frequência	Percentagem
18 a 24 anos	31	10,5
25 a 34 anos	70	23,8
35 a 44 anos	91	31,0
45 a 54 anos	63	21,4
55 a 64 anos	30	10,2
65 anos e mais	9	3,1
Total	294	100,0

Quadro 6. Amostra por grupo etário

Um pouco mais de metade dos inquiridos (55%) são do nível de certificação secundário e 45% são do nível de certificação básico.

Os dados da população em estudo são sintetizados nas pirâmides etárias das Figuras 5 e 6.

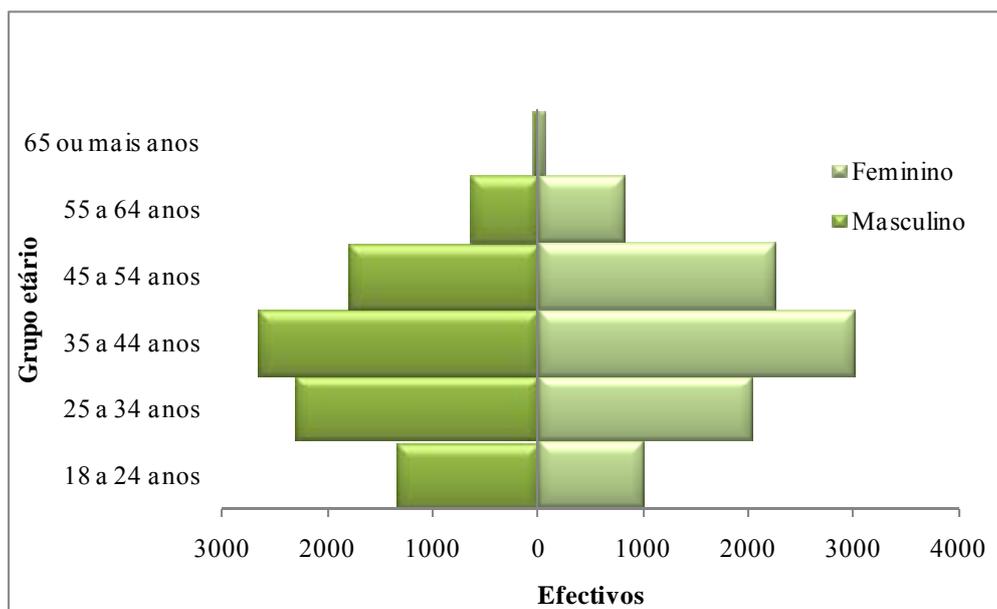


Figura 5. Amostra inscrita no nível básico

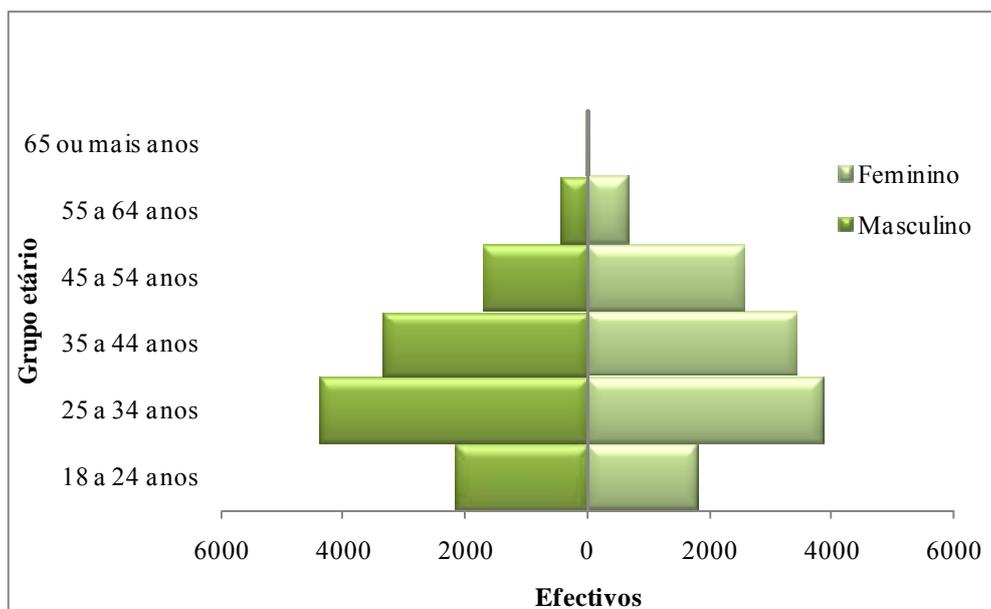


Figura 6. Amostra inscrita no nível secundário

Quanto ao estado civil, a população é constituída por 63% de casados(as), 23% de unidos(as) de facto, 10% de divorciados(as), 3% de separados(as), havendo ainda 1% de viúvos(as) (Figura 7).

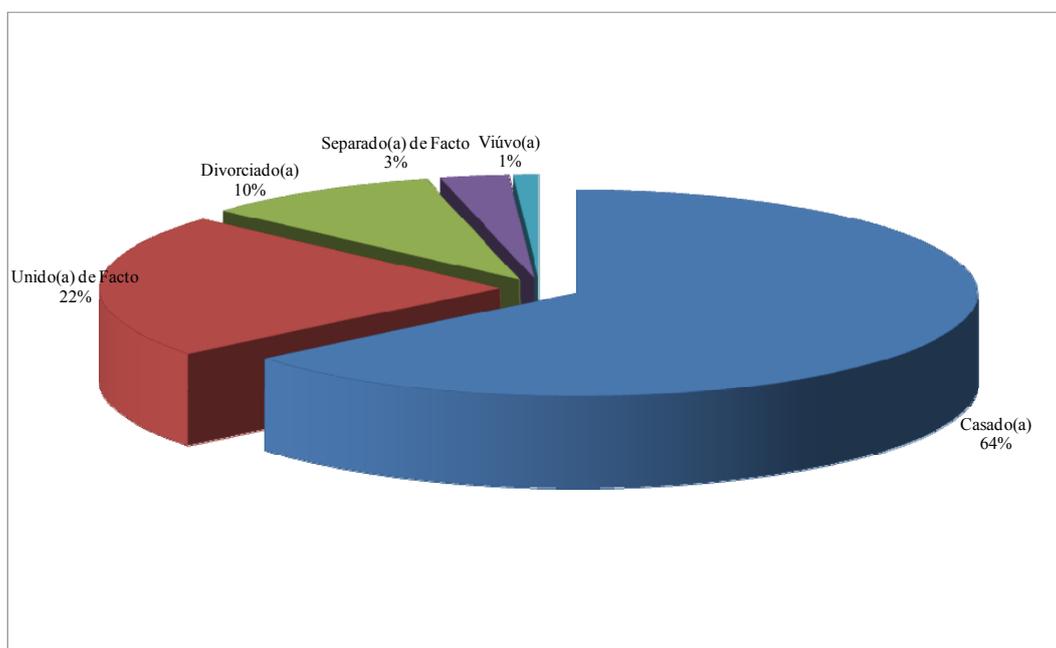


Figura 7. Amostra por estado civil actual

A nacionalidade predominante é a portuguesa, em 97% da amostra, surgindo 2% de angolanos, 1% de cabo-verdianos e apenas um caso de brasileira e outro de dupla nacionalidade.

Quanto à naturalidade, 47% dos respondentes são naturais de Lisboa. A segunda naturalidade mais frequente é não portuguesa, mas de língua oficial portuguesa, 9%.

Relativamente à situação perante o trabalho dos adultos sabe-se que a situação mais verificada é empregado por conta de outrem (67%) seguindo-se a de desempregado (20%) (Figura 8). Estes valores alertam para a importância do processo de RVCC como forma de promoção da empregabilidade.

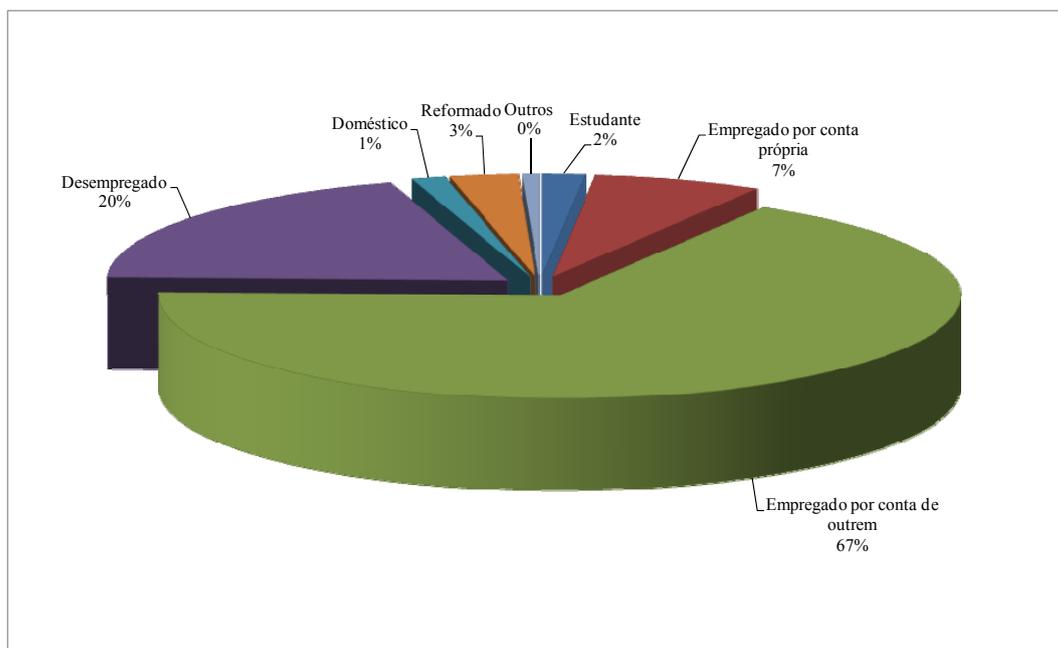


Figura 8. Situação actual perante o trabalho do próprio

No caso dos cônjuges a situação mais verificada é também empregado por conta de outrem (71%), mas a segunda situação mais frequente é empregado por conta própria (20%).

As profissões mais verificadas tanto no próprio como no cônjuge são pessoal dos serviços e vendedores e pessoal administrativo e similares, com perto de 25% cada.

24% dos adultos tiveram conhecimento do processo de RVCC através dos seus amigos, 21% através da publicidade, 18% no local de trabalho e 17% através de familiares. Menos referidos são as notícias/imprensa (10%), as pesquisas na internet (8%), e através do Centro de Emprego (6%).

Julgou-se pertinente procurar a existência de relações entre as variáveis: nível de certificação e sexo, nível de certificação e idade, idade e sexo em cada nível de certificação, nível de

certificação e estado civil. Dos resultados e em resumo, podemos concluir que não há diferenças significativas entre os adultos de nível básico e de nível secundário. Assim, a análise estatística será efectuada sem distinção do nível de certificação.

Capítulo 3 - Percursos escolares, conjugais e familiares

1. Início da vida conjugal

Os casais inquiridos pertencem às gerações nascidas entre 1936 e 1990. Conheceram os seus cônjuges no período que decorreu entre 1952 e 2008. O tempo que estes indivíduos dedicaram à corte tem um valor médio inferior a 1 ano (307 dias) e o namoro teve uma duração média de quase 3 anos (1 081 dias).

Ao longo das gerações mantém-se semelhante a idade média com que os cônjuges se conheceram, 24 anos. Contudo, a dispersão dos valores obtidos, oscila entre os 10 e os 58 anos de idade.

Terminado o percurso pré-nupcial, entre 1955 e 2009, constituíram-se as uniões entre os cônjuges. Denota-se um aumento deste fenómeno a partir da década de 70, talvez seguindo o comportamento da nupcialidade em Portugal, após a laicização do casamento (Figura 9).

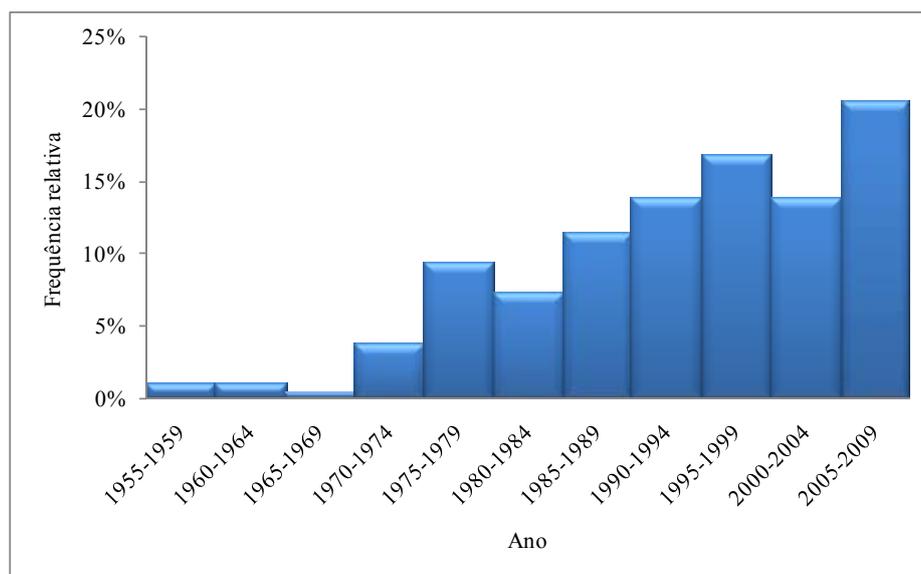


Figura 9. Anos em que os cônjuges se conheceram

A idade média no momento do casamento ou constituição da união é mais avançada nos homens e aumenta nas gerações mais velhas, significando que, na maioria dos casos, o homem é mais velho do que a sua parceira e que nesta população estão presentes situações de segundas e terceiras uniões.

Existe ainda uma relação entre a idade e o tempo de namoro. Este último diminui à medida que a idade dos cônjuges aumenta.

As circunstâncias do encontro mais frequentes foram através de amigos comuns (30%), emprego (16%) e momento de convívio (11%)¹⁴ (Quadro 7).

	Frequência	Porcentagem
Através de amigos comuns	88	30,3
Através de familiares	26	9,0
Escola	25	8,6
Emprego	46	15,9
Férias	10	3,4
Momento de convívio	33	11,4
Espaço de lazer público	17	5,9
Espaço de lazer privado	16	5,5
Vizinhança	29	10,0
Total	290	100,0

Verificam-se 4 não respostas, que correspondem a 1,4% da amostra.

Quadro 7. Circunstâncias em que os cônjuges se conheceram.

Na actualidade, 58% dos adultos inquiridos coabitam com os filhos e enteados e 31% vivem sozinhos. São ainda frequentes outras situações (Figura 10).

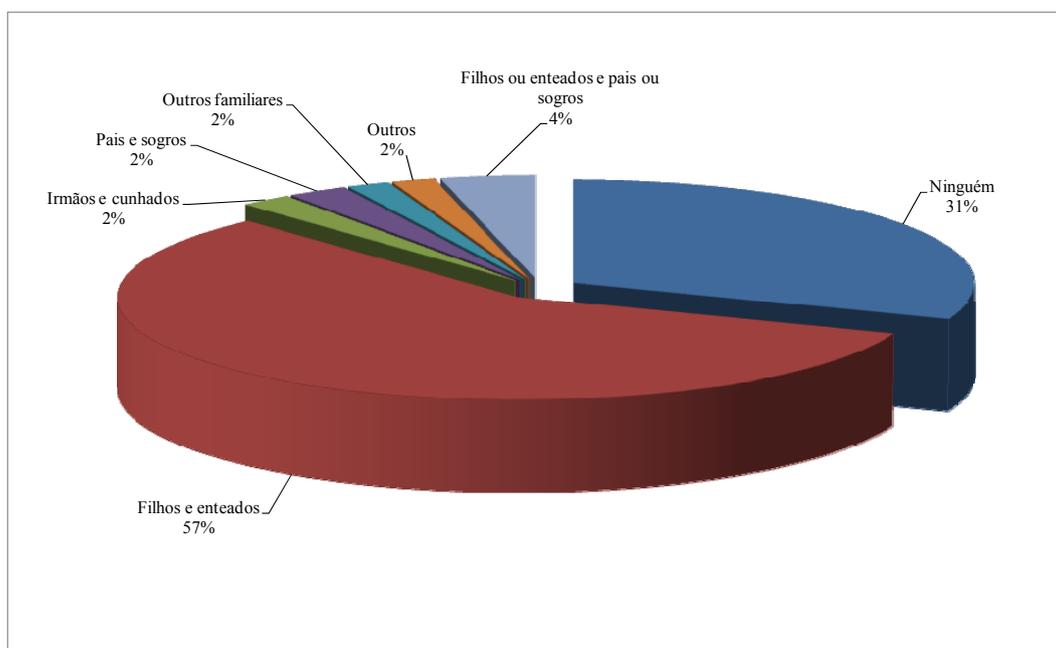


Figura 10. Coabitação no momento do encontro entre os cônjuges

¹⁴ Considera-se que uma incorrecta formulação das opções de resposta a esta pergunta poderá ter resultado em dados pouco precisos. Perante as opções apresentadas, os sujeitos poderão ter-se sentido indecisos quanto à opção correcta quando as circunstâncias foram através de amigos comuns, mas num espaço físico bem delimitado como a escola, o emprego, um espaço de lazer público ou privado.

São mais os homens que vivem sozinhos do que as mulheres. Esta diferença significativa mostra que, em caso de ruptura entre os parceiros, a situação mais recorrente é os filhos ficarem sobre a guarda das mães.

Em ambos os sexos, os que vivem com os filhos e enteados pertencem sobretudo às gerações intermédias (25 a 54 anos). Aqueles que vivem sozinhos pertencem essencialmente às gerações mais velhas, ou seja, são casais cujos filhos já constituíram novo núcleo familiar.

2. Capitais escolares, sexo e idade

Analisaram-se os trajectos dos adultos em processo de RVCC e o dos respectivos cônjuges de modo a conhecer os contornos da homogamia ou heterogamia educativa.

A reconstituição dos percursos escolares da população permite identificar que a escolaridade mais comum é o 3.º ciclo (56%), seguida do 2.º ciclo (32%) e do 1.º ciclo (12%) (Figura 11).

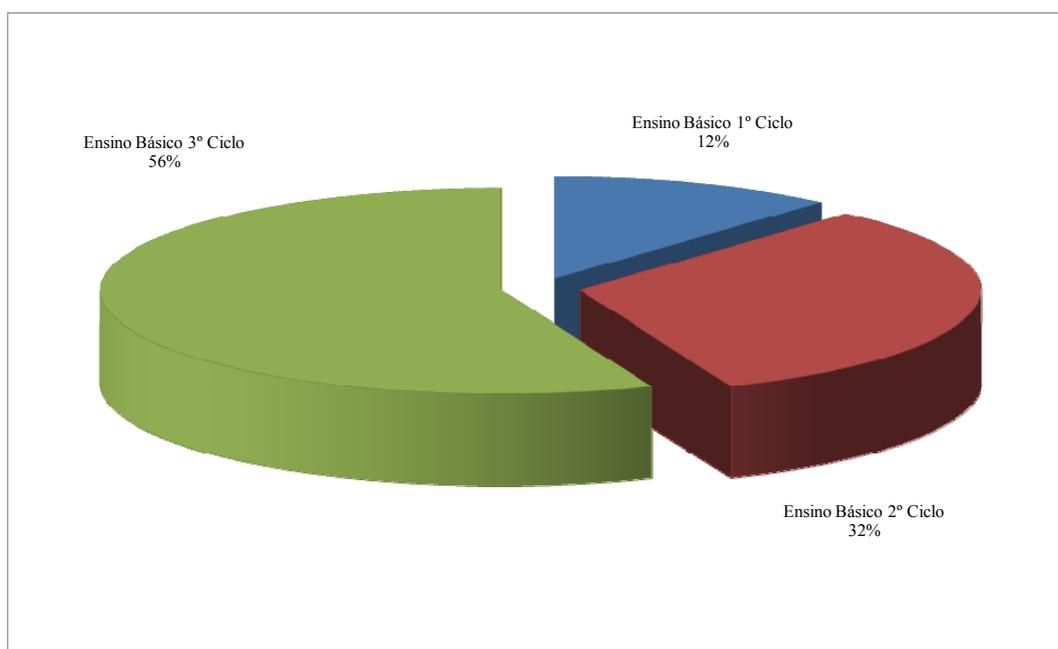


Figura 11. Nível de escolaridade do próprio

Os homens mais novos que estão em processo de RVCC têm essencialmente o 2.º ciclo enquanto as mulheres destas gerações são ligeiramente mais escolarizadas (3.º ciclo). Nos restantes grupos etários, as diferenças entre sexos são pouco significativas (Figura 12).

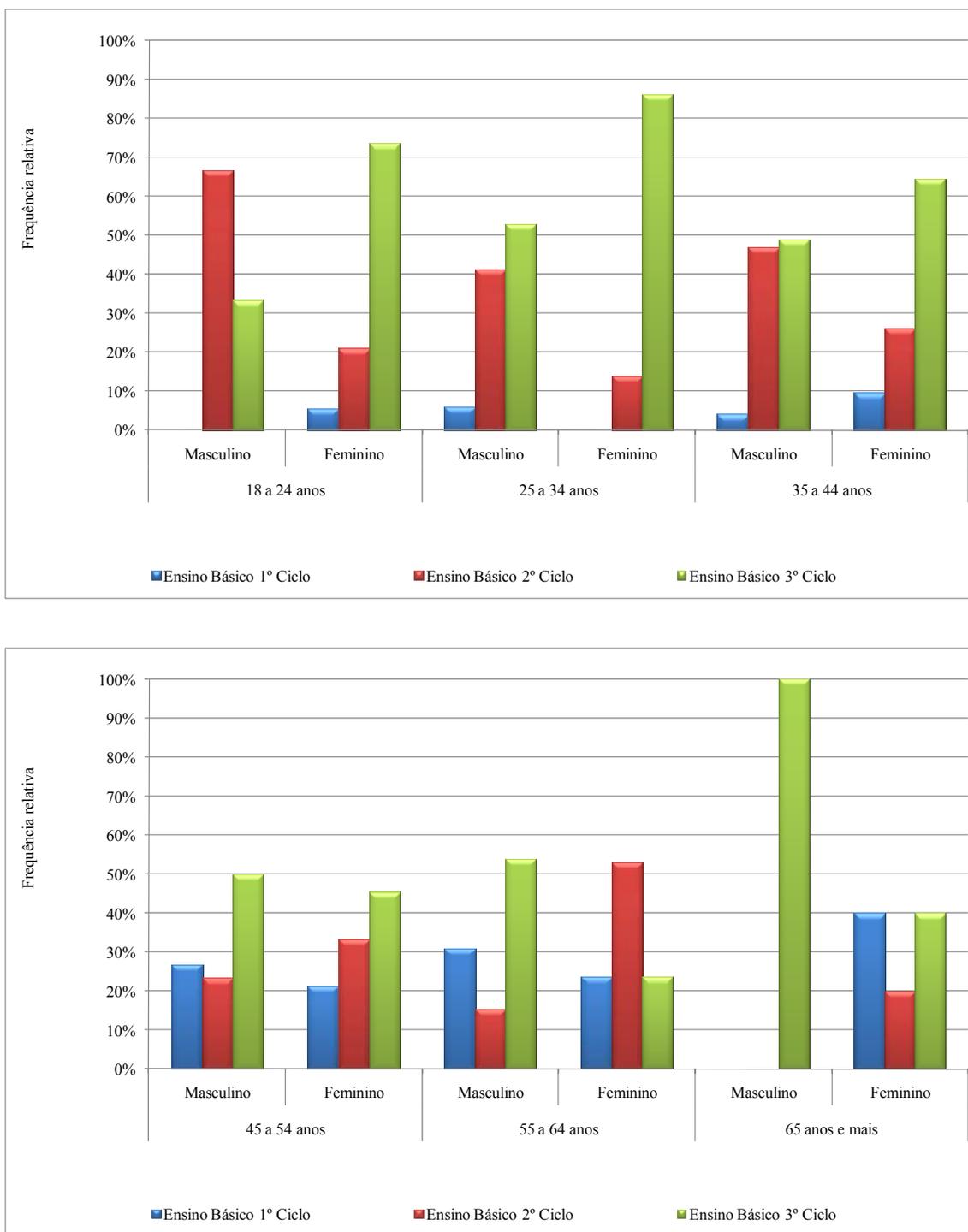


Figura 12. Níveis de escolaridade dos próprios, por sexo e grupo etário

No que concerne aos cônjuges, os níveis de escolaridade mais observados são o 3.º ciclo (29%) e o ensino secundário (27%). O 2.º ciclo é a escolaridade de 19% e o 1.º ciclo de 15%. O ensino superior verifica-se em 10% da população.

Esta distribuição da escolaridade dos cônjuges adianta a existência de situações de heterogamia educativa. Somando os valores de ensino secundário e ensino superior sabemos

que, pelo menos, em 38% da população estudada, o cônjuge é mais escolarizado que o próprio (Figura 13).

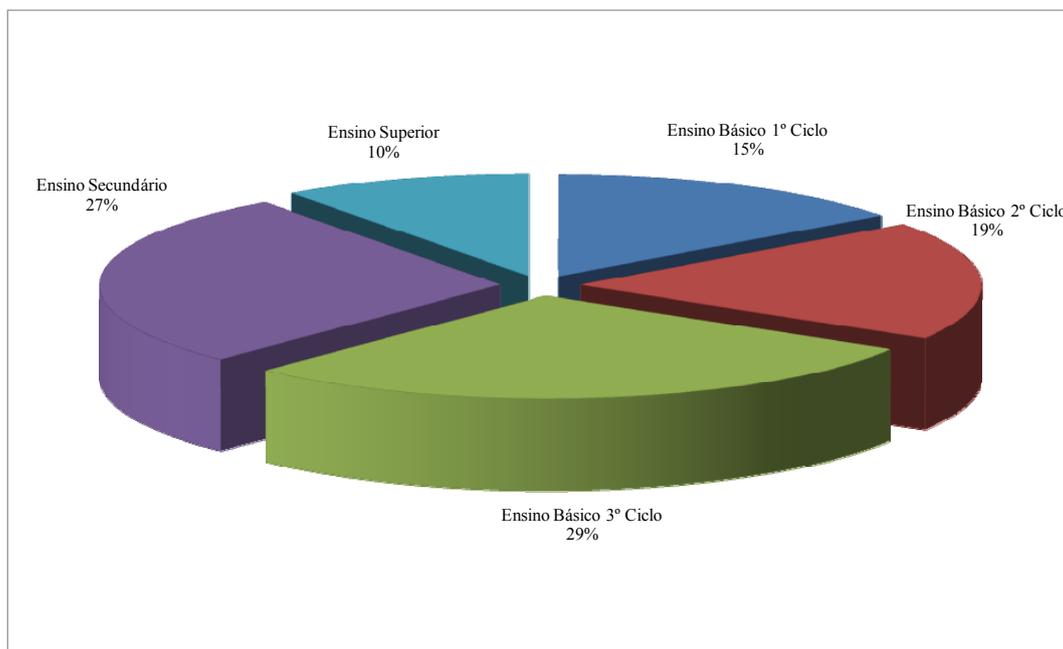


Figura 13. Nível de escolaridade dos cônjuges

A escolaridade dos cônjuges, segundo o sexo permite saber que as esposas distribuem-se essencialmente pelos ciclos do ensino básico. Já os esposos, apesar de também se distribuírem pelos diferentes níveis de ensino, têm uma concentração superior no ensino secundário. Afigura-se assim plausível que o processo de RVCC possa contribuir para a diluição da hipergamia educativa.

A análise do capital escolar dos cônjuges, por grupo etário, permite acrescentar que este caminho em direcção à homogamia é protagonizado essencialmente pelas gerações mais novas. É nestes grupos etários que a percentagem do ensino secundário e ensino superior é mais significativa no sexo masculino e, como tal, serão estas as parceiras que mais procurarão reduzir a distância educativa através de um investimento na sua escolarização.

Os cônjuges dos adultos pertencentes às gerações mais velhas, apresentam uma percentagem do 2.º ciclo e 3.º ciclo superior nos homens e uma percentagem do ensino secundário mais alta no sexo feminino (Figura 14). Por conseguinte, os homens vão aproximar-se das suas esposas (homogamia educativa) e as mulheres vão querer aproximar-se ou mesmo ultrapassar o nível de escolaridade dos esposos (homogamia ou hipogamia educativa).

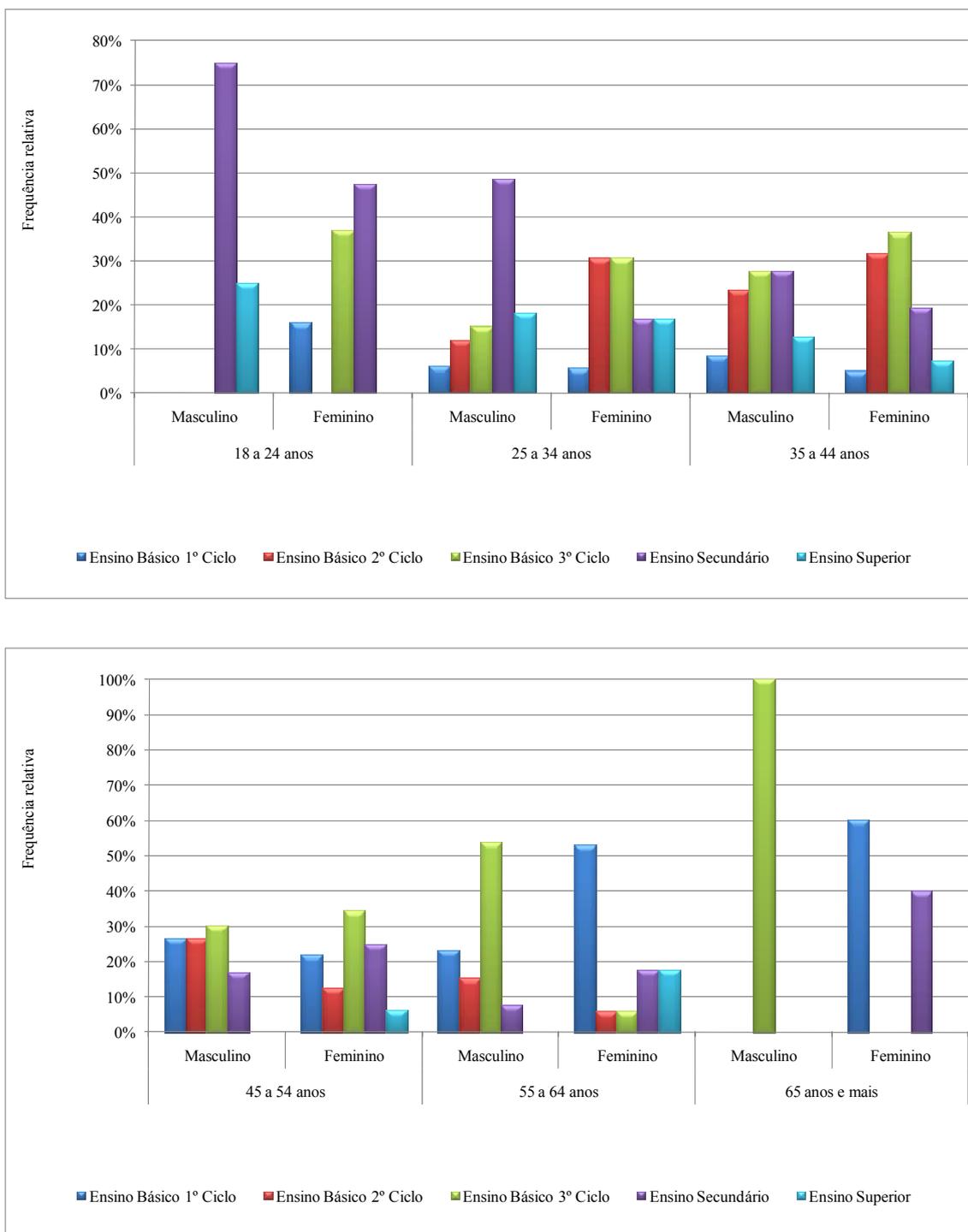


Figura 14. Níveis de escolaridade dos cônjuges, por sexo e grupo etário

Cruzando o nível de escolaridade dos cônjuges observa-se a presença de percursos tanto homogâmicos como heterogâmicos. A situação mais frequente, em todos os níveis de ensino, é o cônjuge ter a mesma escolaridade que o próprio, isto é, verifica-se essencialmente a homogamia educativa nos três primeiros ciclos de ensino com valores de 39%, 28% e 39%, respectivamente (Figura 15).

Contudo, existem diferenças significativas entre os níveis de ensino. Em síntese, é importante referir que os homens com o 1.º ciclo vivem sobretudo relações hipogâmicas sendo a homogamia menos relevante. As mulheres com este nível, vivem também sobretudo em relações hipogâmicas, mas a homogamia já corresponde a metade dos casos.

No 2.º ciclo, verifica-se o mesmo fenómeno, embora se denote um esbatimento das diferenças referidas a favor da homogamia e da hipergamia (esta última menos expressiva). Este processo de aproximação do casal acentua-se no 3.º ciclo. Neste ponto a homogamia atinge os valores mais altos e a hipogamia diminui, o que significa que os homens em processo continuam a estar unidos a parceiras mais escolarizadas, mas estes casos são menos frequentes e os de homogamia mais frequentes.

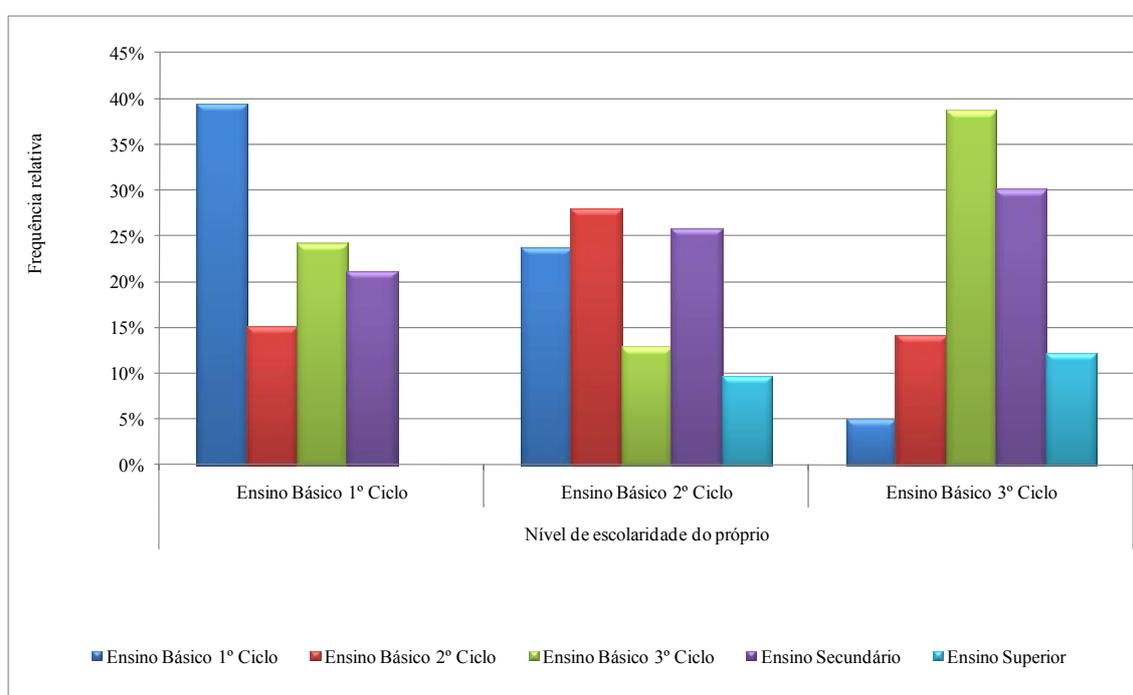


Figura 15. Relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge

Estes dados permitem pressupor que o processo de RVCC irá contribuir para reduzir as distâncias entre os cônjuges, em ambos os sexos. A aproximação à escolaridade do cônjuge é superior para o sexo masculino, pois apresenta um menor nível de escolaridade, quando comparado com o nível de escolaridade dos cônjuges (Figuras 16 e 17).

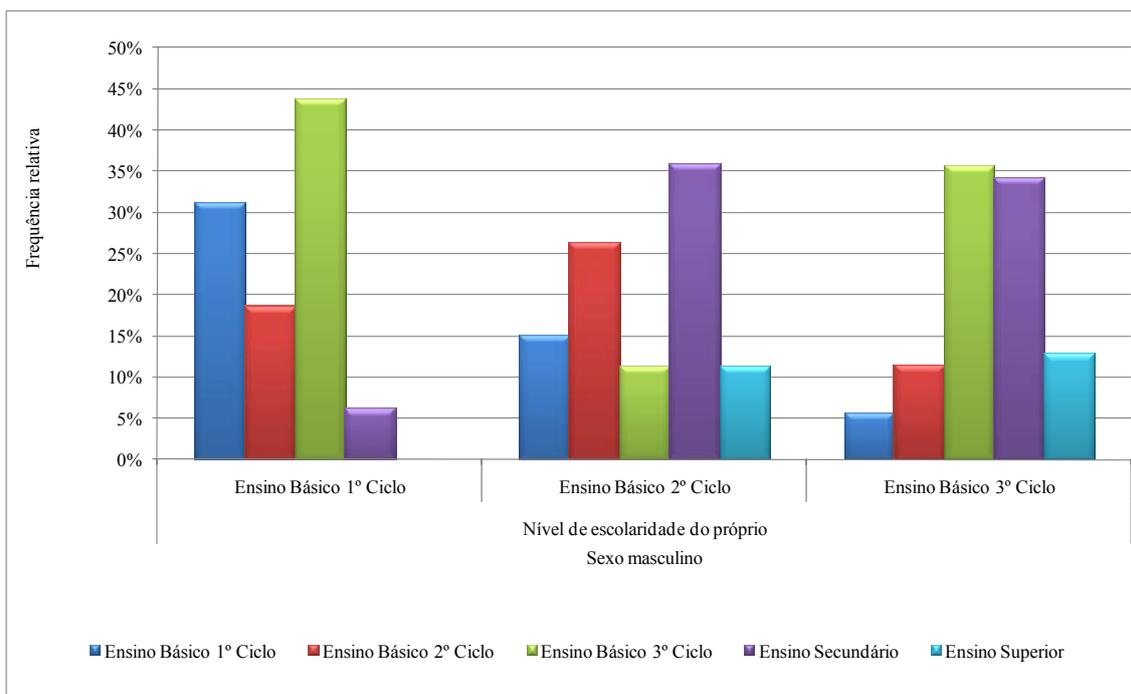


Figura 16. Relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge, sexo masculino

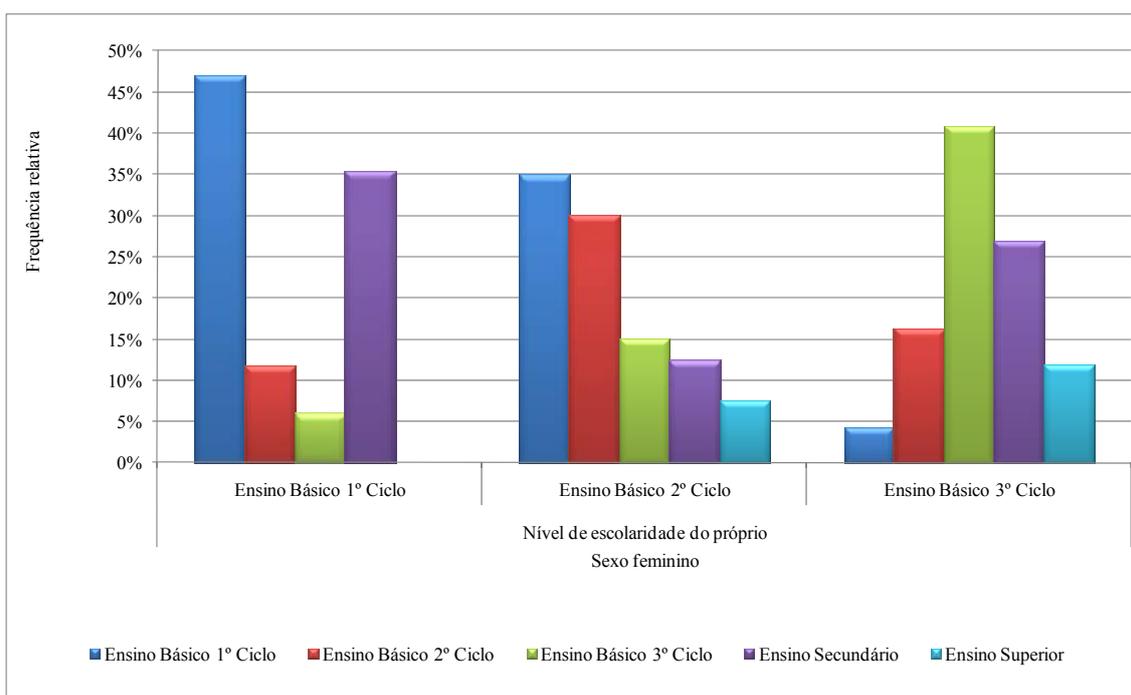


Figura 17. Relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge, sexo feminino

Procedendo à análise da relação entre o nível de escolaridade do próprio e do cônjuge, por grupo etário, sabe-se que o parceiro é, em todas as gerações, mais escolarizado que o próprio quando os cônjuges têm o nível de escolaridade mais baixo, o 1.º ciclo.

Contudo, são muito expressivos os casos em que os cônjuges são mais escolarizados do que os próprios. Esses casos são mais significativos nas gerações mais jovens, sugerindo a ideia de quererem sedimentar uma relação recente através da redução das distâncias entre eles. Nas gerações entre os 18 e os 44 anos, como nos três ciclos de ensino se verifica uma significativa superioridade no capital escolar do cônjuge, podemos prever que o processo de RVCC irá aproximar os cônjuges quanto ao nível de escolaridade.

É nas coortes intermédias e mais velhas que a heterogamia é mais expressiva, coexistindo nos três ciclos de ensino situações de cônjuges mais e menos escolarizados.

Nas gerações entre os 45 e os 54 anos observa-se mesmo que o processo de RVCC distanciará os cônjuges quanto ao nível de escolaridade. Nas gerações entre os 55 e os 64 anos, o processo aproximar os que têm o 1.º ciclo, mas irá afastar ainda mais os que têm o 2.º ciclo. Nas gerações com 65 anos e mais, os cônjuges tornar-se-ão mais próximos quanto ao capital escolar¹⁵.

Assinale-se desde já que estes resultados são passíveis de comparação com a pontuação média obtida por gerações no indicador global da distância entre cônjuges. Com efeito, esta incidência da homogamia educativa nas coortes mais novas e mais velhas, por oposição a um aumento da heterogamia nas coortes intermédias, corresponde ao comportamento do indicador a explorar no Capítulo 4.

3. Interrupção dos estudos

Como referido no Capítulo 2, o questionário procurou conhecer os trajectos escolares dos adultos e dos seus parceiros. Para sistematização dos resultados optou-se por recodificar as causas apresentadas no questionário, quanto às razões que conduziram à finalização do percurso escolar, em seis categorias (Figuras 18 e 19).

¹⁵ Apesar de se ter efectuado a análise do nível de escolaridade do próprio e do cônjuge, por sexo e grupo etário, a desagregação faz com que se passem a verificar muito poucos casos nalgumas coortes, inviabilizando a obtenção de conclusões significativas.

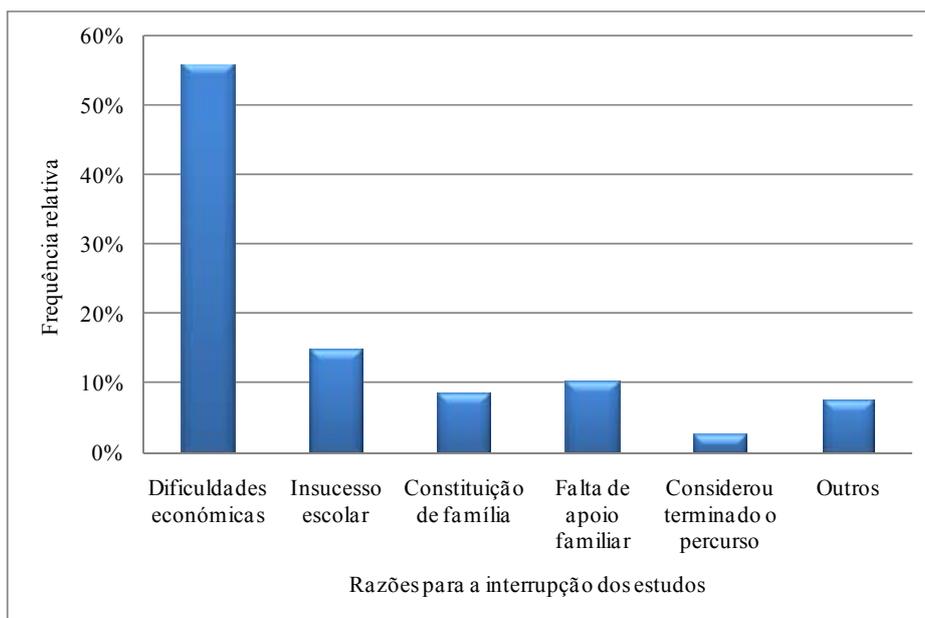


Figura 18. Razões do próprio para a interrupção dos estudos

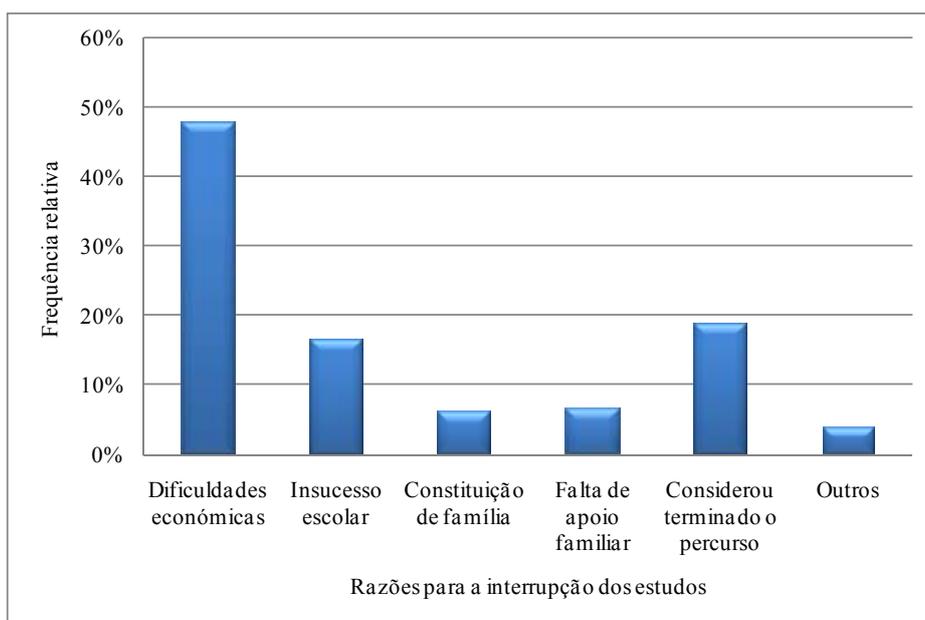


Figura 19. Razões do cônjuge para a interrupção dos estudos

As opções mais referidas foram as que se referem às dificuldades económicas. Querer ser independente, ganhar dinheiro, ter de ir trabalhar, a sua família não ter dinheiro foram os motivos de 56% da população e 48% dos seus parceiros.

Também relevante é o insucesso escolar, este factor foi determinante para 15% dos próprios e 16% dos cônjuges. 9% dos primeiros e 6% dos últimos referem-se à constituição de um novo

núcleo familiar e ainda relevante é a falta de apoio familiar, estas razões foram apontadas por 10% dos próprios e 7% dos cônjuges.

Realça-se a diferença entre próprios e cônjuges quanto às opções relativas à satisfação com o nível de escolaridade obtido. Enquanto no caso do próprio esta opção é escolhida por apenas 3% dos inquiridos, no caso dos cônjuges este valor sobe para 19%. Esta satisfação poderá estar relacionada com o facto de os parceiros terem ido um pouco mais além nos seus processos de escolarização, como verificado no sub-capítulo anterior.

Denota-se também uma tendência para as razões apontadas pelo próprio como motivos para o afastamento escolar serem próximas ou mesmo idênticas às apontadas, também pelo próprio, mas relativamente ao percurso do seu cônjuge. Esta questão tanto poderá corresponder a uma efectiva proximidade como a uma percepção do percurso do cônjuge distorcida pela realidade vivida pelo próprio.

A idade média com que o próprio deixou os estudos é, quase sempre, superior para o sexo feminino. As tais razões económicas que afastaram os indivíduos do processo de escolarização parecem afectar mais cedo os homens, como que demonstrando recair sobre eles uma maior obrigação de contribuir para o sustento do agregado familiar.

Em ambos os sexos, a idade com que deixaram os estudos sobe nas gerações mais novas, como consequência da massificação do ensino, da implementação da escolaridade obrigatória, da universalidade e gratuidade da escolarização (Quadros 8 e 9).

Com que idade deixou os estudos?	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	
Masculino	18 a 24 anos	12	16,33	2,570	14	22
	25 a 34 anos	32	16,50	2,489	12	22
	35 a 44 anos	45	16,33	3,133	12	29
	45 a 54 anos	28	14,82	3,367	9	19
	55 a 64 anos	12	14,67	4,638	11	26
	65 anos e mais	4	12,00	3,367	10	17
	Total	133	15,77	3,263	9	29
Feminino	18 a 24 anos	18	16,67	1,188	14	18
	25 a 34 anos	35	17,40	2,252	13	21
	35 a 44 anos	38	16,34	3,649	10	30
	45 a 54 anos	31	15,97	6,317	10	45
	55 a 64 anos	17	11,59	2,830	10	22
	65 anos e mais	5	12,20	1,789	10	14
	Total	144	15,85	4,188	10	45

Quadro 8. Idade com que o próprio deixou os estudos, por sexo e grupo etário

Com que idade o seu cônjuge deixou os estudos?	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	
Masculino	18 a 24 anos	12	21,00	3,133	17	26
	25 a 34 anos	19	18,68	3,987	13	28
	35 a 44 anos	29	16,69	3,636	11	25
	45 a 54 anos	23	17,04	5,850	10	35
	55 a 64 anos	8	14,25	1,389	12	16
	65 anos e mais	3	13,00	,000	13	13
	Total	94	17,40	4,487	10	35
Feminino	18 a 24 anos	18	17,78	3,574	11	25
	25 a 34 anos	18	17,00	2,497	13	23
	35 a 44 anos	29	17,17	5,050	10	36
	45 a 54 anos	24	16,67	3,942	10	25
	55 a 64 anos	15	12,67	3,994	9	23
	65 anos e mais	5	11,20	1,095	10	12
	Total	109	16,24	4,329	9	36

Quadro 9. Idade com que o cônjuge deixou os estudos, por sexo e grupo etário

Relativamente aos homens inquiridos, a idade no momento de interrupção do percurso escolar diminui das gerações mais novas para as gerações mais velhas. É ligeiramente superior a 16 anos nas gerações dos 18 aos 44 anos, ligeiramente inferior a 15 anos para os que têm entre os 45 e os 64 anos, e situa-se nos 12 anos nas gerações com 65 anos e mais.

Nas mulheres inquiridas, a idade média de interrupção dos estudos é superior aos 16 anos nas gerações até aos 54 anos. Nas gerações com 65 anos e mais este valor recua para os 12 anos.

Relativamente ao cônjuge, observa-se que a idade média com que este deixou os estudos é, quase sempre, superior no caso das esposas. Esta é uma possível explicação para alguns dos casos expressivos de hipogamia já mencionados. Se permaneceram mais anos no sistema de ensino, isso poderá significar que concluíram níveis de ensino superiores.

Ainda no caso das parceiras, a idade de conclusão ou interrupção dos estudos aumentou dos 13 anos nas gerações mais velhas para os 21 anos nas gerações mais novas.

Os esposos apresentam uma média perto dos 17 anos para quem tem entre os 18 e os 54 anos, valores acima de 12 anos para as gerações dos 55 aos 64 anos, e perto dos 11 anos quando têm 65 anos ou mais.

Determinou-se relevante cruzar a idade de abandono ou conclusão dos estudos com a idade à primeira união e a idade de nascimento do primeiro filho. Em média, verifica-se uma diferença significativa entre a idade com que deixou os estudos e a idade com que estabeleceu uma união (perto de 8 anos), e também se verifica uma diferença acentuada entre a idade com que deixou os estudos e a idade com que teve o primeiro filho (perto de 9,5 anos).

4. Tentativas de progressão nos estudos

Na população em análise, 33% dos inquiridos tentaram progredir nos estudos antes de ingressarem no processo de RVCC. O tipo de ensino mais frequentado é o ensino nocturno, com 39% (Figura 20).

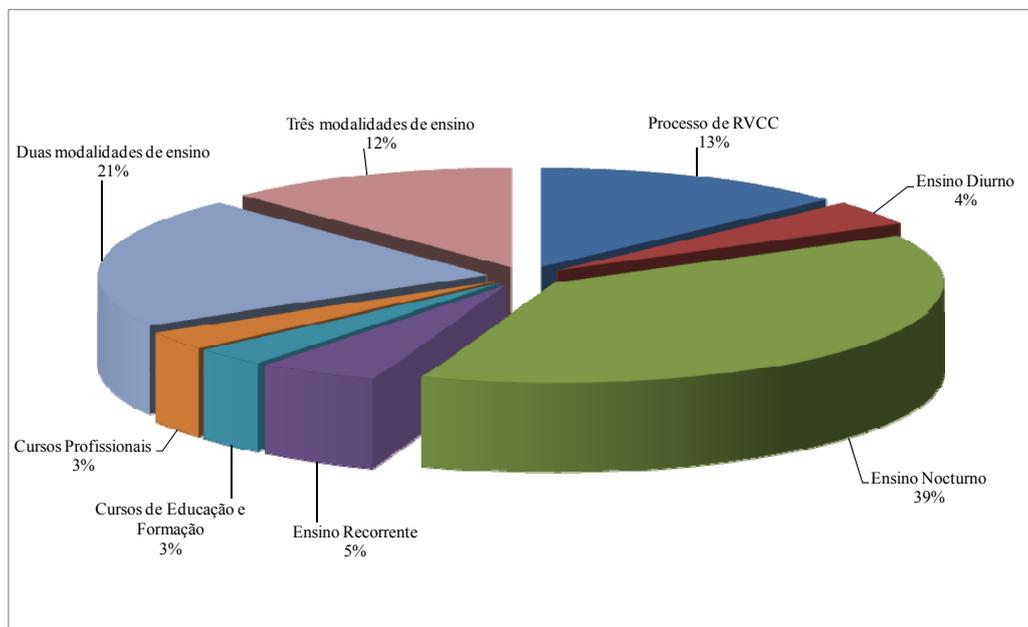


Figura 20. Modalidades de ensino frequentadas pelo próprio nas tentativas de progressão nos estudos

Quanto ao percurso de aprendizagens formais ao longo da vida dos cônjuges, 21% já tinha tentado progredir estudos. Também nesta população o tipo de ensino mais frequentado pelo é o ensino nocturno, com 25% dos casos (Figura 21).

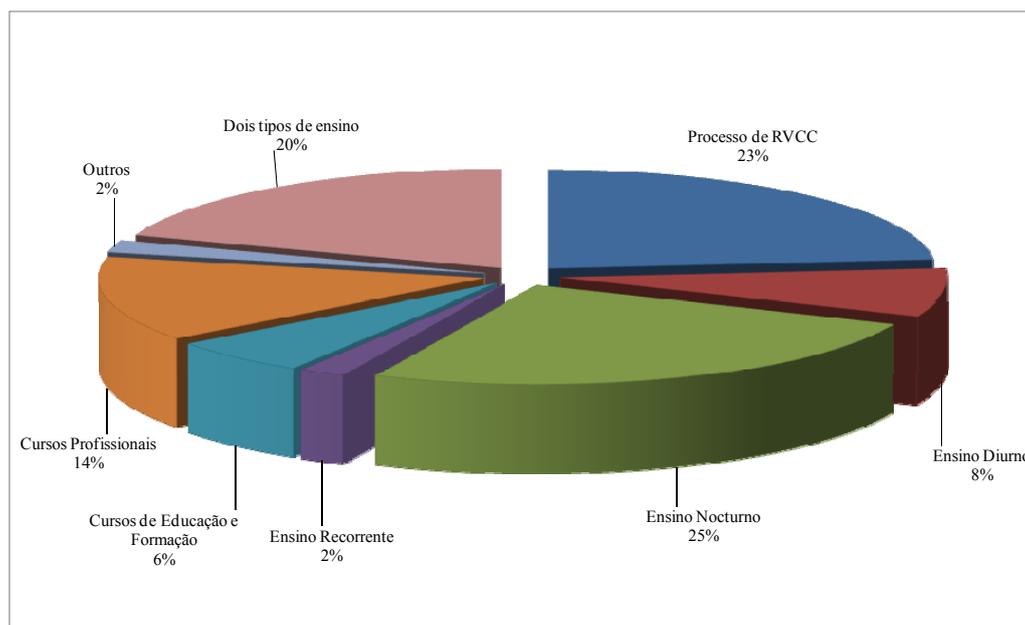


Figura 21. Modalidades de ensino frequentadas pelo cônjuge nas tentativas de progressão nos estudos

Tanto nos próprios como nos cônjuges é relevante a conjugação de mais do que uma modalidade de ensino nas tentativas de progressão. Essas tentativas, por norma, articulam o ensino nocturno com o ensino recorrente e/ou com cursos de formação profissional de dupla certificação o que alerta para elevada dificuldade em obter sucesso através do ensino nocturno. Estes dados indicam ainda acentuada persistência dos indivíduos na concretização dos seus objectivos escolares.

Os valores obtidos para o processo de RVCC, no caso do próprio, referem-se essencialmente a casos de pessoas que já completaram um nível de ensino através deste processo e estão agora a frequentar o nível acima, numa perspectiva de processo contínuo de escolarização. No caso do cônjuge, observe-se que este valor sobe para os 23% sugerindo que o sucesso das tentativas do cônjuge através desta modalidade poderá estimular o interesse do próprio.

Entre os inquiridos, as tentativas de progressão nos estudos anteriores ao processo de RVCC são mais frequentes nos homens. Relativamente aos cônjuges dos inquiridos, estas tentativas não apresentam diferenças entre homens e mulheres (Figura 22).

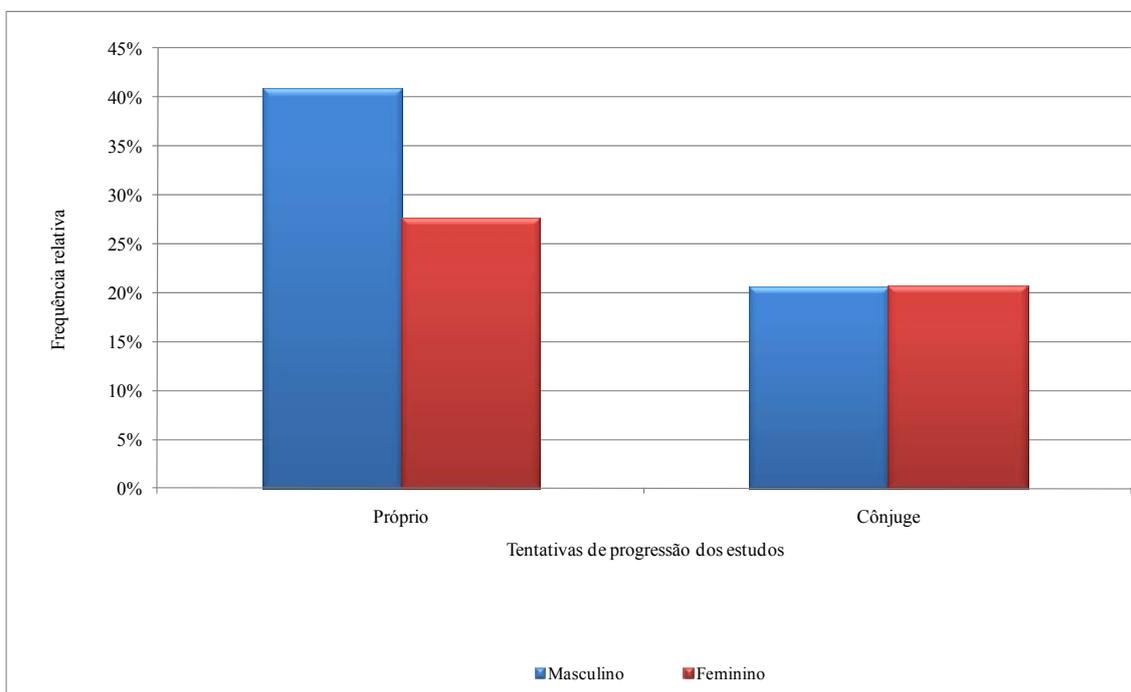


Figura 22. Tentativas de progressão nos estudos do próprio e do cônjuge, por sexo

Observando ainda a relação entre tentativas de progressão e sexo dos próprios e cônjuges, mas agora também por grupo etário, apura-se que, apesar de se verificarem bastantes

diferenças entre gerações, a percentagem dos que já tinham tentado progredir nos estudos é superior para o sexo masculino dos 25 aos 34 anos e a partir dos 65 anos (Figura 23).

A percentagem de cônjuges que já tinham tentado prosseguir os estudos é ligeiramente superior para o sexo feminino nas gerações dos 55 aos 64 anos e com 65 anos e mais.

A idade média com que foram realizadas as tentativas apresenta diferenças relevantes nos homens consoante as gerações: a idade da primeira tentativa é superior nas gerações mais velhas. Nas mulheres, a idade média, em todas as gerações, é ligeiramente superior à verificada nos homens.

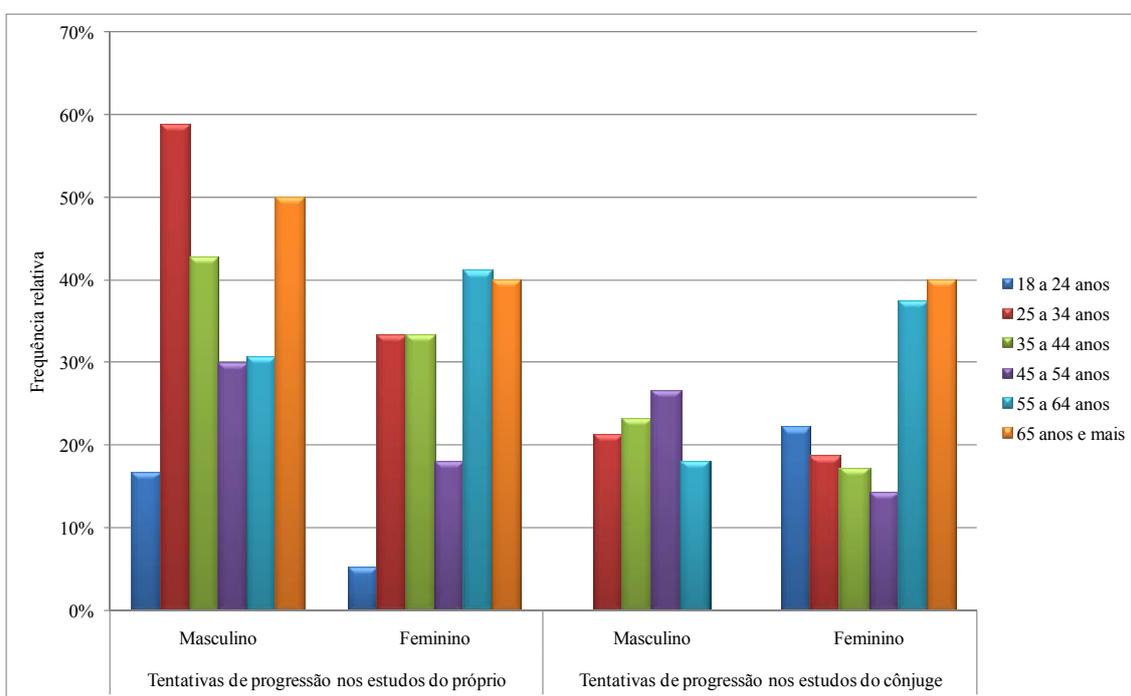


Figura 23. Tentativas de progressão nos estudos do próprio e do cônjuge, por sexo e grupo etário

Tão importante quanto conhecer as tentativas de progressão nos estudos é conhecer o seu resultado. No conjunto das pessoas inquiridas, 26% dos homens e 39% das mulheres foram bem sucedidos. Esta taxa de sucesso aumenta significativamente com a idade.

Quanto às tentativas dos cônjuges, 72% dos homens e 63% das mulheres obtiveram o nível de ensino desejado.

Numa expressiva parte dos casais observados, ao longo da vida a dois, o cônjuge efectuou uma progressão na sua escolaridade, progressão essa que agora o adulto tenta acompanhar com o RVCC.

Quanto aos níveis de escolaridade atingidos, os próprios, concluíram essencialmente o 3.º ciclo (53%) e o 2.º ciclo (43%). Os parceiros atingiram, de grosso modo, níveis superiores: o nível secundário (64%) e o 3.º ciclo (27%). Estes valores sugerem que após a união, a decisão de um estimula a decisão do outro, fazendo com que embora a ritmos diferentes, ambos vão potenciando o seu capital escolar.

Tal como se observou relativamente à análise da população dos Centros NO, no Capítulo 2, também nesta população são os homens quem revela maior interesse ou persistência na progressão na escolaridade. Esta questão poderá estar mesmo ligada à concretização de projectos profissionais ou ser resultado da maior pressão social para que o façam. As mulheres, por sua vez, partem de um patamar de escolarização superior e poderão sentir uma maior responsabilidade familiar. Por isso poderão (re)iniciam o percurso escolar mais tarde e procuram obter sucesso à primeira tentativa. Entende-se pertinente explorar estas questões no Capítulo 5.

5. Razões que motivaram a progressão nos estudos

Das várias razões apresentadas no questionário para que os sujeitos tenham investido nos seus percursos escolares, a que obtém uma pontuação média mais elevada é a valorização pessoal. Em seguida, surge o interesse em terminar um ciclo de ensino e o prosseguimento de estudos. Restantes razões como a progressão na carreira, a (re)inserção no mercado de trabalho, a sugestão familiar, o constrangimento pela escolaridade actual e a mudança de emprego surgem de seguida, com valores médios superiores ao ponto médio (3,5 numa escala de 1 a 7). A razão menos importante é a sugestão institucional (muitas vezes do Centro de Emprego), seguida da sugestão dos amigos, ambas com valores médios inferiores ao ponto médio da escala (Figura 24).

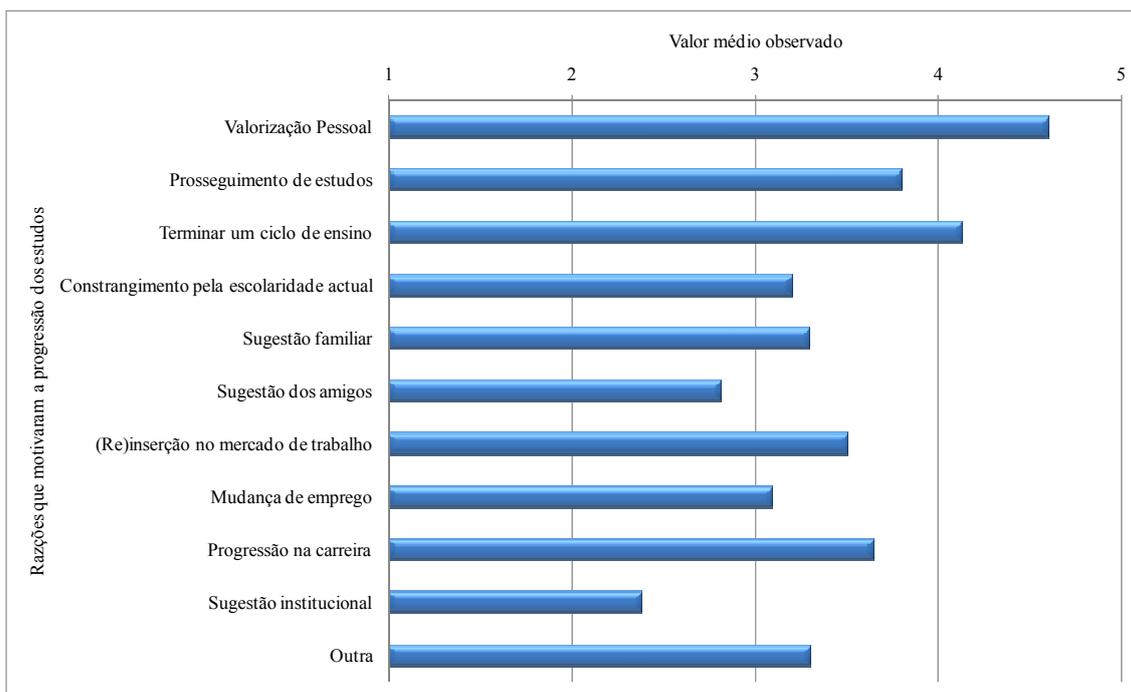


Figura 24. Razões que motivaram a progressão dos estudos por importância atribuída (escala de 1 a 7)

Por sexo e por geração, é o sexo feminino das gerações intermédias quem mais procura a valorização pessoal. Os homens procuram essencialmente a progressão na carreira e seguem uma sugestão institucional.

As razões como o prosseguimento de estudos, terminar um ciclo de ensino, a (re)inserção no mercado de trabalho, diminuí em ambos os sexos e à medida que a idade aumenta.

Já a mudança de emprego e a progressão na carreira é importante entre os que têm entre os 25 e os 44 anos, importância ainda superior nas mulheres. Nelas, com a idade, aumenta também a influência da sugestão institucional (exclui-se o último grupo etário). Mais do que eles, as mulheres consideram importantes as sugestões dos amigos.

A população inquirida revela crer que quanto mais tarde se investe na escolarização, menos se poderá usufruir dos benefícios desse investimento, como tal, serão outras as razões que conduzem as gerações mais velhas a um percurso de escolarização.

6. Percursos e pertenças familiares

Ainda a partir das respostas dos inquiridos ao questionário, procuraram-se ilustrar os percursos e pertenças familiares dos inquiridos.

Relativamente aos pais dos próprios e dos cônjuges regista-se uma média de idades de 65 e 67 anos, respectivamente (com um elevado coeficiente de variação justificado pelas gerações incluídas neste estudo). A população é predominantemente caucasiana (90,3%), surgindo a etnia africana em segundo lugar (8,6%), factor condizente, em certa medida, aos valores apurados para a nacionalidade.

O nível de escolaridade predominante é o 1.º ciclo, seguido de sabe ler e escrever e não sabe ler e escrever. Estes três níveis de escolaridade somam para os pais e mães dos próprios e dos cônjuges sempre mais de 80%, reflexo de uma população pouco escolarizada. São sobretudo as mães quem não detém qualquer nível de escolaridade (mães do próprio 33% e mães do cônjuge, 35%).

O nível de escolaridade predominante nos pais do próprio e o do cônjuge coincide e corresponde ao 1.º ciclo. O mesmo acontece na ocupação mais frequente: operários, artífices e trabalhadores similares. Recordando a importância que Girard (1981) atribuiu a estas variáveis aquando o estudo que realizou junto da sociedade francesa, verifica-se que a homogamia quanto ao estatuto herdado do indivíduo continua a ser de suma relevância.

No que concerne às mães, o capital escolar predominante é idêntico: sem quaisquer conhecimentos escolares ou com conhecimentos escolares não certificados. Todavia quando as mães dos próprios têm o 1.º ciclo ou o 2.º ciclo, as mães dos cônjuges têm níveis superiores. Quer isto dizer que não é só na população em estudo que o cônjuge tem tendência para ser mais escolarizado do que o próprio, as situações de hipogamia parecem constituir um legado familiar. Relativamente à profissão, as mães são sobretudo trabalhadoras não qualificadas, sendo que a situação de doméstica corresponde à maioria das situações. Apesar de coincidirem na maioria das categorias, registam-se diferenças nas ocupações das mães.

A maioria dos respondentes tem irmãos (91% dos próprios e 88% dos parceiros). As situações mais verificadas são um ou dois irmãos, mas são relevantes os casos com três ou mais irmãos.

Os irmãos dos respondentes apresentam diferenças muito acentuadas na idade, mas a média situa-se nos 40 anos. Apresentam também níveis de escolaridade muito diversificados. De

sublinhar, independentemente da ordem de nascimento, o peso dos ciclos do ensino básico. A frequência acumulada até ao 3.º ciclo situa-se entre os 68% e os 82%¹⁶.

A ocupação mais frequente nos irmãos do adulto é operário, artífice e trabalhadores similares, seguida de pessoal dos serviços e vendedores e de pessoal administrativo e similares. Por norma, existem diferenças expressivas nas ocupações do adulto e dos seus irmãos.

Quanto à descendência, cerca de 84% da população tem filhos ou enteados sendo que as situações mais verificadas são de um ou dois filhos.

O número médio de filhos apresenta uma tendência global para aumentar com o aumento da idade (Figura 25).

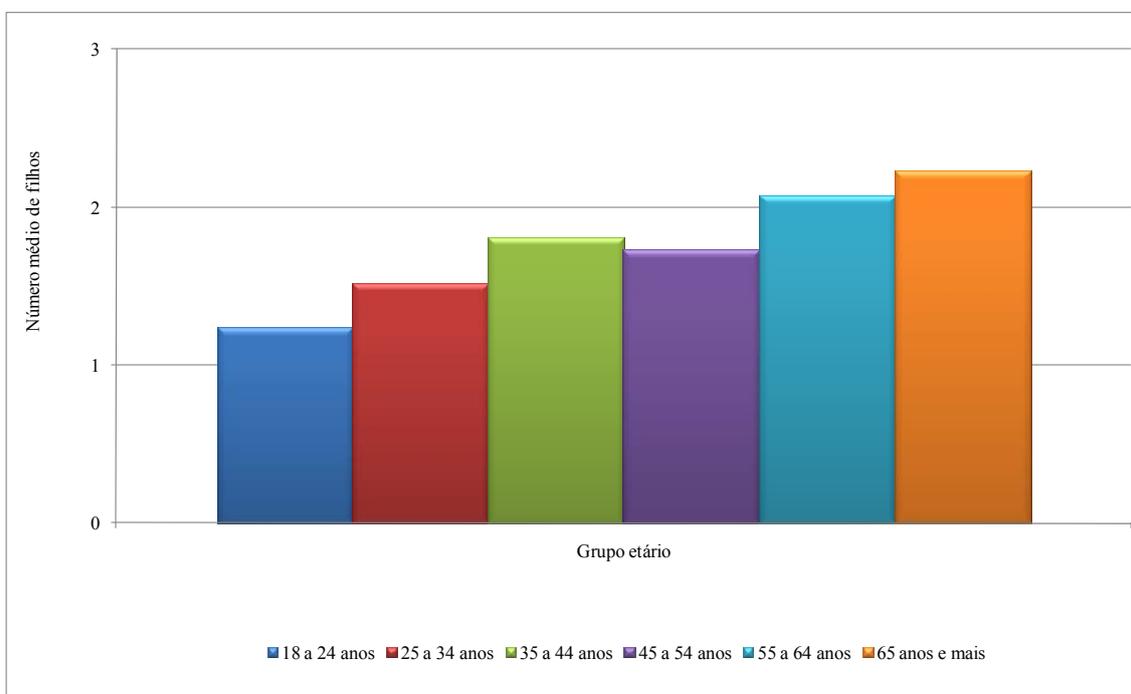


Figura 25. Relação entre o número de filhos e a idade do próprio

A idade média da mãe no nascimento do primeiro filho é de 25 anos. Consoante a ordem de nascimento, as idades médias dos filhos oscilam entre os 17 e os 21 anos.

¹⁶ Não se procedeu à análise da relação entre os indivíduos que receberam apoio dos irmãos para o processo e a escolaridade que possuem pois apenas dois adultos responderam não ter recebido apoio fraterno.

A análise do capital escolar por ordem de nascimento divide a população em sub-grupos pouco significativos, pelo que se indica apenas que nos filhos mais velhos a escolaridade mais frequente é o 3.º ciclo e o ensino secundário. No caso dos segundos filhos a distribuição é equitativa. Nos terceiros filhos a escolaridade que sobressai é o 3º ciclo. São pouco frequentes casos de quartos e quintos filhos.

Procedendo-se à análise por geração, para os primeiros e segundos filhos (grupos cujas dimensões o permitem), verifica-se um aumento das habilitações nas gerações mais velhas. Este aumento não significa um maior investimento destas gerações na escolarização dos seus filhos, mas sim que estes filhos já atingiram a idade suficiente para terem concluído os seus percursos escolares.

As profissões dos filhos distribuem-se por todas as categorias profissionais. Todavia, as mais frequentes são as profissões de quadros superiores (22%) e do pessoal dos serviços ou vendedores (21%).

Assim, considerando os resultados relativos à profissão dos inquiridos e seus cônjuges, verifica-se que em algumas situações a profissão dos pais é legada aos seus filhos, como que se de um prolongamento do estatuto herdado se tratasse. Noutros casos verifica-se que os filhos adquirem um estatuto ao longo da vida que lhes possibilitou a mobilidade social no sentido ascendente.

6.1. Relações entre o capital escolar do adulto, dos filhos e dos irmãos

Neste sentido, procurou-se saber se existe alguma relação entre os capitais escolares do adulto em processo de RVCC, dos filhos e dos irmãos. Os resultados indicam que nos indivíduos que possuem o 1.º ciclo, 87% dos filhos possuem nível superior. Entre os que possuem 2.º ciclo, 19% dos filhos possuem nível inferior e 69% possuem nível superior, quanto aos que possuem 3.º ciclo, 31% dos filhos possuem nível inferior e 35% possuem nível superior. Considerando a evolução do sistema escolar português desde a década de 70, seria expectável que existisse uma diferença maior entre a escolaridade dos pais e a escolaridade dos filhos. Estes resultados, principalmente os relativos ao 3.º ciclo, indicam que o capital escolar dos pais condiciona o dos filhos.

O processo de RVCC tem um papel importante na ruptura desta tendência. Os resultados preliminares do estudo coordenado por Lucília Salgado e intitulado “Uma oportunidade

dupla: da dupla promoção da literacia familiar ao sucesso escolar das crianças” revelam que a iniciativa *Novas Oportunidades* tem um efeito positivo no acompanhamento dos pais do percurso escolar dos filhos e que esse acompanhamento promove o sucesso escolar.

Procurando a mesma relação de capital escolar, mas com o irmão mais velho, sabe-se que em 35% dos que possuem o 1.º ciclo, os irmãos possuem nível superior. Quanto aos que possuem o 2.º ciclo, 21% dos irmãos possuem nível inferior e 58% possuem nível superior. Relativamente ao 3.º ciclo, 27% dos irmãos possuem nível inferior e 34% possuem nível superior.

Estes valores anunciam que o processo de RVCC, para além de poder aproximar o adulto do capital escolar do cônjuge, também o irá fazer quanto ao irmão mais velho.

Capítulo 4 – As distâncias entre cônjuges

O cálculo da distância global entre os cônjuges foi aplicado apenas aos sujeitos que haviam respondido de forma válida às 20 questões do questionário necessárias a este indicador. Por conseguinte, este estudo incide numa sub-amostra retirada da amostra dada a conhecer no Capítulo 2. Assim, considera-se relevante proceder a uma breve caracterização dos casais estudados.

1. Caracterização dos casais

Dos 82 casais que participaram neste estudo, a distribuição por sexo do indivíduo em processo de RVCC é de 44% de homens e 56% de mulheres. As idades apresentam um valor médio de 41 anos (mínimo 20 e máximo 73 anos). O grupo etário mais representado é o dos 18 aos 24 anos (27%), seguindo-se o dos 35 aos 44 anos (22%) e o dos 55 aos 64 anos (18%). As gerações entre os 25 e os 34 anos correspondem a 13% da população e as dos 45 e os 54 anos representam 12%. No grupo etário com 65 anos ou mais está 7% da amostra (Figura 26).

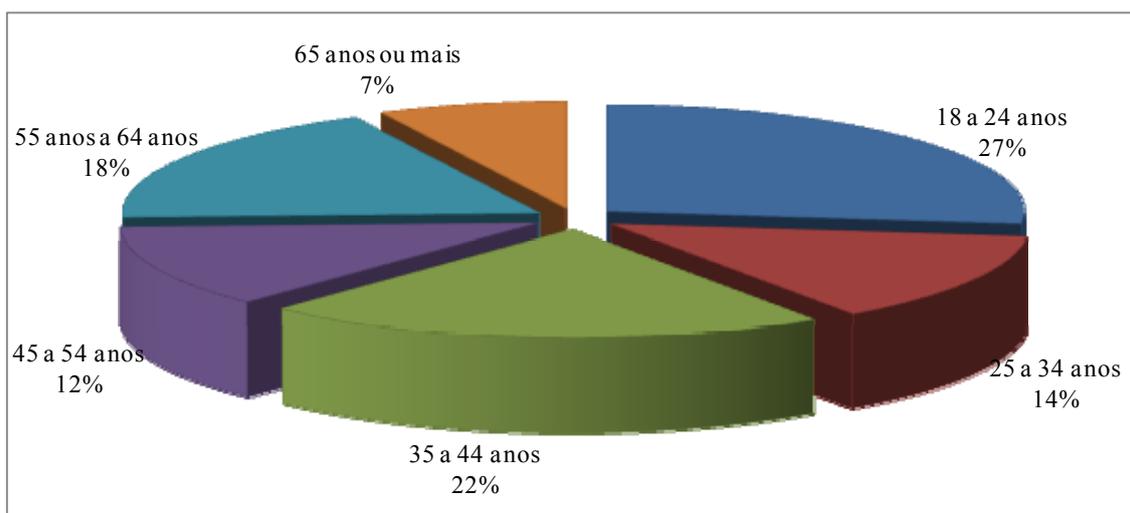


Figura 26. Amostra por grupo etário

Por nível de certificação, 49% da população são candidatos do nível básico e 51% do nível secundário.

O estado civil actual predominante é casado(a) (71%). 24% estão unidos(as) de facto, 4% estão divorciados(as) e 1% viúvo(a) (Figura 27).

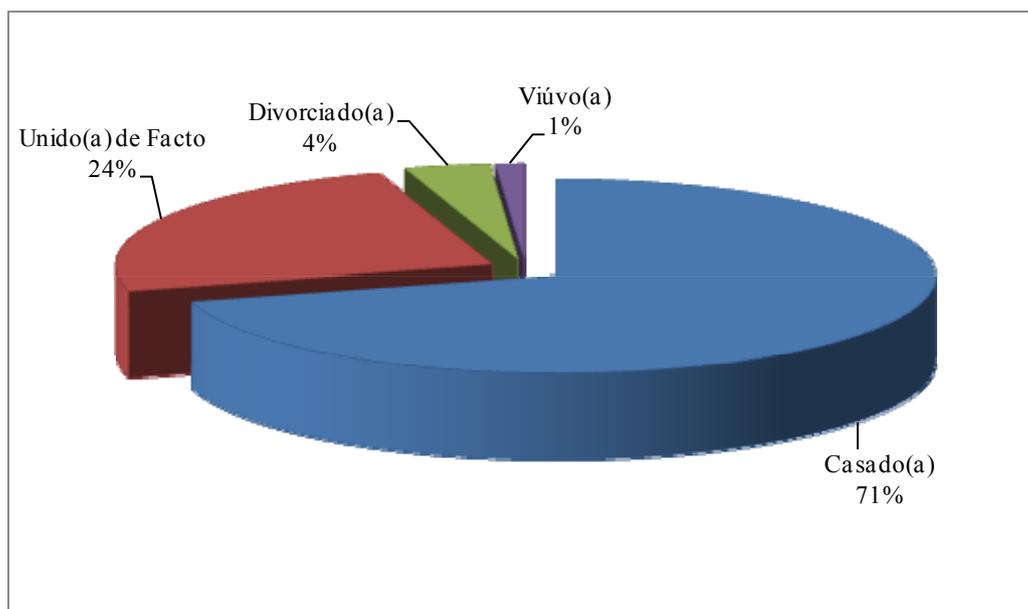


Figura 27. Amostra por estado civil actual

Enquanto no estudo quantitativo a população era constituída por 10% de divorciados(as), nesta sub-amostra o valor é de apenas 4%. Tal deve-se ao facto dos inquiridos divorciados evidenciarem maior dificuldade em responder às questões relativas ao ex-cônjuge.

2. Indicador global da distância entre os cônjuges

O resultado do indicador global apresenta um valor médio de 118,5 pontos, numa escala de 20 a 144 pontos. Os valores mínimo e máximo são, respectivamente, 89 e 138 pontos (Quadro 10).

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Indicador Global	82	118,5	10,8	9,1%	89	138

Quadro 10. Valores da amostra, valores médios, mínimos e máximos, desvio padrão e coeficiente de variação do indicador global da distância entre cônjuges

Pouco mais de metade da população, 52%, obteve valores iguais ou superiores a 120 pontos. Abaixo dos 100 pontos estão apenas 2 casais (Figura 28).

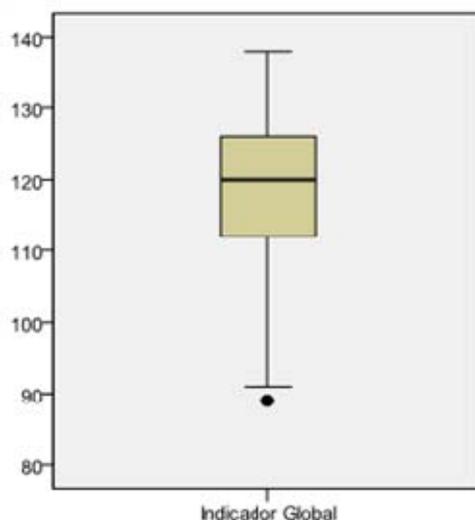


Figura 28. Caixa de bigodes do indicador global da distância entre os cônjuges

Estes valores confirmam a prevalência da homogamia, não só no processo de formação do casal, mas também ao longo da vida a dois.

Em média, são as gerações com 65 e mais anos que obtêm a pontuação mais elevada, 133 pontos. São os grupos intermédios (25 a 34 anos, 35 a 44 anos e 45 a 54 anos) que obtêm as médias de pontuação mais baixas, 126 e 117 pontos, respectivamente (Quadro 11).

Grupo Etário	N	Média	Desvio	Coef.	Mínimo	Máximo
			Padrão	Variação		
18 a 24 anos	22	126	8	6%	106	142
25 a 34 anos	11	117	11	9%	103	138
35 a 44 anos	18	117	13	11%	93	139
45 a 54 anos	10	117	10	8%	104	131
55 a 64 anos	15	127	7	5%	115	137
65 ou mais anos	6	133	11	8%	115	144
Total	82	122	11	9%	93	144

Quadro 11. Valores da amostra, valores médios, mínimos e máximos, desvio padrão e coeficiente de variação do indicador global da distância entre cônjuges por grupo etário

A distribuição por gerações indicia que no início e no fim da vida conjugal os indivíduos poderão ser mais homogâmicos do que nos momentos intermédios (Figura 29). Se o contrato matrimonial ocorre num momento em que os cônjuges partilham características em comum, o percurso a dois parece aumentar a distância inicial. A reaproximação que ocorre entretanto poderá ser o resultado de estratégias conjuntas de subsistência da união conjugal como é, por exemplo, o processo de RVCC.

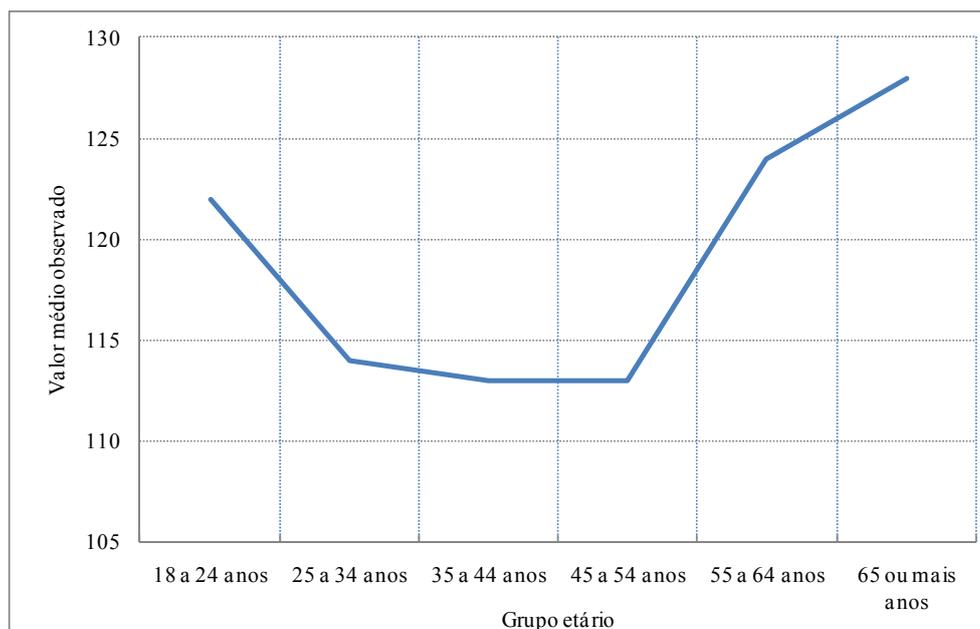


Figura 29. Valores médios do indicador global da distância entre cônjuges por grupo etário

Os motivos que conduzem ao afastamento dos cônjuges nas gerações intermédias poderão estar relacionados com a vida profissional e familiar dos cônjuges.

Tentando destrinçar a influência das várias variáveis utilizadas no indicador global na dicotomia proximidade/distância regista-se que a nacionalidade, o estado civil, a religião e a pertença étnica dos pais obtêm valores médios acima dos 6,5 pontos (numa escala de 1 a 7). Foram algumas destas variáveis que haviam sido consideradas como imutáveis no Capítulo 1, por serem de difícil ou impossível alteração ao longo da vida. Segundo estes dados, elas reflectem elevada proximidade entre os parceiros. Mesmo assim, todas as restantes variáveis apresentam uma média de 5 pontos ou mais, valores também muito elevados.

As variáveis com valores médios inferiores são a escolaridade e a situação actual perante o trabalho. À partida, serão estas, as tais variáveis mutáveis, as responsáveis pelo aumento da distância entre os cônjuges nas gerações intermédias e sobre as quais os cônjuges actuarão estrategicamente no sentido de inverter a tendência de afastamento (Quadro 12). Pode pressupor-se que essas tentativas surtem o efeito desejado, pois as gerações mais velhas atingem e a ultrapassam os valores do ponto de partida.

Resultados por variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Escolaridade ¹	82	1	7	4,98	1,49
Idade	82	1	7	6,23	1,48
Nacionalidade	82	4	7	6,85	0,65
Naturalidade	82	1	7	5,22	2,63
Religião	82	1	7	6,63	1,45
Concelho de residência ²	82	1	7	6,15	1,75
Coabitação ²	82	1	7	5,24	2,31
Estado civil ²	82	1	7	6,74	1,17
Ocupação ²	82	1	7	6,27	1,92
Profissão ^{2,3}	82	1	7	6,20	1,57
Situação actual perante o trabalho	82	1	7	4,99	2,63
Profissão actual ³	82	1	7	5,68	1,95
Idade dos pais	82	1	7	5,24	2,36
Idade das mães	82	1	7	5,35	2,32
Pertença étnica dos pais	82	1	7	6,56	1,50
Escolaridade dos pais ^{2,3}	82	1	7	5,95	1,64
Escolaridade das mães ^{2,3}	82	1	7	5,80	1,72
Ocupação dos pais ^{2,3}	82	1	7	6,09	1,54
Ocupação das mães ^{2,3}	82	1	7	6,16	1,65
Irmãos	82	1	7	6,05	2,21

¹ Após certificação do próprio.

² Quando os cônjuges se conheceram.

³ Profissões recodificadas em três classes: profissões manuais, técnicas e de direcção.

Quadro 12. Frequências absolutas, valores médios, mínimos e máximos e desvio padrão do indicador global da distância entre cônjuges por variável

Importa também saber quais são essas estratégias. Recorde-se que, de acordo com o Capítulo 3, ambos os cônjuges mostram tendência para, nalgum período das suas vidas, retomar os estudos. Essas tentativas terão lugar quando o adulto reúne as condições necessárias para o fazer e não isso não acontecerá necessariamente ao mesmo tempo que o parceiro. Este desfasamento cronológico irá criar uma distância educativa, mesmo que seja meramente temporária.

Também a vida activa é, cada vez mais, pautada por oscilações entre momentos e emprego e desemprego, ou seja, esta é uma variável muito instável e que poderá aumentar a distância entre os cônjuges durante o período intermédio da vida conjugal. Uma das estratégias de combate ao desemprego é precisamente o investimento na empregabilidade, questão que passa pelo aumento do capital escolar. Assim a escolaridade e a situação perante o trabalho partilham entre si mais do que uma baixa pontuação no valor médio do indicador. Tal acontece porque são mutáveis, têm uma grande volatilidade ao longo da vida e uma condiciona a outra, directa ou indirectamente. Quem quer mudar de emprego investe na sua escolaridade, quem fica desempregado, idem.

Na idade, por exemplo, a relativa distância traduz-se em real proximidade, isto porque, por norma, o elemento masculino do casal é mais velho do que o elemento feminino. Esse fenómeno verifica-se nesta população. A diferença média de idades entre os cônjuges é de 2 anos. Em 65% dos casos o homem é mais velho, em média, 3,9 anos do que a mulher. 20% da população tem a mesma idade e em 15% dos casos a mulher é, em média, mais velha 3,2 anos do que o seu cônjuge. Tendo em conta esta diferença de idades e considerando os grupos etários estabelecidos, 43% dos casais encontram-se no mesmo grupo. Os 57% de casais que não se encontram nesta situação, uniram-se com alguém do escalão vizinho.

A elevada homogamia quanto à nacionalidade (94%) poderá dever-se mais às características dos actores no mercado matrimonial português do que propriamente a um pré-requisito dos cônjuges. Também a homogamia étnica é também muito expressiva: 93% para os pais e 94% para as mães. Assim, os casos de miscigenação referem-se a casamentos essencialmente entre africanos e portugueses, questão explicável pela História de Portugal e pelos movimentos migratórios observados essencialmente a partir da década de 80 do século XX (Rosa, et al., 2005).

A religião dos cônjuges é comum em 94% da população. Todos os elementos femininos são católicos, principal religião professada em Portugal e registam-se 6% de casos de homens não católicos (1% Testemunha de Jeová e 5% de agnósticos). A observação de um maior número de casais heterogâmicos quanto à religião teria permitido perceber se as mulheres atribuem mais importância à religião e se é maioritariamente o homem quem abdica das suas crenças em detrimento das crenças da sua esposa. Tendo em conta esta dimensão amostral, tal não é possível destrinçar.

Quanto à naturalidade¹⁷ 72% dos casais são homogâmicos e 28% heterogâmicos. O concelho de residência é idêntico em 86% dos cônjuges e diferente em 14%. Tais resultados são justificáveis pela delimitação geográfica inerente ao palco das trocas matrimoniais.

¹⁷ Na atribuição das pontuações para o cálculo do indicador global, considerou-se o concelho de naturalidade e de residência de cada elemento do casal. Contudo, devido à proximidade geográfica e à mobilidade existente na região Grande área Metropolitana de Lisboa para a análise da homogamia e heterogamia quanto as estas duas variáveis, efectuou-se a agregação dos concelhos da Grande área Metropolitana de Lisboa numa só unidade.

Relativamente à coabitação dos cônjuges, no momento do encontro, apura-se que os cruzamentos com pais e irmãos ou com pais reúne, no total 79%, dos casais. Todas as outras possibilidades são pouco significativas (Quadro 13). Estes resultados poderão reflectir que grande parte dos casais abrangidos estão ainda na sua primeira união.

		Quando se conheceram com quem residia? ¹⁸ (Feminino, %)						Total	
		Sozinho	Com pais e irmãos	Com pais	Com irmãos	Com filhos	Com outros familiares		Outros
Quando se conheceram com quem residia? (Masculino, %)	Sozinho	1,22	1,22	0,00	1,22	0,00	1,22	0,00	4,88
	Com pais e irmãos	1,22	43,90	9,76	0,00	0,00	2,44	0,00	57,32
	Com pais	2,44	14,63	10,98	0,00	0,00	0,00	0,00	28,05
	Com filhos	0,00	0,00	0,00	0,00	2,44	0,00	2,44	4,88
	Com outros familiares	0,00	2,44	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	3,66
	Com amigos	0,00	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,22
	Total	4,88	63,41	21,95	1,22	2,44	3,66	2,44	100,00

Quadro 13. Coabitação por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

Reforça esta ideia de uma forte presença de primeiras uniões, o estado civil dos cônjuges. É idêntico em 95% da população e corresponde a solteiro(a). Os casos de heterogamia nesta variável são apenas de 5% e reportam-se a mulheres divorciadas que se uniram a homens solteiros. Nestes casos, os cônjuges tinham mais de 35 anos no momento do encontro, ou seja, operavam num mercado matrimonial onde a concentração de mulheres solteiras é mais baixa.

No que respeita à ocupação no momento do encontro, são homogâmicos 87% dos casais. O cruzamento mais frequente é entre trabalhadores (65%), seguido de estudantes (22%). Em 10% dos casos o homem trabalhava enquanto a mulher ainda estudava, sendo que a situação inversa não sucede (Quadro 14). Por um lado estes resultados são reflexo da diferença de idades identificada entre sexos, por outro lado reforçam a ideia de que à mulher é concedida a

¹⁸ Para melhor legibilidade dos quadros sombrearam-se as células com dados significativos. Identificam-se a verde escuro os casos homogâmicos e a verde claro os heterogâmicos.

oportunidade de estudar até mais tarde, enquanto o homem deve contribuir para a economia familiar.

		Qual era a sua ocupação quando se conheceram? (Feminino, %)		
		Estudava	Trabalhava	Total
Qual era a sua ocupação quando se conheceram? (Masculino, %)	Estudava	21,95	0,00	21,95
	Estava à procura do primeiro emprego	2,44	0,00	2,44
	Trabalhava	9,76	64,63	74,39
	Cumpria o serviço militar	0,00	1,22	1,22
Total		34,15	65,85	100,00

Quadro 14. Ocupação por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

Relativamente à profissão, 77% dos casos são homogâmicos. As profissões técnicas cruzaram-se em 29% casos, as manuais em 23% e os inactivos em 24%. Em 9% dos inquiridos, o elemento masculino desempenhava uma profissão manual e o elemento feminino uma profissão técnica, o inverso aconteceu em 5% dos casos. 10% das mulheres que estavam inactivas quando se uniram a homens das profissões técnicas e manuais. Nesta variável, em caso de diferença, são mais frequentes os casos de hipergamia do que de homogamia (Quadro 15).

		Se trabalhava quando se conheceram, classifique a sua profissão? (Feminino, %)			
		Técnica	Manual	Inactivo(a)	Total
Se trabalhava quando se conheceram, classifique a sua profissão? (Masculino, %)	Técnica	29,27	4,88	3,66	37,80
	Manual	8,54	23,17	6,10	37,80
	Inactivo(a)	0,00	0,00	24,39	24,39
Total		37,80	28,05	34,15	100,00

Quadro 15. Profissão por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

Na situação perante o trabalho actual, 60% dos casais são homogâmicos. Como já mencionado, aqui a heterogamia é muito significativa correspondendo a 26% de hipergamia (valor mais elevado de todas as variáveis) e 10% de hipogamia. 54% dos inquiridos são empregados por conta de outrem, 11% dos empregados por conta própria estão com empregadas por conta de outrem e 10% de desempregadas uniram-se a empregados por conta de outrem (Quadro 16).

		Qual é a sua situação perante o trabalho actualmente? (Feminino, %)					Total
		Empregado por conta própria	Empregado por conta de outrem	Desempregado	Reformado	Inactivo	
Qual é a sua situação perante o trabalho actualmente? (Masculino, %)	Estudante	0,00	2,44	0,00	0,00	0,00	2,44
	Empregado por conta própria	1,22	10,98	0,00	0,00	0,00	12,20
	Empregado por conta de outrem	2,44	53,66	9,76	1,22	0,00	67,07
	Desempregado	0,00	4,88	1,22	0,00	1,22	7,32
	Reformado	2,44	1,22	2,44	3,66	0,00	9,76
	Outros	0,00	1,22	0,00	0,00	0,00	1,22
	Total	6,10	74,39	13,41	4,88	1,22	100,00

Quadro 16. Situação actual perante o trabalho por sexo

A homogamia profissional abrange 65% desta população, ou seja, é mais elevada do que a situação perante o trabalho, em resultado da não perturbação provocada pelas situações de desemprego. Nas profissões actuais destacam-se as profissões técnicas (46%), seguidas por cônjuges com profissões manuais (15% dos casos). 9% de profissionais técnicos estabeleceram uniões com mulheres com profissões manuais contribuindo para uma hipergamia total de 15% (Quadro 17).

		Se trabalhava ou se se encontra numa situação de desemprego inferior a 12 meses, classifique a sua profissão? (Feminino, %)				Total
		Direcção	Técnica	Manual	Inactivo(a)	
Se trabalhava ou se se encontra numa situação de desemprego inferior a 12 meses, classifique a sua profissão? (Masculino, %)	Direcção	0,00	4,88	0,00	0,00	4,88
	Técnica	4,88	46,34	8,54	0,00	59,76
	Manual	1,22	4,88	14,63	2,44	23,17
	Inactivo(a)	1,22	6,10	1,22	3,66	12,20
	Total	7,32	62,20	24,39	6,10	100,00

Quadro 17. Profissão actual por sexo

Analisando as pertenças familiares, em 35% das situações, os pais de ambos os cônjuges têm idades muito próximas. Em 39% dos casos a idade dos pais tem uma diferença até aos 5 anos. Quando a diferença é superior, por norma, é o pai do esposo o progenitor mais velho (diferença de idades depois reproduzida no casal). Relativamente às mães, 33% têm idades

semelhantes. 43% das mães apresentam uma diferença de idades superior a 5 anos. Estes casos distribuem-se por todas as gerações em análise.

Em 65% dos casos estudados a escolaridade dos pais dos cônjuges insere-se no mesmo nível. A escolaridade dos pais dos cônjuges que mais se cruza é o ensino básico, 1.º ciclo (49%). Quando há diferença entre a profissão do pai dele e dela, em 26% dos casos, os pais delas têm mais escolaridade que os dele e em 10% dos casais, observa-se o inverso (Quadro 18).

		Qual o nível de escolaridade que o seu pai tinha quando conheceu o seu cônjuge? (Feminino, %)							Total
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	
Qual o nível de escolaridade que o seu pai tinha quando conheceu o seu cônjuge? (Masculino, %)	Não sabe ler nem escrever	7,32	4,88	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	13,41
	Sabe ler e escrever	2,44	4,88	8,54	0,00	0,00	0,00	0,00	15,85
	Ensino Básico 1º Ciclo	1,22	2,44	48,78	1,22	6,10	1,22	1,22	62,20
	Ensino Básico 2º Ciclo	0,00	0,00	0,00	2,44	0,00	0,00	0,00	2,44
	Ensino Básico 3º Ciclo	0,00	0,00	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1,22
	Ensino Secundário	0,00	0,00	1,22	0,00	1,22	0,00	1,22	3,66
	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,22	1,22
	Total	10,98	12,20	60,98	3,66	7,32	1,22	3,66	100,00

Quadro 18. Nível de escolaridade dos pais por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

Em 61% das situações as mães têm escolaridade idêntica. A mais comum é o ensino básico, 1.º Ciclo com 45% dos casos. Em 16% a mãe do cônjuge masculino é mais escolarizada que a sua homóloga e o inverso acontece com uma frequência superior, 23% (Quadro 19).

		Qual o nível de escolaridade que a sua mãe tinha quando conheceu o seu cônjuge? (Feminino, %)							Total
		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	
Qual o nível de escolaridade que a sua mãe tinha quando conheceu o seu cônjuge? (Masculino, %)	Não sabe ler nem escrever	3,66	7,32	2,44	0,00	0,00	0,00	0,00	13,41
	Sabe ler e escrever	2,44	10,98	2,44	0,00	0,00	0,00	0,00	15,85
	Ensino Básico 1º Ciclo	3,66	1,22	45,12	4,88	3,66	1,22	1,22	60,98
	Ensino Básico 2º Ciclo	0,00	0,00	1,22	1,22	0,00	0,00	0,00	2,44
	Ensino Básico 3º Ciclo	0,00	0,00	3,66	2,44	0,00	0,00	0,00	6,10
	Ensino Superior	0,00	0,00	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1,22
Total		9,76	19,51	56,10	8,54	3,66	1,22	1,22	100,00

Quadro 19. Nível de escolaridade das mães por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

Já havia sido observado no estudo quantitativo que as mulheres apresentam um capital escolar ligeiramente superior ao dos homens. A origem desta diferença poderá estar no estatuto herdado pelos cônjuges.

Em 72% dos casos o casal é homogâmico quanto à ocupação dos pais. A parceria mais comum é entre as profissões manuais (59%). Seguem-se as profissões técnicas. Por fim, em 13%, cruzam-se as profissões manuais dos pais do elemento masculino do casal com as profissões técnicas dos pais do elemento feminino (Quadro 20).

		Qual a ocupação do seu pai quando conheceu o seu cônjuge? (Feminino, %)				Total
		Direcção	Técnica	Manual	Inactivo(a)	
Qual a ocupação do seu pai quando conheceu o seu cônjuge? (Masculino, %)	Direcção	1,22	2,44	2,44	0,00	6,10
	Técnica	1,22	12,20	6,10	0,00	19,51
	Manual	0,00	13,41	58,54	2,44	74,39
	Total	2,44	28,05	67,07	2,44	100,00

Quadro 20. Ocupação dos pais por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

A homogamia relativamente à ocupação das mães ocorre em 77% da população. As profissões manuais são o cruzamento mais verificado entre as mães dos cônjuges, 62%. Surge ainda o cruzamento entre as profissões técnicas e entre profissões técnicas com manuais, 9% em cada uma destas possibilidades (Quadro 21).

		Qual a ocupação da sua mãe quando conheceu o seu cônjuge? (Feminino, %)				Total
		Direcção	Técnica	Manual	Inactivo(a)	
Qual a ocupação da sua mãe quando conheceu o seu cônjuge? (Masculino, %)	Direcção	0,00	1,22	1,22	0,00	2,44
	Técnica	0,00	8,54	3,66	0,00	12,20
	Manual	1,22	8,54	62,20	2,44	74,39
	Inactivo(a)	1,22	1,22	2,44	6,10	10,98
Total		2,44	19,51	69,51	8,54	100,00

Quadro 21. Ocupação das mães por sexo (no momento do encontro entre os cônjuges)

São 84% os casais que se encontram na mesma situação quanto à existência de irmãos. A maior parte dos cônjuges têm irmãos, 79%. Há 5% de casos em que nem ela nem ele têm irmãos. Surgem ainda situações de homens sem irmãos unidos com mulheres com irmãos e vice-versa (Quadro 22).

		Tem irmão(s)? (Feminino, %)		Total
		Sim	Não	
Tem irmão(s)? (Masculino, %)	Sim	79,27	6,10	85,37
	Não	9,76	4,88	14,63
Total		89,02	10,98	100,00

Quadro 22. Irmãos por sexo

À imagem da análise efectuada à população de 297 inquiridos, considera-se relevante perceber qual o efeito do processo de RVCC nestes 82 casais. Quanto ao nível de escolaridade obtido após a certificação, observa-se que a homogamia educativa diminui de 32% para 27%, a hipergamia sofre uma ligeira diminuição dos 27 para os 26% e a hipogamia aumentará dos 41 para os 48%.

A certificação fará com que o ensino secundário reúna 22% dos casais homogâmicos. A hipogamia entre o ensino básico 3.º ciclo e o ensino secundário corresponderá a 16% da população. O fenómeno inverso ocorrerá com 10% da amostra. Salienta-se ainda o facto de 11% dos casais serem constituídos por mulheres com o 3.º ciclo e homens com o 1.º ciclo, ou seja, com dois ciclos de ensino de distância (Quadro 23).

		Qual o nível de escolaridade que possui? (Feminino, %)					
		Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Total
Qual o nível de escolaridade que possui? (Masculino, %)	Ensino Básico 1º Ciclo	0,00	3,66	10,98	1,22	0,00	15,85
	Ensino Básico 2º Ciclo	1,22	1,22	7,32	2,44	0,00	12,20
	Ensino Básico 3º Ciclo	1,22	4,88	3,66	15,85	1,22	26,83
	Ensino Secundário	0,00	2,44	9,76	21,95	4,88	39,02
	Ensino Superior	0,00	0,00	1,22	4,88	0,00	6,10
Total		2,44	12,20	32,93	46,34	6,10	100,00

Quadro 23. Nível de escolaridade por sexo (após a certificação)

Analisando por coorte, no grupo etário dos 18 aos 24 anos, a certificação fará com que casos hipergâmicos se transformem em casos homogâmicos. O valor da hipogamia manter-se-á nos 50%. Dos 25 aos 34 anos a homogamia esbater-se-á para dar lugar à heterogamia (tanto hipergamia como hipogamia). Dos 35 aos 44 anos, a hipogamia recebe casos antes homogâmicos e hipergâmicos. Os adultos com idades entre os 55 e os 64 anos tornar-se-ão mais homogâmicos e hipergâmicos após a certificação. No último grupo etário a certificação anulará todos casais homogâmicos para passarem a ser, essencialmente, hipogâmicos. Observe-se que antes da certificação nenhum dos casais neste grupo etário era hipogâmico, correspondendo, nesse ponto, a homogamia a 67% (Quadro 24).

		Antes da certificação			Depois da certificação		
		Homogâmico	Hipergâmico	Hipogâmico	Homogâmico	Hipergâmico	Hipogâmico
18 a 24 anos	N	5	6	11	8	3	11
	% no Grupo	22,7%	27,3%	50,0%	40,0%	10,0%	50,0%
25 a 34 anos	N	3	3	5	2	3	6
	% no Grupo	27,3%	27,3%	45,5%	20,0%	30,0%	50,0%
35 a 44 anos	N	7	5	6	4	4	10
	% no Grupo	38,9%	27,8%	33,3%	20,0%	20,0%	60,0%
45 a 54 anos	N	4	4	2	2	4	4
	% no Grupo	40,0%	40,0%	20,0%	20,0%	40,0%	40,0%
55 a 64 anos	N	3	2	10	4	4	7
	% no Grupo	20,0%	13,3%	66,7%	30,0%	30,0%	50,0%
65 ou mais anos	N	4	2	0	0	3	3
	% no Grupo	66,7%	33,3%	,0%	0,0%	50,0%	50,0%
Total	N	26	22	34	20	21	41
	% no Grupo	31,7%	26,8%	41,5%	20,0%	30,0%	50,0%

Quadro 24. Frequências absolutas e frequências relativas dos casais segundo a sua classificação quanto à distância entre os cônjuges por grupo etário antes e depois da certificação

O Quadro 25 sintetiza a informação obtida através do cálculo do indicador global da distância entre os cônjuges¹⁹.

VARIÁVEL	HOMOGAMIA	HETEROGAMIA	
		HIPERGAMIA	HIPOGAMIA
Escolaridade ¹	32%	27%	41%
Escolaridade ²	27%	26%	48%
Idade	43%	44%	13%
Nacionalidade	94%	6%	
Naturalidade	72%	28%	
Religião	94%	6%	
Concelho de residência ³	86%	14%	
Coabitação ³	79%	21%	
Estado civil ³	95%	5%	
Ocupação ²	90%	10%	0%
Profissão ^{3,4}	77%	15%	8%
Situação actual perante o trabalho	65%	26%	10%
Profissão actual ⁴	77%	15%	7%
Idade dos pais	35%	65%	
Idade das mães	33%	67%	
Pertença étnica dos pais	93%	7%	
Pertença étnica das mães	94%	6%	
Escolaridade dos pais ^{3,4}	65%	10%	26%
Escolaridade das mães ^{3,4}	61%	16%	23%
Ocupação dos pais ^{3,4}	72%	13%	15%
Ocupação das mães ^{3,4}	77%	9%	15%
Irmãos	84%	16%	

¹ Antes da certificação do próprio.

² Depois da certificação do próprio.

³ Quando os cônjuges se conheceram.

⁴ Profissões recodificadas em três classes: profissões manuais, técnicas e de direcção.

Quadro 25. Resenha da homogamia e heterogamia relativamente às variáveis em estudo

Este quadro mostra o peso de cada variável nas situações de homogamia e heterogamia. Com efeito, quando existe diferença entre os cônjuges, a hipogamia verifica-se sobretudo nas variáveis relativas ao capital escolar da mulher, no dos seus pais e na ocupação dos pais, questão expectável tendo em conta os resultados do Capítulo 3. A presença da hipergamia denota-se essencialmente nas variáveis relacionadas com a vida activa: profissão e situação

¹⁹ Na elaboração deste quadro consideraram-se as frequências observadas relativamente à homogamia e heterogamia. Nas variáveis em que é possível estabelecer hierarquias calculou-se a tendência para a hipergamia e hipogamia.

perante a profissão (no momento do encontro e na actualidade). Assim, nesta população, os percursos hipergâmicos relacionam-se com os trajectos profissionais dos homens enquanto os percursos hipogâmicos justificam-se através do estatuto herdado e do capital escolar adquirido pelas mulheres.

Capítulo 5 – Dinâmicas familiares

Para conhecer as dinâmicas familiares suscitadas pelo processo de RVCC cruzaram-se os dados obtidos através de inquérito com as informações prestadas em entrevista por dez sujeitos (seis mulheres e quatro homens). As suas idades situam-se entre os 19 e os 67 anos. Quanto ao estado civil, sete dos entrevistados são casados, dois vivem em união de facto e um está divorciado.

A análise dos relatos obtidos pelos indivíduos acima caracterizados permite a identificação de similitudes relevantes: o facto de terem efectuado aprendizagens formais, não-formais e informais que os dotaram de competências, o de desejarem aumentar o seu nível de escolaridade, o de terem recebido o apoio de terceiros nesta tentativa de prosseguir estudos e, por último, o de terem envolvido alguns dos membros da família nesta etapa das suas vidas.

1. Aprendizagem ao longo da vida

As aprendizagens ao longo da vida decorreram das experiências familiares, profissionais e sociais que todos estes indivíduos fizeram ao longo dos anos em que, enquanto elementos incluídos num meio, desempenharam os seus papéis sociais.

Nos casos estudados, o percurso escolar é interrompido de forma abrupta pelo percurso profissional ou familiar. Não se verifica uma transição progressiva pois o percurso escolar não termina com a obtenção de um grau de escolaridade considerado satisfatório para o adulto, na maioria dos casos. A fragilidade económica familiar, as suas responsabilidades, a constituição de um novo agregado, o desejo de independência económica são os motivos que afastaram estes sujeitos do ambiente escolar para os inserir no mercado de trabalho.

Considera-se assim existir uma estreita relação entre o fim do percurso escolar e a entrada no mercado de trabalho e/ou as responsabilidades familiares. Esta relação faz com que a saída do percurso académico seja o efeito que esconde uma causa relacionada com a passagem à vida adulta.

Se as mulheres identificam mais a família como o motivo que as conduziu à interrupção do percurso escolar, os homens identificam mais o trabalho. Na verdade, ambos os factores fazem parte desta passagem à vida adulta. Se das mulheres adultas se espera que procriem, dos homens espera-se que sustentem as proles. Assim, esta é apenas uma questão de

perspectiva de género, mas o fim do percurso escolar é determinado pelas exigências sociais e económicas da vida adulta.

Assim se poderão justificar algumas das recorrentes tentativas de progressão na escolaridade. A título exemplificativo, António²⁰ há dois anos concluiu “o 9.º ano, também no RVCC”, mas sempre foi “muito curioso”, gostava “muito de aprender, de ler”. Isabel esteve “no Conservatório de Música de Ponta Delgada, tinha vontade de estudar, queria aprender, agora escola, escola assim não porque a vida familiar não dava para isso”.

2. Influências das relações familiares no momento de progressão nos estudos

O regresso aos trilhos escolares e as relações familiares assumem contornos diferentes, embora se denote a existência de conexões em quase todos os casos. A exceção cabe apenas a António, aqui o impulsionador para o processo foi o tempo livre criado pela reforma, ou seja, a conclusão do seu percurso profissional.

Concentrando-nos na influência dos membros da família, como estímulo para o processo de RVCC, nestes adultos identificam-se as seguintes possibilidades: os filhos atingiram a independência, um familiar frequentou o processo ou está ligado a um Centro NO, sentem constrangimento por deter uma escolaridade inferior à do seu par.

Realce-se que, da população inquirida, 37% considera que as responsabilidades familiares condicionaram o momento em que se inscreveu no Centro NO. A percentagem de respostas afirmativas é superior nas gerações com 55 anos e mais e inferior para as de 45 a 55 anos. Em traços gerais, as mulheres referem ter sentido esta relação com maior frequência do que os homens.

Os discursos das entrevistadas referem-se a esta questão: “também dantes nem podia, agora já os meus filhos estão lançados na vida, já tenho a casa vazia, estou sozinha com o meu marido” (Edite); “voltei agora à escola porque eles já são mais crescidos” (Vanda).

Quando são os familiares que estão ou estiveram ligados a Centros NO, os relatos aludem a um incentivo e/ou apoio a diferentes níveis. José diz que a “irmã é auxiliar de educação educativa e já fez o 9.º ano pelo RVCC. Agora está inscrita num curso para o 12.º ano. [...]”

²⁰ Os entrevistados são indicados pelos seus nomes próprios.

Desde que voltou à escola ela dizia[-lhe] sempre que [ele] tinha de ir. [...] foi a principal responsável por [...] ter começado, receb[e] muito apoio dela”.

Silvina explica: “os filhos mais novos, especialmente os mais novos, como é lógico estão mais em contacto com este tipo de coisas, embora os outros também quando souberam ficaram satisfeitos, mas estes mais novos é diferente. [...] Entusiasmaram-nos, inscreveram-nos, sei lá. [...] Ajudam-nos, tanto faz o Pedro como a Ana eles estão sempre disponíveis para nos ajudar e estão sempre a perguntar. [...] Ainda foi ontem que a Ana quis que a gente se fosse inscrever num curso para aprendermos inglês”

Sublinha-se, a propósito desta influência, o facto da larga maioria da população inquirida responder afirmativamente quando questionada se aconselharia o processo de RVCC a algum familiar. Perto de 69% aconselharia o processo aos irmãos, 52% ao cônjuge, 19% aos pais e 14% aos filhos.

A terceira relação é a verificada, por exemplo, com Rita. Neste caso, o cônjuge motivou-a para o processo e, uma vez que ela sempre se sentiu constrangida por ter uma escolaridade inferior à dele, não hesitou: “ele sente-se orgulhoso por eu ter voltado à escola, e eu também. [...] Por um lado até sinto uma responsabilidade maior. Não quero desiludi-lo, tenho de estar à altura”.

O estudo quantitativo revela que cerca de um terço da amostra, 33%, já sentiu alguma vez pressão familiar para retomar os estudos. Este sentimento de pressão diminui nas gerações mais velhas e em ambos os sexos. Talvez tal aconteça, como já adiantado, devido à aproximação do fim da vida activa e a consequente diminuição do usufruto que tal escolaridade poderia conferir profissionalmente.

Sabe-se que os homens sentem uma maior pressão familiar para retomar os estudos. Isto poderá dever-se quer às exigências de sucesso profissional que recaem socialmente sobre o sexo masculino quer ao facto desta população apresentar significativos casos de hipogamia (mulheres essas que podem desejar que os seus esposos se aproximem delas). É exactamente essa a situação da companheira de Paulo.

A pressão é exercida primeiro pelo cônjuge, depois pelos pais e filhos e, por fim, pelos irmãos e poderá, nalguns casos conduzir mesmo a situações de constrangimento.

É o que vimos em Rita, mas nem sempre o constrangimento é manifestado de forma directa. Isabel demonstra ao longo de toda a entrevista que o seu nível de escolaridade foi resultado de uma hierarquização de prioridades reflectida e ponderada pelo casal. Não existe lugar para arrependimentos, mas existe o claro reconhecimento de que o seu conhecimento, nalgumas áreas, é superado pelo conhecimento do seu cônjuge. “Quando eles chegavam ao pé de mim com um problema de matemática do 10.º ano [...] encaminhava-os para o pai”.

Não obstante, alguns entrevistados evidenciam não sentir qualquer sentimento de inferioridade: “Isso nunca me aconteceu, pelo contrário, a Dina diz-me constantemente que eu sou uma pessoa que tem bastante cultura e muitas vezes até sei de muitos assuntos” (Paulo).

Talvez fosse esperável que os indivíduos que maior constrangimento demonstram fossem os que reconhecem maior impacto do processo de RVCC no auto-conceito, mas tal relação não se verifica, como se verá em seguida.

3. Impacto do processo de RVCC no auto-conceito

Os adultos entrevistados manifestam que o processo de RVCC provocou diferenças no auto-conceito, na imagem que têm de si próprios. A relação entre o aumento da escolarização e a valorização pessoal já havia sido identificada em estudos anteriores (Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, 2004). Igualmente nesta investigação, no Capítulo 3, foi esta a razão que os inquiridos referiram ser o principal motivo para o regresso aos trilhos escolares. Segundo os discursos dos entrevistados, é possível que os adultos satisfaçam essa ambição com o processo de RVCC.

Nesta categoria são igualmente três os comportamentos observados, embora um seja mais significativo, tendo em conta a frequência das unidades de registo.

Os substantivos relacionados com o auto-conceito do indivíduo mais utilizados pelos entrevistados são: satisfação, realização, valorização, confiança, coragem, evolução. Nestes casos, o processo de RVCC altera a representação que os adultos têm de si próprios. Apesar de o processo reconhecer competências adquiridas ao longo da vida e ser mais um percurso de demonstração do que propriamente de aprendizagem, os adultos sentem que evoluíram, que transferiram e aplicaram saberes.

Difícilmente seria mensurável esta evolução ou aprendizagem, mas verifica-se que o adulto passa a ter maior consciência do seu conhecimento. Nos entrevistados surge a percepção que

os seus conhecimentos abrangem áreas diversas, são válidos, são concretos e reais, são úteis no exercício das suas profissões, no seio familiar, nas interacções com o ambiente social que os envolve.

O desenrolar do processo de RVCC produz mudanças significativas no indivíduo. Essas alterações são despoletadas pelo processo cognitivo que subjaz ao processo de reconhecimento de competências. Os adultos partilham a ideia de que são ensinados no processo de RVCC, mas essa não é uma percepção real. O que se opera é, acima de tudo, uma aprendizagem autónoma do adulto orientada pela necessidade de atingir os objectivos do processo, ou seja, orientada pela resolução de problemas. A natureza dos trabalhos a desenvolver para a obtenção da certificação, exige reflexão crítica, pesquisa, selecção, organização e análise de informação, desenvolvimento de metodologias de trabalho eficazes, cumprimento de prazos, rigor, disciplina, capacidade de trabalho. Todas estas competências tornam o indivíduo mais independente e mais confiante.

Edite diz: “sinto muitas diferenças, tenho mais confiança em mim, não é que seja uma mulher diferente do que era, mas aprendi muita coisa. [...] Sinto mais força para fazer valer-me, tenho mais coragem para dizer o que penso”. A percepção de Edite leva-a a considerar que em casa a sua opinião é agora mais valorizada. Talvez isso se verifique porque agora tem mais segurança nas suas opiniões pelo que transmite e fundamenta as suas mensagens de forma mais eficaz.

Um candidato diz não sentir qualquer diferença após o processo de RVCC. Considera que o processo é pouco sério e que a habilitação que obteve não tem o mesmo valor que a obtida através do sistema regular de ensino. O adulto diz claramente que o processo de RVCC não teve importância para si, foi apenas uma forma de concluir um ciclo de estudos.

Um outro entrevistado, José, refere uma maior inclusão social: “conheci muitas pessoas novas, saio mais de casa sem ser só para trabalhar e os trabalhos ocupam-me algum tempo.”

No total, sete dos indivíduos referem sentir-se mais valorizados, mais confiantes.

4. Prosseguimento de estudos

Quanto ao prosseguimento de estudos, os entrevistados de nível básico evidenciam maior desejo ou entusiasmo na progressão para o nível secundário do que os entrevistados de nível secundário manifestam relativamente ao acesso ao ensino superior. As razões desta diferença

não são descortináveis através das entrevistas. Alvitra-se que diferença poderá dever-se à idade dos indivíduos, à situação perante a profissão, às aspirações de carreira, ou mesmo até à cristalização da representação social do ensino superior como um nível de ensino acessível apenas a uma restrita franja da população.

Dos indivíduos que manifestam desejo de progredir nos estudos, Paulo refere um curso superior. “estava a pensar numa hipotética licenciatura, mas pronto, não é também fácil e actualmente para tirar uma licenciatura tem de ser através das específicas ou através dos maiores de 23 anos”.

No caso de Isabel também existem projecto bem definidos: “gostava de fazer o CAP, [...] o curso de arquivo e documentação, gostava de tirar o curso de animação sociocultural. [...] Para não ser uma técnica e ser sim uma técnica superior”.

Outros dos entrevistados mostraram alguma indecisão acerca do caminho futuro. Tendo em conta que as equipas dos Centros NO estimulam e orientam os adultos em processo para que a certificação obtida seja um ponto de partida para outros percursos formativos, algumas das indecisões demonstradas poderão esconder a intenção de terminar o percurso com a certificação a que se candidataram.

Tendo em conta as informações recolhidas considera-se ainda possível que alguns adultos refiram não saber exactamente se pretendem ou não continuar os seus estudos para se sentirem pouco à-vontade para expressarem o desejo e a confiança necessária a essa continuidade. José diz que “para o 12.º ano é que não sei se vou. O 9.º ano é menos tempo, devo ficar por aqui... Vamos ver, uma coisa de cada vez... Sei lá, eu digo que não, mas nunca se sabe. A minha irmã tanto insistiu que vim fazer o 9.º ano. Em princípio não, logo se vê.” Vanda sorri enquanto questiona: “Continuar? [...] Talvez faça um intervalo e daqui a uns anos logo penso nisso”.

Os dois filhos mais novos de Silvina são os grandes impulsionadores do processo de aprendizagem dos pais. A ideia nem costuma partir dos pais, são mesmo os filhos que, por trabalharem em Centros NO, vão apresentando as ofertas formativas mais adequadas. Incentivam, motivam, escolhem as entidades, ajudam nas inscrições, apoiam na execução dos trabalhos. Na continuidade das aprendizagens o discurso é: “vamos ver do que eles se vão lembrar a seguir”.

António assume claramente não pretender continuar, mas os seus hábitos de leitura e a sua avidez de conhecimentos farão com que o seu percurso continue no âmbito das aprendizagens não-formais e informais. Este entrevistado é quase um auto-didacta, um indivíduo que ao seu ritmo e com os seus recursos foi sempre ampliando o seu conhecimento. Não foi o processo de RVCC que lhe inculuiu o gosto pela aprendizagem, foi antes este gosto, esta característica intrínseca que o conduziu ao processo.

5. Satisfação com o nível de escolaridade obtido pelos membros da família

No que respeita ao capital escolar familiar, o grau de satisfação dos sujeitos é proporcional ao nível de escolaridade atingido por cada membro. Isto faz com que os sujeitos manifestem satisfação, por exemplo, relativamente aos filhos, mas insatisfação relativamente a um irmão ou ao cônjuge. Isabel é um exemplo desta situação: “[os filhos] ainda são pequeninos [...] Acho que vão conseguir ser alguém. O meu irmão tem o 11.º ano, que foi uma pena realmente, e a minha irmã está no último ano de professora primária. Ao fim de tantos anos entrou para a universidade”.

Verifica-se igualmente que alguns entrevistados gostariam de conduzir familiares ao processo de RVCC. Zita manifesta este desejo em relação ao marido, mas não tem obtido grande receptividade justificando-se com a sua ocupação numa outra actividade intelectual e social – a Universidade da Terceira Idade. Já a esposa de António apesar de estar inserida no público-alvo da iniciativa *Novas Oportunidades*, também tem actividades sociais que a distanciam do processo: os netos e a ginástica. É interessante verificar que, nalguns casos, o cônjuge não frequenta nem manifesta vontade de frequentar o processo porque tem uma ocupação similar à do parceiro que está em processo de RVCC.

O facto de Basílio estar em processo de reconhecimento é resultado da influência da sua esposa. Ela transmitiu-lhe que o conhecimento de cada um evolui ao longo da vida e este, sentindo-se desafiado, rendeu-se ao regresso à escolarização. O caminho percorrido pelo casal é marcado pela partilha do entusiasmo em paridade. De facto, as expectativas do casal aparentam ser fruto de um efeito de contágio. A relação de ambos não passa por “se ela é capaz eu também sou”, mas sim por “se isto é tão satisfatório para ela, também poderá ser mim” (Basílio).

A vida familiar, as relações que se estabelecem a partir de graus de parentesco favorecem a partilha de sentimentos, de receios, de alegrias, de conhecimentos. Daí que, possivelmente, se

queira para os pares aquilo que se considera ser importante para nós. Como verificado, são recorrentes os casos de entrevistados que gostariam que um familiar frequentasse o processo de RVCC. No caso de Edite é o filho o elemento da família visado, nos casos de Basílio, Rita e Isabel são os irmãos os destinatários. “A minha família não é muito virada para a escola. Tentei convencer a minha mana a vir comigo, mas ela tem um menino pequeno, era difícil” (Rita).

Perante os casos estudados, parece uma realidade não existir relação entre a escolaridade atingida e a importância atribuída à escolarização dos elementos da família, verifica-se antes a procura da ascensão geracional, a mobilidade social possível através do capital escolar. Muitos são os pais pouco escolarizados que investiram e investem na escolarização dos seus filhos porque reconhecem que essa será uma ferramenta, um instrumento para que eles possam vingar no mercado de trabalho.

Isabel e o seu cônjuge valorizam de tal forma a escolarização dos filhos que, para lhes proporcionar a possibilidade de concretizarem os seus sonhos (estudar dança), mudaram de residência (de Ponta Delgada para Belas). Silvina e Abílio lamentam que apenas os dois filhos mais novos tenham investido nos seus estudos. Os três filhos mais velhos teriam tido o mesmo apoio, mas consideraram ter atingido o nível de ensino desejado antes da conclusão do ensino secundário.

6. Importância atribuída a um nível de escolaridade semelhante entre os membros da família

No que respeita à homogeneidade dos elementos familiares, os relatos enfatizam a importância da proximidade entre os cônjuges quanto à escolaridade. Rita sente alguma vergonha por não conseguir acompanhar o parceiro. Considera que ele tem mais facilidade em tratar de certas burocracias respeitantes à vida a dois e, por isso, delega-lhe essas funções.

Zita, para se pronunciar sobre a diferença de escolaridade entre os membros do casal, transfere a questão para o relato de uma relação amorosa do filho. Segundo a adulta, foi o fosso cognitivo que condicionou o sucesso da relação. Também Silvina recorre ao exemplo de uma vizinha para mostrar a importância do capital escolar dos cônjuges. No seio do casal considera lidarem bem com a diferença pois não reconhecem a existência de uma diferença. Contudo ela é pouco significativa pois quando se conheceram ele sabia ler e escrever e ela possuía a 4.^a classe.

Os casais heterogâmicos descrevem o fenómeno na primeira pessoa. José conta: “a minha ex-mulher tinha o antigo 7.º ano geral dos liceus. É funcionária pública, não está mal. Sempre teve mais jeito do que eu para escrever, tem a ver com o que ela faz. Começou com escriturária e foi sempre subindo. [...] Acho que é importante... pelo menos no meu caso. Antes do divórcio já sentia isso, agora ainda sinto mais porque eles estão com a mãe”.

Paulo aceita a diferença. Apesar de serem um caso de hipogamia (ele tinha o 10.º ano, antes da certificação, ela é licenciada), consideram que o capital cultural de ambos é muito similar. Este casal é um exemplo representativo de uma ‘falsa’ heterogamia. Apesar de em termos educacionais existir uma distância entre os dois, o percurso de vida de Paulo dotou-o de um conjunto de aprendizagens não-formais que são valorizados por ambos os cônjuges.

De uma forma geral, os entrevistados têm a percepção que, de geração em geração, o capital escolar aumenta. Esta visão poderá estar relacionada com os efeitos da massificação do ensino ocorrida no final da década de 70 e ao longo da década de 80. De um período em que “a 4.ª classe chegava”, como disseram António e Silvina, passamos a um contexto onde se valoriza a aprendizagem ao longo de toda a vida. Assim, os percursos escolares não terminam quando se atinge determinada faixa etária ou grau académico. Esta perspectiva perante a aprendizagem é muito bem ilustrada por Zita que, apesar de os filhos serem detentores de títulos académicos superiores, diz “gostava que eles tivessem sempre mais”.

7. Posição dos membros da família e tipo de apoio prestado

O processo de RVCC provoca alterações no quotidiano dos candidatos. É necessário conciliar os afazeres profissionais e familiares com as horas destinadas às sessões, é importante articular as deslocações ao Centro NO, é fundamental garantir que as responsabilidades com os filhos como o transporte ou as refeições serão asseguradas pelo membro que sempre as executou ou por um membro substituinte. Depois desta gestão doméstica é ainda importante conciliar a gestão doméstica com o tempo para a realização dos trabalhos solicitados no decurso do processo.

Os dados obtidos através do inquérito revelam que a reacção dos familiares a todo este novo contexto é essencialmente de apoio (93% da parte do cônjuge e 94% da dos filhos). Estes valores passam para 89% no caso dos irmãos e 85% no dos pais.

Interessante referir que são raras as situações de não apoio, mas quando existem elas são protagonizadas pelo cônjuge (3%). Não foram inquiridas as razões do desacordo quanto à decisão de iniciar o processo de RVCC pelo que se inibem quaisquer interpretações.

Semelhante a todos os graus de parentesco são o incentivo e a motivação. Nas formas de apoio mais visíveis, o cônjuge é o elemento mais apoiante e o que o faz sob todas as formas com um peso aproximado.

De seguida surge o apoio dos filhos, que se traduz essencialmente na escolha do Centro NO e nas orientações nos trabalhos solicitados (Figura 30).

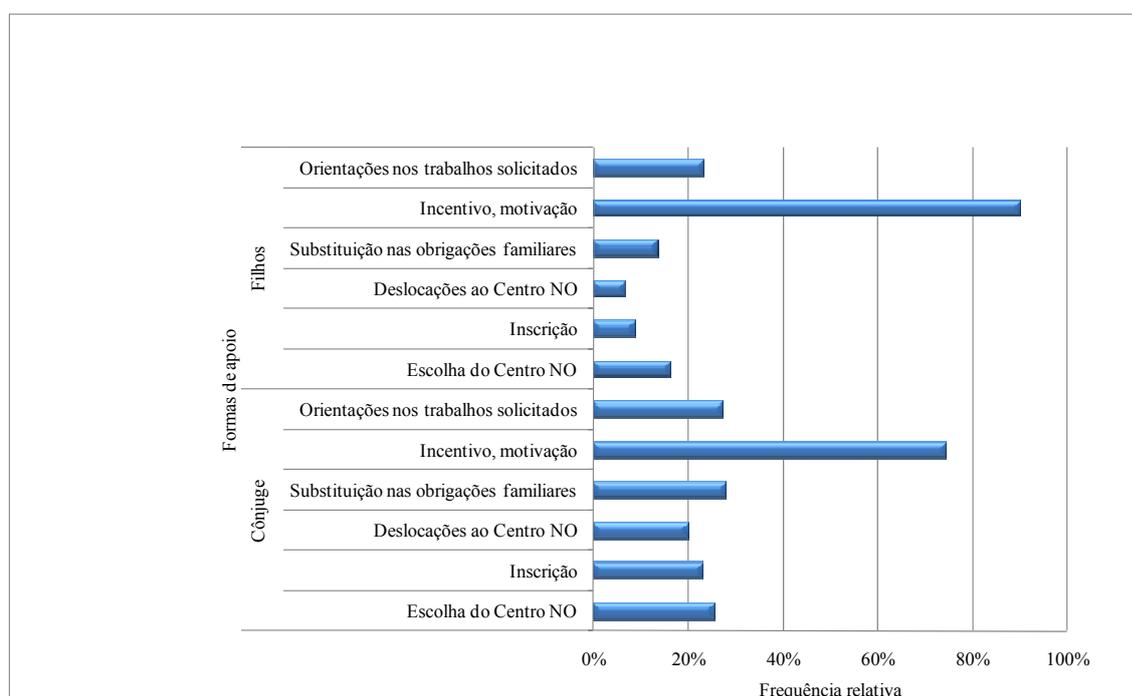


Figura 30. Manifestações de apoio por elementos da família nuclear

O apoio dos pais é maior na inscrição e na substituição nas obrigações familiares. De uma maneira geral, no grupo dos apoiantes, são os irmãos quem apoia menos, fazendo-o essencialmente sob a forma de incentivo e motivação (Figura 31).

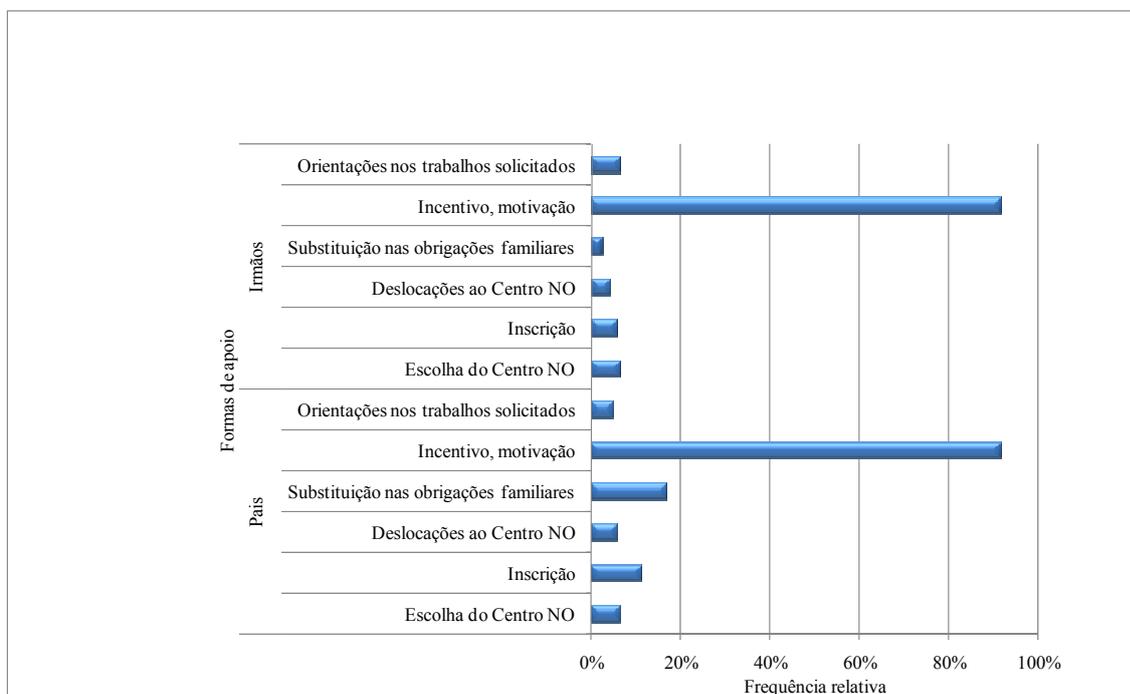


Figura 31. Manifestações de apoio por outros elementos da família

À imagem dos dados recolhidos através do questionário, também os entrevistados receberam o apoio de familiares para a realização do processo. Todos eles o receberam da parte de, pelo menos, um familiar.

O desacordo explícito do cônjuge quanto à tentativa de progressão nos estudos verificou-se apenas com Eugénia. Neste caso, a adulta contou com o apoio dos filhos, principalmente com o da filha.

O apoio foi prestado pelos filhos (oito casos), pelo cônjuge (oito casos), pelos irmãos, (dois casos) e pelos netos (dois casos). Num dos casos e, por extensão do laço de fraternidade, surge o cunhado como elemento apoiante. Quando inquiridos acerca do apoio recebido, os entrevistados respondem com expressões de contentamento e orgulho por terem tido esse privilégio.

Relativamente à ajuda relacionada com as áreas de competências-chave propriamente ditas, são a Matemática para a Vida e as Tecnologias da Informação e Comunicação as áreas mais referidas. No ensino básico, parece-nos natural que sejam estas as áreas mais mencionadas, não por serem necessariamente mais difíceis, mas por terem uma ligação menos directa com o dia-a-dia dos indivíduos. A Linguagem e Comunicação e a Cidadania e Empregabilidade

encerram em si competências mais próximas do universo de referência dos adultos. Ainda assim, os adultos referem o apoio na revisão ortográfica dos documentos elaborados.

Independentemente das áreas em que o adulto solicita ajuda, podemos tomar como facto que estes entrevistados recorreram ao capital escolar familiar para realizarem as actividades propostas pela equipa do Centro NO.

Quanto às contrapartidas negociadas, o processo de RVCC obrigou à reorganização de algumas tarefas domésticas.

Como já verificado no estudo quantitativo, fortemente apoiadas são as mulheres entrevistadas que coabitam com os cônjuges e filhos. O caso de Isabel demonstra bem este apoio: “muitas tardes e muitas manhãs eu estava ao computador sentada, porque não foi fácil e as tarefas de casa ficaram por fazer e quando eles chegavam eles ajudavam-me ou então eu dizia ‘amanhã não contem comigo [...] porque eu vou estar ocupada’ e eles desenrascavam-se para eu estar liberta, para não estar preocupada com nada. [...] Tudo, desde almoço, jantar, limpeza da casa, roupa, estender, apanhar. [...] Todos sabemos o que temos de fazer quando alguém precisa. [...] Eu dizia ‘não consigo fazer’ e não tinha de estar a designar ‘tu fazes isto, tu fazes aquilo’ eles por si faziam, cada um tinha as suas tarefas, sabia o que tinha de fazer” (Isabel).

Tendo em conta que a participação masculina nas tarefas domésticas nem sempre assume um carácter espontâneo, prova ser uma evidência de apoio que a confecção de refeições seja a actividade em que estes membros do agregado mais substituem as adultas em processo. Numa tentativa de hierarquizar os afazeres domésticos, talvez seja esta a tarefa que não sendo realizada mais elementos prejudica e compromete.

A vida em casal estabelece que o cônjuge assuma um papel de suma importância no momento de tomar decisões. De todas as dinâmicas aqui abordadas, provavelmente será o parceiro quem sentirá mais o impacto do processo de RVCC no adulto. Essas diferenças operam-se tanto ao nível das actividades quotidianas, como ao nível das relações familiares e é bem ilustrada por Zita: “E o meu marido diz: ”eu vou-te levar, às aulas e vou-te buscar”, e tem feito isso [...] por exemplo, a tarefa do alimento era eu, neste momento não é, é o meu marido que faz o alimento sempre cá dentro de casa [...] Sinto-me muito apoiada, mesmo muito apoiada.”

Como vimos, o discurso dos entrevistados demonstra que, nos casos estudados, são as mulheres com filhos ainda no agregado familiar quem recebe mais apoio na logística doméstica. Considera-se que isso é resultado de ser sobre elas que recaem as responsabilidades domésticas.

De acordo com as entrevistas, a ausência de negociação de contrapartidas não significa que esses sujeitos sejam menos apoiados, significa sim que, como normalmente asseguram determinadas tarefas, não existe a necessidade de serem substituídos. Um caso curioso distingue-se dos restantes na prática, embora o princípio subjacente seja exactamente o mesmo. Paulo passou a assumir alguns afazeres durante o processo de forma a gerir eficazmente o tempo do casal e permitir que a companheira o pudesse ajudar na revisão ortográfica da sua autobiografia.

Sem qualquer reorganização da gestão doméstica surge o caso de Edite que concentra em si a execução de todas as tarefas. Vive apenas com o cônjuge e este não demonstrou apoiá-la na sua progressão. Este relato abre a possibilidade de que o cônjuge que não estimulou, nem apoiou o início do processo, também não assumirá um papel activo nas manifestações de ajuda.

A par deste apoio surgem as novas dinâmicas familiares. A maior diferença que os entrevistados sentem é na existência de um novo tema de conversa e de actividades conjuntas. Os assuntos abordados nas sessões, os trabalhos solicitados, são temas que favorecem a concórdia, o entusiasmo, a animação nos momentos familiares. Mesmo quando nenhum elemento da família frequentou uma das ofertas da iniciativa *Novas Oportunidades*, como os temas abordados são generalistas e ligados às aprendizagens que realizamos ao longo da vida, o processo de RVCC torna-se matéria de interesse extensível aos membros da família. Como os entrevistados referiram, o mote pode partir duma dificuldade sentida na escolha e análise de um poema (Zita) ou no desenho da planta de uma casa (José). A partir daí surge uma ideia, uma sugestão e toda a família se envolve no processo, fortalecendo os laços familiares.

No estudo quantitativo, para determinar qual a escolaridade dos elementos da família mais apoiantes, dividiram-se os elementos em dois grupos: mais apoiantes (que deram apoio em mais do que um aspecto) e menos apoiantes (que deram apoio em nenhum ou um aspecto). Os resultados indicam que nos cônjuges mais apoiantes as percentagens de escolaridades secundário e superior são superiores e as percentagens de escolaridades ao nível do 1.º e 2.º

ciclo são inferiores. Exactamente o mesmo verifica-se com os primeiros filhos e segundos filhos²¹. Nos pais, verificam-se diferenças pouco expressivas entre as percentagens de escolaridades nos mais e menos apoiantes.

Nos primeiros irmãos mais apoiantes as percentagens de escolaridades 3.º ciclo e secundário são superiores e as percentagens de escolaridades 1.º ciclo e 2.º ciclo são inferiores. Nos segundos irmãos mais apoiantes as percentagens de escolaridades 3.º ciclo, secundário e superior são inferiores.

Este apoio é percebido pelo adulto como sendo importante. A par dos relatos das entrevistas, no estudo quantitativo, 71% dos inquiridos referiu ser de mais difícil a muito mais difícil terminar o processo de RVCC sem o apoio recebido. 28% respondeu ser indiferente e 1% respondeu que ser muito mais fácil.

8. Perfis dos adultos em processo de RVCC

A partir da análise horizontal da grelha de registos construída para interpretação das entrevistas realizadas procurou-se determinar a existência de perfis de adultos inscritos em processo de RVCC.

Dessa abordagem resultaram dois perfis, sendo a variável-chave a distância educativa entre os cônjuges. O indivíduo do perfil 1, perfil comum a sete dos entrevistados, caracteriza-se por corresponder a alguém que detém um capital escolar inferior ao do seu cônjuge e que diluirá essa diferença após a certificação pretendida.

Já os resultados apurados no Capítulo 3 indicavam que casais heterogâmicos (mais hipergâmicos do que hipogâmicos) tornar-se-ão mais próximos após a certificação pretendida. Os indivíduos inseridos neste perfil tiveram o apoio dos familiares de primeiro grau, sentem que têm mais tema de conversa em casa, consideram importante a similitude do capital escolar dos elementos da família (talvez numa tentativa de cada vez maior esbatimento das diferenças escolares) e pretendem continuar os seus percursos escolares e/ou formativos.

²¹ Não se apresentam os resultados a partir do terceiro filho e irmão por constituírem sub-grupos de reduzida dimensão.

Relativamente ao perfil 2, menos frequente, o processo de RVCC será responsável pelo distanciamento dos cônjuges quanto ao capital escolar. Tal como observado no Capítulo 4, as relações homogâmicas que passarão a ser heterogâmicas, serão mais hipogâmicas do que hipergâmicas findo o processo. Também estes indivíduos receberam o apoio de pelo menos alguns dos familiares próximos e sentem que desde o início do processo existe mais tema de conversa no seio familiar. Consideram importante a semelhança entre capitais escolares e não pretendem ou mostram reticências na continuidade dos estudos.

Conclusões

“O país está a mudar num campo em que a mudança é urgente, o das qualificações. Mudam as pessoas mudam as vontades. Mudam as instituições, os seus profissionais e os resultados do seu trabalho. Muda o país” (José Vieira da Silva e Maria de Lurdes Rodrigues in Gomes, Maria do Carmo; Santos, Dora (coord.), 2009, prefácio).

A obtenção de uma qualificação ao longo da vida, para além de estimulada por programas governamentais como a iniciativa *Novas Oportunidades*, é também resultado de um desejo individual e familiar. A investigação que agora se conclui procurou conhecer o papel do processo de RVCC numa eventual estratégia de aproximação ao capital escolar do cônjuge.

A partir da revisão dos principais trabalhos realizados no âmbito do mercado matrimonial, delinear-se as relações entre o processo de escolarização individual, a proximidade entre os cônjuges e as dinâmicas que envolvem os parentes de primeiro grau. No total, participaram nas três fases deste estudo 297 indivíduos em processo de reconhecimento de competências, na Grande Lisboa, em 2009.

Os casais inquiridos iniciaram as suas vidas conjugais ao longo de um período de 56 anos. A idade com que o fizeram é superior para o sexo masculino e o tempo de namoro diminui à medida que aumenta a idade.

A escolaridade de pouco mais de metade da população é o 3.º ciclo. A situação perante o trabalho mais comum é empregado por conta de outrem e as profissões mais verificadas são pessoal dos serviços e vendedores e pessoal administrativo e similares.

Neste campo os dados quantitativos e qualitativos sugerem que o processo de RVCC serve um propósito: a aproximação dos cônjuges, transformando-se tanto a hipergamia como a hipogamia em homogamia. Quando o cônjuge é mais escolarizado do que o próprio, situação recorrente nesta população, ele exerce um efeito de atracção sobre o seu par. Esse, por sua vez, sente-se corresponde à sugestão e ao incentivo e acolhe de forma positiva a participação familiar no seu processo de escolarização.

Observando apenas a distância educativa entre os cônjuges, antes de partirem para o processo de validação de competências, esta população contabilizava 32% casais homogâmicos, 27% hipergâmicos e 41% hipogâmicos. Após a certificação, a percentagem de homogamia descerá para os 27%, a hipergamia descerá para os 26% e a hipogamia subirá para os 48%, superando

mesmo a hipergamia anteriormente registada. Verifica-se assim que o processo de RVCC esbate a hipergamia e a homogamia fazendo sobressair uma escolarização no feminino. A análise demonstra que é a mulher quem mais se destaca com este processo face ao seu marido. Em todos os grupos etários a homogamia dá lugar à hipogamia.

Contudo, tais resultados podem não corresponder necessariamente a uma estratégia concertada do sexo feminino e serem, sobretudo, fruto da (des)igualdade de género. De uma maneira geral, sendo a mulher mais afectada pelo desemprego, em momentos de crise económica, poderá ser ela quem está a ser mais reconduzida para os sistemas de qualificação. Nestes casos a estratégia será mais institucional do que individual e terá como objectivo mais o combate ao desemprego e não tanto a promoção da igualdade de género.

Este fenómeno hipogâmico também poderá justificar-se com o estatuto herdado das inquiridas, pois também nos níveis de escolaridade e nas ocupações dos pais e mães dos cônjuges, se verificam fenómenos hipogâmicos.

Os pais dos adultos inquiridos e dos seus cônjuges têm o 1.º ciclo como nível de escolaridade predominante, sendo que alguns têm nível inferior. As ocupações dos pais e das mães são coincidentes nas categorias mais frequentes. Os pais são essencialmente operários, artífices e trabalhadores similares e as mães são sobretudo trabalhadoras não qualificadas, ou seja, domésticas.

Os adultos inquiridos vivem maioritariamente com os filhos e/ou enteados, mas é também expressiva a frequência de indivíduos que vive sozinha. Este último caso é mais frequente nos homens da amostra, o primeiro mais aplicável às mulheres. Em caso de divórcio ou separação de facto são sobretudo as mulheres quem se responsabiliza pela tutela das crianças.

Os mais solitários no que respeita à coabitação são os mais velhos, o que realça o facto de um processo de escolarização na idade adulta poder ter um importante papel na sociabilização do indivíduo enquanto forma de combate à solidão e exclusão social, sentimentos tantas vezes associados à velhice.

Procurou-se a existência de uma relação entre os percursos escolar, familiar e laboral. Os resultados quantitativos indicam um intervalo cronológico relevante entre a saída da escola, o casamento e o nascimento do primeiro filho. Apesar desse facto, as narrativas de vida apontam para a existência dessa relação e em moldes distintos segundo o sexo.

O homem troca a escola pelo trabalho para poder suprir as necessidades económicas familiares. As palavras dos homens entrevistados dão vida e corpo às razões apontadas pela população no estudo quantitativo. Perante uma situação económica fragilizada coube ao jovem a responsabilidade de entrar no mercado de trabalho e assim contribuir para o sustento do lar. Foi também sobre estes jovens rapazes que recaiu a obrigação de garantir a independência financeira perante a intenção de constituir novo agregado familiar. Assim se poderá explicar que estes homens tenham conhecido mais cedo o mundo laboral e detenham um capital escolar inferior aos das suas mulheres.

No discurso feminino a relação entre a interrupção da escolaridade e esta constituição de novo agregado familiar é mais explícita. Nos relatos sobre a transição para a vida adulta surgem referências claras à nupcialidade e à fecundidade. Perante uma situação de debilidade financeira da família ascendente, estas mulheres foram protegidas pela mão-de-obra dos elementos masculinos da família. Como consequência estudaram durante mais tempo o que se traduz numa idade de abandono ou conclusão dos estudos mais tardia.

Relativamente à vida conjugal, o valor médio do indicador global da distância entre cônjuges é de 118,5 (numa escala de 20 a 144 pontos). São os casais das coortes mais novas e mais velhas que apresentam pontuações mais elevadas, ou seja, evidenciam um maior índice de homogamia. Os contornos da homogamia e da heterogamia fazem sobressair que, nas gerações intermédias, são questões como a escolaridade e a situação perante o trabalho que distanciam os cônjuges. Este factor reforça a importância do processo de RVCC poder fazer parte de uma estratégia individual de aproximação ao cônjuge.

Os valores médios mais altos obtidos no cálculo do indicador global da homogamia verificam-se nas variáveis: nacionalidade, estado civil, religião e pertença étnica dos pais. As restantes variáveis apresentam médias superiores ou iguais a 5 pontos.

Tal como em estudos anteriores realizados na sociedade portuguesa (Almeida, Ana Nunes; Sobral, José Manuel e Ferrão João, 1997 e Rosa, 2004), confirma-se nesta população uma forte tendência para o processo de selecção do cônjuge favorecer as parcerias entre pessoas com características comuns. Apesar da importância que terão variáveis mais subjectivas e, por conseguinte, mais difíceis de quantificar, como os interesses, os gostos, as motivações, as ambições; é possível identificar um conjunto alargado de variáveis sociodemográficas que traduzem a distância global entre os cônjuges.

A par do percurso conjugal e familiar, os inquiridos palmilharam trilhos escolares. Esses trilhos são mensuráveis através das tentativas de progressão nos estudos. Tanto no caso do adulto em processo de RVCC como no caso dos seus cônjuges, os valores obtidos expressam por um lado que a escolarização não termina na infância ou adolescência, o conceito de aprendizagem ao longo da vida faz parte da perspectiva destes indivíduos, por outro lado, que é significativa a popularidade do ensino nocturno enquanto forma escolhida pelos adultos para a concretização dos seus objectivos.

As tentativas de progressão nos estudos são sempre mais tardias nas mulheres. São ainda elas e numa tendência ascendente à medida que a idade avança, quem apresenta uma taxa de sucesso superior. Podem significar estes resultados que a mulher adia o seu projecto de escolarização, em detrimento das responsabilidades familiares, mas quando o retoma é, por norma, bem sucedida. O homem, tendo saído do sistema de ensino regular mais cedo poderá deter um capital escolar inferior e perante a concretização de projectos profissionais, sente-se mais pressionado e também motivado para investir na sua escolarização.

Assim, as motivações que conduziram ao processo de RVCC apresentam variações segundo o sexo. Os homens sentem-se mais cativados pela progressão na carreira e pela sugestão institucional. Ambos os sexos procuram a valorização pessoal, embora nas mulheres esta razão seja mais expressiva.

O avançar da idade dos inquiridos faz diminuir a importância atribuída a factores como o prosseguimento dos estudos, terminar um ciclo de ensino e (re)inserção no mercado de trabalho. Tal relação poderá dever-se à valorização dos possíveis efeitos na progressão escolar no percurso profissional. À medida que os indivíduos se aproximam do final das suas vidas activas procuram o processo de RVCC, essencialmente, por outros motivos, como a valorização pessoal.

A participação familiar neste percurso formativo é significativa. Os familiares ocupam a quarta posição na forma de conhecimento do processo de RVCC e a maior parte da amostra aconselharia o processo a um familiar. Por ordem de frequência surgem os irmãos, o cônjuge, os pais e, por fim, os filhos. Os adultos consideram ainda que sem o apoio familiar seria mais difícil concluir o processo com sucesso.

Uma fatia significativa da amostra reconheceu ter sentido pressão familiar de, pelo menos, um dos parentes de primeiro grau para que retomasse os estudos. Esta pressão diminui com o avançar da idade em ambos os sexos. Relativamente a quem pressiona, em primeiro lugar surge o cônjuge, seguindo-se os pais e os filhos. Os irmãos distanciam-se mais do que os outros familiares, mas ainda assim apresentam valores significativos. Semelhante à pressão familiar é a sugestão familiar e essa é uma das razões apontadas para o regresso à escolarização que obtém uma média expressiva.

A família constitui também um suporte para o adulto. A motivação e o incentivo são as formas de apoio mais referidas, mas para além do apoio psicológico, registam-se significativos relatos acerca de apoio escolar, substituição nas tarefas, ajuda nas deslocações. A natureza do apoio prestado altera-se consoante o grau de parentesco e a coabitação.

O cônjuge e os filhos são quem prestam apoio sob formas mais diversificadas. O apoio dos pais é superior ao nível do incentivo e substituição de algumas tarefas e, por fim, o apoio fraterno verifica-se essencialmente ao nível do incentivo.

Os filhos que coabitam com os pais exercem mais pressão para que estes regressem aos estudos e são mais apoiantes. Possivelmente o facto de estarem mais tempo no mesmo espaço físico faz com que exista maior proximidade relacional e, por isso, uma maior partilha de pormenores acerca do percurso de escolarização.

Quanto aos irmãos os resultados sugerem que a certificação pretendida pelo adulto irá aproximá-lo do(s) irmão(s) quanto ao nível de escolaridade.

De uma maneira geral, quanto maior é a escolaridade do elemento apoiante, mais se multiplicam as formas de apoio prestado ao adulto.

Desta dissertação ressalva-se o facto de nem todas as análises por coorte e por sexo serem passíveis de obtenção de resultados. Apesar de a amostra ter uma dimensão ajustada à população de referência, quando segmentada segundo o sexo e o grupo etário, algumas quotas ficam sub-representadas. Em estudos futuros seria importante procurar destringir as relações que ficaram por esclarecer nesta investigação. De igual modo, num estudo qualitativo posterior seria interessante aplicar o guião da entrevista a uma amostra de maior dimensão. De referir ainda que, tendo em conta os resultados suscita-se a curiosidade científica em

concentrar uma análise no índice de homogamia educativa dos casais em que um dos cônjuges passou pelo processo de RVCC.

Relativamente à distância global entre os cônjuges (soma das diferentes variáveis analisadas), conclui-se que entre os parceiros a homogamia prevalece tanto no momento de formação do casal como ao longo da vida conjugal.

Porém, considera-se que tal proximidade poderá não ser tanto atribuível às exigências do casal, mas mais o resultado dos determinismos sociais do mercado matrimonial e, em particular, das cenas de encontro. Esta poderá ser uma explicação para a persistência da homogamia, mesmo após a liberalização do casamento e da escolha do cônjuge.

Porque a vida a dois é um processo dinâmico, os percursos individuais alteram algumas das distâncias iniciais dando azo a novos contornos conjugais. Neste âmbito, importaria numa perspectiva de análise longitudinal, quais são essas alterações e como se processam.

Igualmente importante seria identificar se os comportamentos observados são específicos dos casais em que um dos cônjuges frequenta o processo de RVCC ou extensíveis a outros universos de estudo.

Efectivamente, este sistema de qualificação possibilita a aproximação dos membros da família quanto ao nível de escolaridade. Durante a escolarização do adulto, esses membros exercem um papel de agentes motivadores e apoiantes. No núcleo familiar este percurso formativo favorece as relações e num plano individual favorece o auto-conceito do adulto.

Vivemos e actuamos no cenário emergente de um plano de educação e formação de adultos, interagimos numa sociedade com novos contornos. Num plano imagético de um jogo de dominó mudou o indivíduo, o cônjuge e a família. A cada reconhecimento e certificação de competências existe mais um indivíduo que teve a oportunidade de ver valorizados os seus saberes e as suas aptidões numa equivalência escolar. O processo que desenvolveu para obter essa escolaridade promoveu a sua autonomia, a sua capacidade de organização do trabalho, o seu sentido crítico. Passo a passo, indivíduo a indivíduo um percurso ambicioso foi traçado e está a ser percorrido. Com ritmos e destinos diversificados, o objectivo é escolarizar.

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes. 1997. Destinos Cruzados: estruturas e processos da homogamia. *Análise Social*. 1997, pp. 875-898.

Almeida, João Ferreira (coord.). 1995. *Introdução à Sociologia*. Lisboa : Universidade Aberta, 1995.

ANQ. 2009. Novas Oportunidades. [Online] 2009. [Citação: 5 de Agosto de 2009.] <http://www.novasoportunidades.gov.pt/>.

Baganha, M, I. e Góis, P. 1998-1999. Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 1998-1999, Vols. N.º 52-53, pp. 229-280.

Bandeira, Mário Leston. 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

—. **2006.** Demografia, actividade e emprego: contributos para uma demografia do trabalho. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 2006, Vol. N. 52, pp. 11-39.

—. **2004.** *Demografia: objecto, teorias e métodos*. Lisboa : Escolar Editora, 2004.

Bell, Judith. 1997. *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa : Gradiva, 1997.

Birkelund, Gunn Elisabeth e Heldal, Johan. 2003. Who Marries Whom? Educational Homogamy in Norway. *Demographic Research*. January de 2003, Vol. 8, pp. 1-30.

Bozon, Michel. 1991. Apparence physique et choix du conjoint. *La nupcialité: Évolution récente em France et dans les pays développés*. 1991, pp. 91-110.

Bozon, Michel e Héran, François. 1988. La Découverte du Conjoint. *Population*. Janvier et Février de 1988, pp. 121-150.

—. **1987.** La Découverte du Conjoint. *Population*. Novembre-Décembre de 1987, pp. 943-985.

- Bozon, Michel. 1991.** Le Choix du Conjoint. [autor do livro] François de Singly. *La famille. L'état des savoirs.* 1991.
- Canelas, Ana Maria (coord.). 2007.** *Carta da Qualidade dos Centros Novas Oportunidades.* Lisboa : Agência Nacional para a Qualificação, IP., 2007.
- Colardyn, Danielle e Bjornavold, Jens. 2004.** Validation of Formal, Non-Formal and Informal Learning: policy and practices in EU Member States. *European Journal of Education.* 2004, Vols. Vol. 39, N.º 1, pp. 69-89.
- 2006.** *Diciopédia X [DVD-ROM].* Porto : Porto Editora, 2006.
- Dupâquier, Jacques. 1984.** *Pour la Démographie Historique.* Paris : Presses Universitaires de France, 1984.
- Económicos, Centro Interdisciplinar de Estudos. 2004.** *O Impacto do Reconhecimento e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida.* Lisboa : DGFV, 2004.
- Escolha do cônjuge e locais de encontro.* **Rosa, Rodrigo. 2004.** 2004. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. pp. 130-138.
- Esteve, Albert e Cortina, Clara. 2005.** *Homogamia Educativa en la Espanã Contemporânea: Pautas y Tendencias.* s.l. : Centre d'Estudis Demogràfics, 2005.
- Europeias, Comissão das Comunidades. 2007.** Nunca é Tarde para Aprender. [Online] 2007. [Citação: 2 de Julho de 2009.] <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0558:FIN:PT:PDF>.
- Francisca, Maria e (coord.), Freire Manuela. 2008.** *Metodologia de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento de adultos.* Lisboa : Agência Nacional para a Qualificação, I.P., 2008.
- Giddens, Anthony. 2008.** *Sociologia.* 6.^a. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- Girard, Alain. 1981.** *Le choix du conjoint: une enquête psycho-sociologique en France.* 3ème edition. Paris : INED/PUF, 1981.

Goode, William J. 1970. *A Família*. São Paulo : Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1970.

IEFP. 2001. *Classificação Nacional de Profissões – Versão 1994*. 2.^a Edição. Lisboa : INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, 2001.

—. **2009.** Programa Portugal Acolhe - Português para Todos. *Instituto do Emprego e da Formação Profissional*. [Online] 2009. [Citação: 5 de Agosto de 2009.]
<http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/ProgramaPortugalAcolhe/Paginas/ProgramaPortugalAcolhe.aspx>.

INE, I.P. 2009. *Anuário Estatístico de Região da Região Lisboa 2008*. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2009.

Kaufmann, Jean-Claude. 1993. *Sociologie du Couple*. Paris : Presses Universitaires de France, 1993.

Kellerhals, J, et al. 1982. *Mariages au Quotidien*. Lausanne : Éditions Piere-Marcel Favre, 1982.

Lopes, Henrique, Cerol, Jorge e Magalhães, Pedro. 2009. Mendonça, Maria Amélia; Carneiro, Maria Ana. [autor do livro] CESOP. *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa*. Lisboa : Agência Nacional para a Qualificação, I.P., 2009.

Lyons-Lee, L.T. 1998. The Graduate Woman Phenomenon: Changing Constructions of the Family in Singapore. [Online] 1998. [Citação: 5 de Outubro de 2009.]
<http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1099&context=artspapers>.

MTSS/ME. 2006. *Novas Oportunidades. Aprender Compensa*. Lisboa : MTSS/ME, 2006.

Nazareth, Joaquim Manuel. 2004. *Demografia – A Ciência da População*. Lisboa : Presença, 2004.

Pais, José Machado. 1990. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*. 1990, Vols. N.º 105-106, pp. 139-165.

Rosa, M., Seabra, H. e Santos, T. 2005. *Contributos dos "imigrantes" na demografia portuguesa. O papel das populações estrangeiras de nacionalidade estrangeira.* Lisboa : ACIME, 2005.

Shorter, Edward. 1975. *A Formação da Família Moderna.* Lisboa : Terramar, 1975.

Singh, M. 2005. Recognition, Validation and Certification of informal and non-formal learning - Synthesis Report (Draft). [Online] 2005. [Citação: 15 de 07 de 2009.] www.unesco.org/education/uie/pdf/recognitiondraftsynthesis.pdf .

Singly, François. 1987. *Fortune et Infortune de la Femme Mariée.* 2ª edição. Paris : Presses Universitaires de France, 1987.

—. **1987.** Théorie critique de l'homogamie. *L'Année Sociologique.* 1987, Vol. 37, pp. 181-205.

Training, European Centre for Development of Vocational. 2007. *Validation of non-formal and informal learning in Europe. A snapshot 2007.* [Online] 2007. [Citação: 3 de Junho de 2009.] http://ec.europa.eu/education/policies/lll/adultcom_en.html .

**VALIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, HOMOGAMIA E
DINÂMICAS FAMILIARES
UM ESTUDO DE CASO**

Alda Botelho de Azevedo

ANEXOS

Questionário



Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa

N.º _____ (a preencher pelo inquiridor)

O presente questionário insere-se no âmbito de uma investigação sobre questões demográficas e sociais.

O seu objectivo é recolher informação sobre as uniões actuais dos adultos casados ou em união de facto e das últimas uniões dos divorciados ou viúvos que se encontram(ram) em processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Pretendendo conhecer a sua família, teremos de lhe colocar as mesmas questões para os diferentes membros. Como a maioria das respostas são de escolha múltipla solicitamos que, antes de responder, leia atentamente todas as hipóteses, assim poderá escolher a que mais se adequa ao seu caso.

Esperamos que os próximos momentos sejam de boas recordações e memórias de uma vida plena.

Agradecemos a sua colaboração.



CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES _____

DATA: ____ / ____ /2009

A sua identidade...

Sexo: Masculino Feminino

Idade: __ __ anos

Nível de certificação pretendido: Nível Básico (4.º, 6.º ou 9.º ano) Nível Secundário (12.º ano)

Estado civil actual : Casado(a) Unido(a) de facto Divorciado(a) Separado(a) de facto Viúvo(a)

A escola e o trabalho...

1. Qual o nível de escolaridade concluído que possui? E o seu cônjuge?

		Próprio	Cônjuge
Ensino Básico 1.º Ciclo (4.ª classe) ou equivalente.	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 2.º Ciclo (6.º ano) ou equivalente..	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 3.º Ciclo (9.º ano) ou equivalente...	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12.º ano) ou equivalente.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Selecciona as **três** razões que vos levaram a interromperam os estudos? (Coloque **1ª**, **2ª e 3ª** nos quadrados segundo o nível de importância sendo a 1ª a mais importante)

		Próprio	Cônjuge
Não gostava de estudar.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sentia dificuldades de aprendizagem.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teve problemas de saúde.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua família não tinha dinheiro.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Queria ser independente, ganhar dinheiro.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Decidiu casar-se/juntar-se e constituir família.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teve de ir trabalhar.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teve uma oportunidade de emprego aliciante.....	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tinha atingido o nível de escolaridade que desejava.	(9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua família opôs-se a que continuasse.....	(10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sua família não o incentivou a continuar.....	(11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teve problemas familiares.....	(12)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra razão. Qual? _____	(13)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Com que idade deixaram os estudos?

		Próprio	Cônjuge
Idade.....		_____	_____
Não sabe/ não se lembra.	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Antes de ingressar no processo de RVCC, algum de vós já tinha tentado progredir nos estudos?

		Próprio	Cônjuge
1. Sim.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Não.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
88. Não sabe/ não se lembra.	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
99. Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Se não, passe à questão número 9)

5. Se sim, qual(is) os tipos de ensino frequentado(s)? (Seleccionar todos os tipos de ensino aplicáveis)

		Próprio	Cônjuge
Processo de RVCC.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Diurno.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Nocturno.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Recorrente.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos de Educação e Formação.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos Profissionais.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sistema de aprendizagem.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Se não, passe à questão número 9)

6. Que idade tinha(m) quando fizeram essa(s) tentativas? (Referir a idade em todas as tentativas)

		Próprio	Cônjuge
1.ª tentativa.....		---	---
2.ª tentativa.....		---	---
3.ª tentativa.....		---	---
Não sabe/ não se lembra.	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Conseguiram a progressão nos estudos pretendida?

		Próprio	Cônjuge
Sim.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Se não, passe à questão número 9)

8. Se sim, que nível de escolaridade atingiram?

		Próprio	Cônjuge
Ensino Básico 1.º Ciclo (4.ª classe) ou equivalente.	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 2.º Ciclo (6.º ano) ou equivalente..	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 3.º Ciclo (9.º ano) ou equivalente...	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12.º ano) ou equivalente.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Com que idade entraram no mercado de trabalho?

		Próprio	Cônjuge
Idade.....		---	---
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Caso tenha(m) estado desempregado(s), indique a idade que tinha quem ficou desempregado, em cada uma das situações.

		Próprio	Cônjuge
1.º período.....		---	---
2.º período.....		---	---
3.º período.....		---	---
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não aplicável.....	(00)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Caso tenha(m) mudado de profissão e/ou emprego ao longo da vida, indique a(s) idade(s) com que o fez.

		Próprio	Cônjuge
1.ª mudança.....		---	---
2.ª mudança.....		---	---
3.ª mudança.....		---	---
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não aplicável.....	(00)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O processo de RVCC...

1. Porque decidiu dar continuidade ao seu percurso escolar? (Classifique quanto à importância **todas as opções** apresentadas)

		Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Importante	Muito importante
Valorização pessoal.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prosseguimento de estudos.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Terminar um ciclo de ensino.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Constrangimento pela escolaridade actual.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sugestão familiar.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sugestão dos amigos.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(Re)Inserção no mercado de trabalho.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudança de emprego.....	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Progressão na carreira.....	(9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sugestão de uma instituição (Centro de Emprego, outra)	(10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra razão. Qual? _____	(11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>				
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>				

2. Alguma vez sentiu pressão familiar para retomar os estudos?

Sim.....	(1)	<input type="checkbox"/>
Não.....	(2)	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>

(Se não, passe à questão número 4)

3. Se sim, de quem? (Assinalar todas as hipóteses aplicáveis ao seu caso)

Cônjuge (1) Filhos (2) Pais (3) Irmãos (4)

4. Como teve conhecimento do processo de RVCC? (Selecione **apenas uma opção.**)

Familiares..... (1)
 Local de trabalho..... (2)
 Amigos..... (3)
 Publicidade..... (4)
 Notícias / Imprensa..... (5)
 Pesquisa na Internet..... (6)
 Outra razão. Qual? _____ (7)
 Não sabe/ não se lembra (88)
 Não responde..... (99)

5. Qual a reacção da sua família à sua decisão de retomar os estudos?

		Cônjuge	Filhos ou enteados	Pais	Irmãos
Apoiaram..... (1)	<input type="checkbox"/>				
Não apoiaram..... (2)	<input type="checkbox"/>				
Não têm conhecimento. (3)	<input type="checkbox"/>				
Não se manifestaram.... (4)	<input type="checkbox"/>				
Não sabe/ não se lembra. (88)	<input type="checkbox"/>				
Não responde..... (99)	<input type="checkbox"/>				
Não aplicável..... (00)	<input type="checkbox"/>				

(Se não obteve apoio de nenhum elemento da família, passe à questão número 8)

6. De que forma se manifestou o apoio? (Seleccionar **todas as opções** aplicáveis)

		Cônjuge	Filhos ou enteados	Pais	Irmãos
Escolha do Centro Novas Oportunidades..... (1)	<input type="checkbox"/>				
Inscrição..... (2)	<input type="checkbox"/>				
Deslocações ao Centro Novas Oportunidades. (3)	<input type="checkbox"/>				
Substituição nas obrigações familiares..... (4)	<input type="checkbox"/>				
Incentivo, motivação..... (5)	<input type="checkbox"/>				
Orientações nos trabalhos solicitados..... (6)	<input type="checkbox"/>				
Outra. Qual? _____ (7)	<input type="checkbox"/>				
Não sabe/ não se lembra (88)	<input type="checkbox"/>				
Não responde..... (99)	<input type="checkbox"/>				

7. Se não tivesse o apoio de nenhum familiar, terminar com sucesso o processo de RVCC seria:

Muito mais difícil (1) Mais difícil (2) Indiferente (3) Mais fácil (4) Muito mais fácil (5)

8. Considera que o processo de RVCC é o tipo de ensino adequado a algum dos seus familiares?

- Sim..... (1)
 Não..... (2)
 Não sabe/ não se lembra..... (88)
 Não responde..... (99)

(Se não, passe à questão número 1 de *A vida conjugal e familiar...*)

9. Se sim, a quem aconselharia o processo de RVCC? (Seleccione todas as opções aplicáveis)

- Cônjuge (1) Filhos ou enteados (2) Pais (3) Irmãos (4)

A vida conjugal e familiar...

1. Quando conheceu o seu cônjuge? Ano: _____

2. Quanto tempo decorreu até iniciarem o namoro? _____ dias, meses, anos (riscar o que não interessa)

3. Quanto tempo namoraram até estabelecerem a vossa união? (casamento ou união de facto)
 _____ dias, meses, anos (riscar o que não interessa) Ano: _____

4. Que idade tinham?

- | | | Próprio | Cônjuge |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Idade..... | | ____ | ____ |
| Não sabe/ não se lembra. (88) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Não responde..... (99) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

5. Em que circunstâncias conheceu o seu cônjuge? (Seleccione apenas uma opção)

- Através de amigos comuns..... (1)
 Através de familiares..... (2)
 Escola..... (3)
 Emprego..... (4)
 Férias..... (5)
 Momento de convívio (festas entre amigos, familiares)..... (6)
 Espaço de lazer público (jardim, via pública, praia, ...). (7)
 Espaço de lazer privado (cinema, ginásio, discotecas, bailes,...). (8)
 Vizinhança..... (10)
 Outras. Quais? _____ (11)
 Não sabe/ não se lembra..... (88)
 Não responde..... (99)

6. Qual a vossa nacionalidade?

Próprio: _____

Cônjuge: _____

7. Qual a vossa naturalidade? (concelho)

Próprio: _____

Cônjuge: _____

8. Qual a vossa religião antes da vossa união?

Próprio: _____ Cônjuge: _____

9. Onde moravam quando se conheceram?

	Próprio	Cônjuge
Freguesia	_____	_____
Concelho	_____	_____
Distrito	_____	_____

10. Nessa altura, com quem residiam?

		Próprio	Cônjuge
Sozinho(a).....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pais e irmãos.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pais.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Irmãos.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Filhos.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros familiares.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Amigos.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra situação. Qual? _____	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Qual era o vosso estado civil?

		Próprio	Cônjuge
Solteiro(a).....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casado(a).....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vivendo em união de facto.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divorciado(a).....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Separado(a).....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viúvo(a).....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Se não era(m) solteiro(s) com que idade tinha(m) deixado de o ser?

		Próprio	Cônjuge
Idade.....		_____	_____
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Se era(m) solteiros(as), passe à questão seguinte)

13. Qual a vossa ocupação quando se conheceram?

		Próprio	Cônjuge
Estudava.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estava à procura do primeiro emprego.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhava.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estava desempregado(a).....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cumpria o serviço militar.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estava reformado.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Era doméstico(a).....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra situação. Qual? _____	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Se trabalhava(m) quando se conheceram, classifique a profissão exercida. (Em caso dúvidas na classificação das profissões solicitar esclarecimento)

		Próprio	Cônjuge
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem.....	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados.....	(9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Se estava(m) desempregado(a), qual a última profissão que exercida?

		Próprio	Cônjuge
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem.....	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados.....	(9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. Onde moram actualmente?

Freguesia: _____ Concelho: _____ Distrito: _____

17. Quem vive convosco?

Ninguém.....	(1)	<input type="checkbox"/>
Filhos ou enteados.....	(2)	<input type="checkbox"/>
Irmãos ou cunhados.....	(3)	<input type="checkbox"/>
Pais ou sogros.....	(4)	<input type="checkbox"/>
Outros familiares.....	(5)	<input type="checkbox"/>
Outra situação. Qual? _____	(6)	<input type="checkbox"/>
Não sabe / Não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>

18. Qual a vossa situação perante o trabalho actualmente?

		Próprio	Cônjuge
Estudante.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empregado por conta própria.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empregado por conta de outrem.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempregado.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doméstica(o).....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reformado(a).....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inactivo(a).....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe / Não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Se trabalha(m) ou se se encontra(m) numa situação de desemprego inferior a 12 meses, qual a última profissão exercida?

		Próprio	Cônjuge
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem.....	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados.....	(9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

20. Têm filhos(as) ou enteados(as)?

- Sim. Quantos? _____ (1)
- Não (2)

(Se não têm filhos(as) ou enteados(as) passe à questão número 24)

21. Acerca dos seus filhos(as) ou enteados(as) indique:

	Sexo			Idade
1.º Filho(a)	M	<input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>	___ anos
2.º Filho(a)	M	<input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>	___ anos
3.º Filho(a)	M	<input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>	___ anos
4.º Filho(a)	M	<input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>	___ anos
5.º Filho(a)	M	<input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>	___ anos

22. Qual o nível de escolaridade que os seus filhos(as) atingiram? (No caso de serem estudantes ou trabalhadores/estudantes indicar o nível de escolaridade concluído e assinalar como **estudantes**.)

		1.º Filho(a)	2.º Filho(a)	3.º Filho(a)	4.º Filho(a)	5.º Filho(a)
Ensino Básico 1.º Ciclo (4.ª classe) ou equivalente.	(1)	<input type="checkbox"/>				
Ensino Básico 2.º Ciclo (6.º ano) ou equivalente..	(2)	<input type="checkbox"/>				
Ensino Básico 3.º Ciclo (9.º ano) ou equivalente...	(3)	<input type="checkbox"/>				
Ensino Secundário (12.º ano) ou equivalente.....	(4)	<input type="checkbox"/>				
Ensino Superior.....	(5)	<input type="checkbox"/>				
Estudante.....	(6)	<input type="checkbox"/>				
Não sabe/ não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>				
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>				
Não aplicável.....	(00)	<input type="checkbox"/>				

23. Qual a ocupação dos seus filhos(as) ou enteados(as)? (Em caso de desemprego, indique a última ocupação)

		1.º Filho(a)	2.º Filho(a)	3.º Filho(a)	4.º Filho(a)	5.º Filho(a)
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e						
Quadros Superiores de Empresa.....	(1)	<input type="checkbox"/>				
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.....	(2)	<input type="checkbox"/>				
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.....	(3)	<input type="checkbox"/>				
Pessoal Administrativo e Similares.....	(4)	<input type="checkbox"/>				
Pessoal dos Serviços e Vendedores.....	(5)	<input type="checkbox"/>				
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e						
Pescas.....	(6)	<input type="checkbox"/>				
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.....	(7)	<input type="checkbox"/>				
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da						
Montagem.....	(8)	<input type="checkbox"/>				
Trabalhadores Não Qualificados.....	(10)	<input type="checkbox"/>				
Inactivo(a)	(11)	<input type="checkbox"/>				
Não sabe / não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>				
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>				
Não aplicável (estudante, em idade pré-escolar, ...).	(00)	<input type="checkbox"/>				

24. Considera que as responsabilidades familiares condicionaram o momento em que se inscreveu num Centro Novas Oportunidades?

Sim.....	(1)	<input type="checkbox"/>
Não.....	(2)	<input type="checkbox"/>
Não sabe / não se lembra.	(88)	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>

25. Que idade têm os seus pais e os pais do seu cônjuge? (Em caso de não estarem vivos, indique o ano e a idade com que faleceram)

	Próprio		Cônjuge	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Idade	— —	— —	— —	— —
Ano de falecimento	— —	— —	— —	— —

26. Qual(is) a(s) pertença(s) étnica(s) dos vossos pais? (caucasiana, africana, asiática, hindu, ...)

	Próprio		Cônjuge	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe

27. Qual o nível de escolaridade que os vossos pais tinham quando conheceu o seu cônjuge?

		Próprio		Cônjuge	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sabe ler e escrever.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 1.º Ciclo (4.ª classe) ou equivalente.	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 2.º Ciclo (6.º ano) ou equivalente..	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 3.º Ciclo (9.º ano) ou equivalente..	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12.º ano) ou equivalente.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe / não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

28. Classifique a ocupação dos vossos pais quando vocês se conheceram. (Em caso de estarem reformados ou desempregados indique a última que tinham exercido nessa altura.)

		Próprio		Cônjuge	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa.	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas.....	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem.....	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados.....	(10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inactivo(a).....	(11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe / não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não aplicável.....	(00)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

29. Têm irmãos(ãs)?

Próprio
 Sim, tenho ____ irmãos(ãs).
 Não, não tenho irmãos(ãs).

Cônjuge
 Sim, tem ____ irmãos(ãs).
 Não, não tem irmãos(ãs).

(Se não tem irmãos(ãs) passe à questão número 33.)

30. Caracterize os seus irmãos(ãs).

	Sexo			Idade
1.º irmão(ã)	M	<input type="checkbox"/>	F	___ anos
2.º irmão(ã)	M	<input type="checkbox"/>	F	___ anos
3.º irmão(ã)	M	<input type="checkbox"/>	F	___ anos
4.º irmão(ã)	M	<input type="checkbox"/>	F	___ anos

31. Qual o nível de escolaridade mais elevado que os seus irmão(ãs) atingiram?

		1. ^o irmão(ã)	2. ^o irmão(ã)	3. ^o irmão(ã)	4. ^o irmão(ã)
Ensino Básico 1. ^o Ciclo (4. ^a classe) ou equivalente.	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 2. ^o Ciclo (6. ^o ano) ou equivalente..	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico 3. ^o Ciclo (9. ^o ano) ou equivalente	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12. ^o ano) ou equivalente.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe / não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não aplicável (estudante, ...).	(00)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

32. Indique as profissões dos seus irmãos(ãs)? (Em caso de estarem reformados ou desempregados indique a última que tinham exercido nesta altura.)

		1. ^o irmão(ã)	2. ^o irmão(ã)	3. ^o irmão(ã)	4. ^o irmão(ã)
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa.....	(1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.....	(2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.....	(3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares.....	(4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores.....	(5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas...	(6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.....	(7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	(8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados.....	(10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inactivo(a).....	(11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe / não se lembra.....	(88)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde.....	(99)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não aplicável	(00)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Por último, no intuito de conhecer melhor as dinâmicas familiares dos adultos em processo de RVC realizaremos entrevistas a alguns dos respondentes a este questionário. Gostaríamos de contar com a sua participação. Caso aceite o nosso convite, deixe-nos os seus contactos.

Nome: _____

Contacto Telefónico: _____

Muito obrigado pela sua colaboração.

Indicador global da distância entre cônjuges

Variáveis e pontuação atribuída no cálculo do indicador global da distância entre os cônjuges

VARIÁVEL	PONTUAÇÃO
1. Idade	7 – diferença inferior a 4 anos 4 – entre 5 e 9 anos de diferença 1 – 10 ou mais anos de diferença
2. Escolaridade	7 – mesmo ciclo de estudos 5 – um ciclo de estudos de diferença 3 – dois ciclos de estudos de diferença 1 – três ciclos de estudos de diferença ou mais
3. Nacionalidade	7 – mesma nacionalidade 4 – nacionalidade diferente, mas mesma língua oficial 1 – nacionalidade e língua oficial diferentes
4. Naturalidade	7 – mesmo distrito 5 – distrito limítrofe 3 – um distrito de intervalo 1 – mais de um distrito de intervalo
5. Religião	7 – mesma religião 1 – religião diferente
6. Local de residência no momento do encontro	7 – mesmo concelho 5 – concelho limítrofe 3 – um concelho de intervalo 1 – mais de um concelho de intervalo
7. Coabitação no momento do encontro	7 – mesma coabitação 4 – com pais e irmãos e com pais 4 – com irmãos e com amigos 1 – outras possibilidades
8. Estado civil no momento do encontro	7 – mesmo estado civil 4 – divorciado e separado 4 – casado ou unido de facto 1 – outras possibilidades
9. Ocupação no momento do encontro	7 – mesma ocupação 4 – estudava e estava à procura do primeiro emprego 4 – estava à procura do primeiro emprego e trabalhava 1 – outras possibilidades
10. Se trabalhadores, a profissão	7 – profissões do mesmo grupo ²² 4 – profissões com um grupo de intervalo 1 – profissões com mais de um grupo de intervalo
11. Situação perante o trabalho actual	7 – mesma situação 4 – empregado por conta própria e empregado por conta de outrem 4 – reformado e inactivo 1 – outras possibilidades
12. Profissão actual	7 – profissões do mesmo grupo 4 – profissões com um grupo de intervalo 1 – profissões com mais de um grupo de intervalo

²² As profissões foram recodificadas em três grandes grupos: profissões de direcção; profissões técnicas e profissões manuais.

13. Idade dos pais	7 – diferença inferior a 4 anos 4 – entre 5 e 9 anos de diferença 1 – 10 ou mais anos de diferença
14. Idade das mães	7 – diferença inferior a 4 anos 4 – entre 5 e 9 anos de diferença 1 – 10 ou mais anos de diferença
15. Pertença étnica dos pais	7 – mesma etnia 4 – três progenitores com a mesma etnia 1 – etnia diferente
16. Escolaridade dos pais	7 – mesmo ciclo de estudos 5 – um ciclo de estudos de diferença 3 – dois ciclos de estudos de diferença 1 – três ciclos de estudos de diferença ou mais
17. Escolaridade das mães	7 – mesmo ciclo de estudos 5 – um ciclo de estudos de diferença 3 – dois ciclos de estudos de diferença 1 – três ciclos de estudos de diferença ou mais
18. Ocupação dos pais no momento do encontro entre os cônjuges	7 – profissões do mesmo grupo 4 – profissões com um grupo de intervalo 1 – profissões com mais de um grupo de intervalo
19. Ocupação das mães no momento do encontro entre os cônjuges	7 – profissões do mesmo grupo 4 – profissões com um grupo de intervalo 1 – profissões com mais de um grupo de intervalo
20. Existência de irmãos	7 – resposta idêntica 1 – resposta diferente

Guião da entrevista

ENTREVISTA

N.º.....

Data: / / 2009

Hora início:::

Hora fim:::

Local da entrevista:

Centro Novas Oportunidades:

Identificação do entrevistado:

Idade: anos

Sexo: Masculino Feminino

Estado civil actual:

Casado(a) Unido(a) de facto Divorciado(a) Separado(a) de facto Viúvo(a)

Nível de Certificação: Básico Secundário

Contacto telefónico:

OBSERVAÇÕES:

PROCESSO DE RVCC

Em que circunstâncias deixaram os estudos?

Já algum de vós havia tentado progredir nos estudos? Se sim, fale um pouco sobre essas experiências.

Considera que o seu percurso escolar e/ou profissional alguma vez foi condicionado pelo percurso familiar? De que forma?

Considera que vai recuperar com esta certificação uma escolarização há muito merecida?

Em que medida as responsabilidades familiares (com filhos ou pais) condicionaram o momento em que decidiu progredir nos estudos?

Algum familiar próximo (cônjuge, filhos, irmãos, pais) já frequentou o processo de RVCC? Se sim, quem?

Quem o apoiou na decisão de progredir nos estudos?

De que forma se manifestou esse apoio?

Negociou contrapartidas com algum elemento da família para poder frequentar o processo RVCC?

Algum familiar não apoiou ou mostrou desagrado na sua decisão?

Que razões deram essas pessoas para se oporem?

Está satisfeito(a) com o grau de escolaridade que os seus familiares próximos atingiram?

À medida que os seus familiares próximos progrediram no percurso escolar, alguma vez se sentiu ultrapassado(a) ou receou que isso viesse a acontecer?

Considera que aprendeu com os seus familiares próximos à medida que eles foram progredindo nos seus percursos escolares? O que aprendeu?

Considera importante que os membros da família tenham uma escolaridade semelhante?

Alguma vez sentiu constrangimento junto dos seus familiares pelo seu nível de escolaridade ou pelo seu conhecimento? Se 'sim' em que circunstâncias?

Sente diferenças no relacionamento familiar desde que iniciou o processo de RVCC? Quais?

E em si, sente alguma diferença?

Findo o processo de RVCC, pretende continuar a estudar?

Transcrição das entrevistas

Antônio, sexo masculino, 67 anos, casado, nível secundário

“Os tempos eram outros, a vida era muito diferente. Nessa altura a 4ª classe chegava, nem se pensava em mais. Só quem tinha muitas posses é que tinha outro destino e esses eram muito poucos. [...] Há dois anos fiz o 9.º ano, também no RVCC. Sempre fui muito curioso, gosto muito de aprender, de ler, de me cultivar. A partir daí foi o que se vê... não tarda nada acabo o 12.º ano. [...] A minha esposa é que diz que não tem tempo para isto, ela anda sempre muito ocupada com os netos, com a ginástica e sei lá no que mais. [...] Todos apoiaram, esposa, filhos, netos, a ideia foi muito bem recebida pela família toda. [...] O apoio foi mais ao nível da motivação, não foi tanto ajuda propriamente dita. É o entusiasmo que transmitem. Quando foi do 9.º ano havia mais agitação à volta disso, agora com o 12.º ano já estão mais habituados. [...] Queriam saber como eram as aulas, os formadores. Perguntavam quais os trabalhos que eu tinha de fazer, e eu lá mostrava. No fim, os meus filhos quiseram todos ler o dossier, a minha filha disse que eram as suas origens que ali estavam. Fiquei orgulhoso. [...] A minha esposa e o meu filho mais velho foram assistir ao júri. O meu filho deu-me uma caneta de prata que guardo com muita estima. [...] Estou satisfeito, criei bem os meus filhos, todos estudaram até onde quiseram, sempre os incentivámos a estudar. O João não quis ir para a faculdade, preferiu a vida militar, foi uma opção. [...] Ultrapassado nunca me senti porque nunca parei de aprender. Sempre gostei de aprender, mas houve perguntas para as quais não tinha resposta... Como temos em casa enciclopédias, dicionários e muitos livros, eles aprenderam muito a ler, a pesquisar e também uns com os outros. [...] Não sou homem de sentir vergonhas, mas muitas pessoas que me conhecem desde sempre não sabiam que eu não tinha o 9.º ano. Só descobriram quando comecei o processo. Depois do 9.º veio o 12.º ano. [...] Não, fico por aqui. Depois de velho passei da 4.ª classe ao 12.º ano. Sinto-me satisfeito e realizado, não preciso de mais. Entretenho-me com os meus netos e, nas horas vagas, leio os livros que trago da casa do meu filho ao fim-de-semana. Posso dizer que sou um homem de bem com a vida, velho, mas feliz. Criei toda uma família, trabalhei arduamente toda a vida, depois de velho ainda fui estudar, tenho o sentimento de dever cumprido.”

Edite, sexo feminino, 56 anos, casada, nível básico

“Deixámos os dois a escola para ir trabalhar. Os nossos pais eram pessoas do campo, da lavoura, era preciso ajudar a família. [...] Sempre tive um grande desgosto em não ter

estudado mais, por isso sim, sinto que estou a recuperar tempo perdido, mais vale tarde do que nunca. [...] Agora é que apareceu esta oportunidade, dantes não havia nada disto. Também dantes nem podia, agora já os meus filhos estão lançados na vida, já tenho a casa vazia, estou sozinha com o meu marido. [...] Os meus filhos ficaram muito entusiasmados. Quando acho que não vou conseguir terminar, a minha filha dá-me muita força, diz-me que se os criei também consigo fazer o 9.º ano. Costumo falar mais com a minha filha sobre este assunto. Ela dá-me muito apoio. [...] Um dia a formadora perguntou se já tínhamos assistido a uma peça de teatro. Eu nem respondi, mas nunca fui, só vi aquele teatro de revista que passa na televisão. Falei nisso em casa e os meus filhos acharam por bem que eu fosse. Só o meu marido não achou muita piada à ideia. Disse-me logo ‘lembras-te de cada uma, agora ao teatro’. [...] Eu acho que ele [marido] não gostou muito. É por precisar de sair mais de casa, ele gosta de me ter por lá. Se precisar é só chamar-me. Ele não gostou muito que eu quisesse voltar para a escola. Diz que são maluquices que os meus filhos me põem na cabeça [...] Tenho pena que o meu filho tenha deixado a escola tão cedo, ele só tem o 10.º ano. Foi trabalhar com o pai porque começou a andar com más companhias. Gostava que ele fizesse o 12.º ano, pelo menos. A minha filha é professora de Geografia. [...] Sempre me senti menos do que os outros por ter saído cedo da escola, agora isso vai ser diferente, já é. [...] Sinto muitas diferenças, tenho mais confiança em mim, não é que seja uma mulher diferente do que era, mas aprendi muita coisa. [...] Sinto mais força para fazer valer-me, tenho mais coragem para dizer o que penso. [...] Também o facto de estar mais fora de casa, contactar com os outros tem-me ajudado muito. [...] Não sei, já foi uma luta fazer o 9.º ano, não sei se serei capaz.”

Vanda, sexo feminino, 31 anos, casada, nível básico

“Engravidei... e não me arrependo, o nascimento do meu filho foi o melhor momento da minha vida... Se engravidei, tínhamos de casar, não é? E não ia para a escola de barriga, então deixei a escola. Ele já trabalhava e os nossos pais também nos ajudaram. [...] Voltei agora à escola porque eles já são mais crescidos. [...] Tive de fazer um trabalho de matemática e eu já não me lembrava de nada daquilo, mas o Pedro viu e disse logo que me ajudava porque já tinha aprendido essa matéria no 8.º ano. Eu ri-me, realmente onde é que já se viu o filho a ensinar a mãe... [risos] [...] Coitados, aquilo lá por casa está tudo uma confusão! O jantar, às vezes, é o que se arranja à pressa, outras vezes são eles que o fazem,

mas a roupa por passar vai crescendo... nisso ninguém toca [risos]. São só mais duas semanas. Estou a fazer a apresentação para o júri. A Diana tem-me ajudado com o computador. Ela é que me ensinou a digitalizar algumas fotografias e meter tudo no PowerPoint porque eu sozinha não conseguia fazer. [...] Os miúdos agora aprendem muitas coisas. Depois ainda se espantam muito por não os percebermos e dizem ‘Ó mãe como é que não sabes isto?’ [...] Foram eles que me ensinaram a mexer no computador, são eles que me explicam os exercícios de matemática. [...] Não posso dizer que não senti, todos sentimos, às vezes, quando estamos a falar com certas pessoas queremos estar à altura, falar bem. [...] Acho que agora conversamos mais porque as matérias são as mesmas, há mais assunto. [...] Agora tenho mais o hábito de ler, eu nunca lia nada, agora tento ler um bocadinho todos os dias, é bom para escrever melhor. Já sei fazer muitas coisas no computador. Até na matemática, sinto que evoluí muito. [...] Estou diferente, isto abre os horizontes. Sinto diferenças a nível pessoal e familiar. Tenho pena de estar a acabar. Os formadores são muito bons, explicam as coisas de uma forma muito simples e isso faz-me sentir melhor, valorizada. [...] Continuar? Eu gostava, mas o tempo é curto. Talvez faça um intervalo e daqui a uns anos logo penso nisso.”

Basílio, sexo masculino, 48 anos, casado, nível secundário

“Gostava de ter estudado mais, não foi por vontade própria que saí da escola. Não podia continuar a ver o esforço dos meus pais, tinha de ir trabalhar para os ajudar. Os meus irmãos eram mais novos, tinha de ser eu a ajudá-los. [...] Quem me meteu nisto foi a minha mulher. Ela estava desempregada há um ano e meio e foi fazer um curso de Técnica de Acção Educativa. No fim fez um estágio numa creche e tudo. [...] Ela ainda está desempregada, mas acho que valeu a pena. Ela gostou muito da experiência e conseguiu fazer o 12.º ano. Foi aí que comecei a pensar que talvez não fosse assim tão difícil, não tinha era tempo porque estava a trabalhar. [...] Mas ela [esposa] dizia-me que à noite também havia uns cursos para o 12.º ano. Fiquei com o bichinho de tanto a ouvir e inscrevi-me. Ainda não me arrependi. [...] A minha mulher e os meus filhos. Foram eles que me incentivaram mais. [...] Contrapartidas não houve, mas agora ao fim-de-semana desculpo-me com os trabalhos para poder estar em paz. É maneira de poder estar ao computador sem ninguém a chamar-me. [...] Desagrado? Mas alguém pode não gostar da ideia de ver os parentes a aprender, a evoluir. Isso não pode ser, não é? [...] Estou satisfeito, a minha mulher ficou muito contente por fazer o 12.º ano. Os

meus filhos têm empregos estáveis. O meu irmão mais velho é que também devia fazer o RVCC, era bom para ele, sempre foi muito esperto, mas saiu cedo da escola. [...] Acho que não é preciso serem todos iguais, é preciso que se entendam, que haja amizade. [...] Não sinto diferenças, brincamos muito uns com os outros, conversamos muito sobre o regresso a escola. [...] A diferença que sinto é na forma como me vejo a mim próprio. A vida ensinou-me muita coisa e agora isso é aproveitado. Acho que não vou continuar a estudar, mas fiquei com o tal bichinho.”

José, sexo masculino, 40 anos, divorciado, nível básico

“Eu deixei a escola cedo, tinha 14 anos e a minha irmã ficou doente. Tive de ir trabalhar, mas não se pense que era por falta de inteligência. A professora até foi lá a casa falar com o meu pai [...]. Ela era nossa vizinha, conhecia a família e achou que convencia o meu pai a deixar-me continuar. Ele lá lhe explicou que eu tinha de ir trabalhar. [...] Os anos passaram e resignei-me. Nunca mais tentei voltar à escola. [...] É claro que de vez em quando pensava que devia ter estudado mais, mas não pude, paciência. [...] A minha irmã é auxiliar de educação educativa e já fez o 9.º ano pelo RVCC. Agora está inscrita num curso para o 12.º ano. [...] Desde que voltou à escola ela dizia-me sempre que eu tinha de ir. Se calhar ela sente-se culpada por não ter tido as mesmas oportunidades que ela teve, mas a culpa não foi dela. Eu era mais velho e era rapaz! [...] Desde o divórcio que tenho mais tempo livre, acabo por estar muito tempo sozinho. Por isso achei que isto era bom para mim. Os meus filhos ficaram muito contentes. Gostaram da ideia e sempre que falamos perguntam como está a correr. [...] A minha irmã foi a principal responsável por eu ter começado, recebo muito apoio dela. Como ela fez o 9.º ano no RVCC falamos sobre os trabalhos, sobre os formadores. Ela dá-me ideias, e oferece-se para me ajudar. Pedi-lhe que lesse a minha autobiografia porque não sabia se era aquilo que era preciso e ela ficou muito admirada. Somos irmãos e recordamos episódios de infância diferentes. Mesmo coisas que se passaram em casa, lembramos de forma diferente o que se passou. O grupo de amigos também era muito diferente. Eu andava-me com a rapaziada do bairro, normalmente a fazer traquinices, ela era uma menina, brincava com as outras raparigas da idade dela. E brincavam em casa, não andavam tanto na rua, na altura era assim. O meu cunhado também me apoia. Vou muitas vezes a casa deles, porque moramos quase na mesma rua e ele já me deu uma boa ajuda. Tive de fazer a planta da minha casa em papel milimétrico e foi ele que me deu umas boas dicas.

[...] Os meus filhos ainda estão a estudar, tanto eu como a mãe deles achamos importante que eles tenham oportunidades melhores do que as nossas. Os tempos são outros, mas a vida não está nada fácil. Gostava que eles tirassem um curso superior, é uma forma de terem uma vida melhor do que a dos pais. Os meus pais eram quase analfabetos, nós já estudámos um pouco mais, a ver se os meus filhos vão ainda mais longe. É assim que deve ser! [...] A minha ex-mulher tinha o antigo 7.º ano geral dos liceus. É funcionária pública, não está mal. Sempre teve mais jeito do que eu para escrever, tem a ver com o que ela faz. Começou com escriturária e foi sempre subindo. [...] Acho que é importante... pelo menos no meu caso. Antes do divórcio já sentia isso, agora ainda sinto mais porque eles estão com a mãe. Quando tinham dúvidas nos trabalhos de casa recorriam mais à mãe. ‘A mãe explica melhor’, não é que eu não soubesse. Não é que alguma vez me tenha sentido à parte, mas essas diferenças acabam por se notar, a verdade é essa. Notam-se por exemplo na gestão da casa. Era sempre ela que tratava das coisas com o banco, com as finanças. Como ela tinha mais jeito, era mais fácil assim. As coisas do condomínio também era ela que as resolvia. Não é que eu não soubesse, mas era mais rápido ser ela a tratar. Eu trabalhava muito fora, chegava a estar uma semana inteira fora e ela lá conseguia tratar de tudo: miúdos, casa, trabalho. Foram tempos duros. [...] Conheci muitas pessoas novas, saio mais de casa sem ser só para trabalhar e os trabalhos ocupam-me algum tempo. Para o 12.º ano é que não sei se vou. O 9.º ano é menos tempo, devo ficar por aqui... Vamos ver, uma coisa de cada vez... Sei lá, eu digo que não, mas nunca se sabe. A minha irmã tanto insistiu que vim fazer o 9.º ano. Em princípio não, logo se vê. [...]

Rita, sexo feminino, 19 anos, unida de facto, nível básico

“Queira ter o mesmo que os outros e os meus pais não podiam dar-me. Queria roupas de marca, sair à noite, passear, comprar uma mota. [...] Não consegui, foi muito difícil arranjar trabalho. Fui empregada de mesa, lojista, sei lá... Tenho feito muita coisa. Agora resolvi voltar aos estudos, sem o 9.º ano não vou conseguir grande emprego. Se quero ter uma vida estável, um bom ordenado, ter mais estudos. [...] O meu companheiro apoiou-me muito. Ele tem o 12.º ano e quer tirar informática. Ele dizia-me que para encontrar um bom emprego é preciso ter um diploma. Ele tem sido muito importante nisto. Ajuda-me nos trabalhos, vai levar-me e buscar-me à escola, explica-me muitas coisas. Ele sente-se orgulhoso por eu ter voltado à escola, e eu também. [...] Por um lado até sinto uma responsabilidade maior. Não

quero desiludi-lo, tenho de estar à altura. [...] A minha família não é muito virada para a escola. Tentei convencer a minha mana a vir comigo, mas ela tem um menino pequeno, era difícil. Como o marido dela trabalha por turnos também não quis muito que ela viesse. [...] Eu acho que é muito importante porque eu vejo com o João como as coisas são. Não é que tenha vergonha, mas ele às vezes fala de cada coisa... não consigo acompanhá-lo, isso é que é a verdade. E mesmo para tratar de certas coisas da casa acaba por ser sempre ele porque tem mais facilidade em ir aos sítios, em perguntar. [...] Desde que comecei o 9.º ano estou mais tempo ao computador com o João. Dantes era só ele e eu ficava a ver televisão. Agora, como preciso de fazer os trabalhos, ficamos os dois ao computador. [...] Eu gostava de fazer até ao 12.º ano. Se não arranjar emprego vou tirar um curso daqueles que dão o 12.º ano. Uma amiga minha está a fazer um durante o dia e gosta muito.” [...] Gostava também de aprender a falar inglês.”

Isabel, sexo feminino, 38 anos, casada, nível secundário

“Eu foi quando fui para a Madeira, e ele ao fim e ao cabo foi sempre continuando com formações, ele é militar [...] de vez em quando tem aqueles cursos, aquelas formações, não se pode dizer que deixou [de aprender]. [...] Estive no Conservatório de Música de Ponta Delgada, tinha vontade de estudar, queria aprender, agora escola, escola assim não porque a vida familiar não dava para isso. [...] Sou mãe, quero ser mãe e quero estar presente. [...] Por termos feito esta opção [os filhos] são crianças felizes, têm boas notas, sabem com quem podem contar. [...] Em Ponta Delgada só havia até ao 9.º ano [...] quando viemos para cá foi logo a primeira coisa que eu fiz. [...] Inscrevi-me porque é uma coisa que se pode fazer em casa. Eu só tinha de ir à escola uma vez por semana, não mexia com a dinâmica da família, ou mesmo que mexesse com a organização da casa, das tarefas, mas eu estava em casa, estava presente. Podia estar sentada ao computador, mas estava presente. [...] Se não fosse agora, não sei quando seria, parece que os filhos vão aparecendo. [...] Para mim apoiar não é só dizer ‘força, vai’. É dizer ‘vai que eu estou aqui na retaguarda’. Foi o meu marido e os meus filhos. Muitas tardes e muitas manhãs eu estava ao computador sentada, porque não foi fácil e as tarefas de casa ficaram por fazer e quando eles chegavam eles ajudavam-me ou então eu dizia ‘amanhã não contem comigo [...] porque eu vou estar ocupada’ e eles desenrascavam-se para eu estar liberta, para não estar preocupada com nada. [...] Tudo, desde almoço, jantar, limpeza da casa, roupa, estender, apanhar. [...] Todos sabemos o que temos de fazer quando

alguém precisa. [...] Eu dizia ‘não consigo fazer’ e não tinha de estar a designar ‘tu fazes isto, tu fazes aquilo’ eles por si faziam, cada um tinha as suas tarefas, sabia o que tinha de fazer. [...] [Os filhos] ainda são pequeninos [...] Acho que vão conseguir ser alguém. O meu irmão tem o 11.º ano, que foi uma pena realmente, e a minha irmã está no último ano de professora primária. Ao fim de tantos anos entrou para a universidade. [...] Ultrapassada nunca, porque acho que os filhos têm de ser sempre mais que os pais. Quando eles chegavam ao pé de mim com um problema de matemática do 10.º ano [...] encaminhava-os para o pai. [...] Não tenho sentimentos de inferioridade. Se sei, sei, se não sei, não sei. Se sou, sou, se não sou, posso vir a ser. Relembrei muitas coisas: o teorema de Pitágoras, os ditongos, as tabuadas que eu já tinha esquecido e que voltei a lembrar [...] [Quanto à escolaridade semelhante entre os membros da família] para bem de quem tem o mínimo, acho que sim para não se sentir inferior. Por exemplo, de entre os três irmãos eu era quem tinha o mínimo, mas não me sentia inferior por causa disso, porque tinha feito uma escolha que achava superior. [...] Lá fora sinto [...] sinto que as portas estão mais abertas. Há determinadas formações que eu gostava de fazer [...] que só com o 12.º ano, aí sim sou e sinto-me diferente. Agora já posso fazer isto ou aquilo. Sinto que fui capaz. [...] Gostava de fazer o CAP, [...] o curso de arquivo e documentação, gostava de tirar o curso de animação sociocultural. São coisas para que eu preciso do 12.º ano. Para não ser uma técnica e ser sim uma técnica superior”.

Zita, sexo feminino, 61 anos, casada, nível básico

“Eu fiz a 4.ª classe, mas o meu sonho foi sempre seguir enfermagem, foi sempre aquilo que eu gostei foi estar ligada à saúde e quando acabei a 4.ª classe, tenho um irmão mais velho do que eu 9 anos, os meus pais quando eu disse de facto que queria continuar a estudar, mas que queria um dia ser enfermeira, pôs logo a hipótese de não, porque na altura as enfermeiras tinham muito má fama. Eu teria que vir para Lisboa, estudar, e isso nunca foi do agrado deles. Então eu aí disse que então se não me deixavam fazer aquilo que eu queria, eu não queria estudar também. Então deixei de estudar, não continuei e fui castigada. O castigo que me deram foi ir para a costura, não é. Sabiam que eu não gostava foi isso que me mandaram fazer, então eu fui, fui contrariada, fui. Mais tarde vi, de facto, o erro em que tinha caído, mas entretanto comecei a namorar o meu marido. Depois casei-me cedo, casei-me com 20 anos e então aí decidi, ‘bom eu agora já sei o que eu quero fazer da minha vida, vou estudar’. Então aí foi, de facto, quando eu continuei e fiz o... antigamente era o 2.º ano [...] Estudei à noite

porque em Maфра era muito difícil, não havia aulas à noite, havia apenas um liceu particular, só havia até à 4.^a classe escola do estado [...]. Após o 25 de Abril, começou então a haver o ensino nocturno. Quando começou a haver o ensino nocturno, eu fui estudar nessa altura. Nessa altura já sabia que não conseguiria ser enfermeira, na medida em que já tinha duas filhas e era difícil conciliar a vida familiar e os estudos, não é? E tirei o 6.^o ano, tirei o 6.^o ano, depois fui para o liceu, tinha ainda o 7.^o e o 8.^o. Entretanto por razões do trabalho do meu marido, ele primeiro trabalhava em Maфра, depois teve de vir trabalhar para Lisboa [...] mudámo-nos aqui para Queluz. Nessa altura eu aqui não conhecia ninguém, não tinha ninguém que pudesse ficar com as crianças, não pude estudar. Entretanto, por motivos familiares, tive de ir trabalhar. [...] Mais tarde, como tinha uma hipótese de ir buscar as crianças mais tarde à escola, ao colégio onde elas estavam, matriculei-me numa escola [...]. Ainda frequentei o primeiro trimestre do antigo 5.^o ano [...] Mas depois por motivos familiares tive mesmo de desistir, depois ainda fui para o britânico, um ano [...] mas por motivos familiares tive de desistir. [...] Nunca mais pensei em estudar [...] Toda a família, marido, filhos, inclusivamente até os netos mais pequeninos. [...] Estão sempre a dizer: “mãe, anda para a frente”. Os pequeninos dizem: “avó, tu já sabes isto? Olha que eu já sei. Tu já sabes aquilo? Vamos ver quem já sabe mais, se és tu, se sou eu. Motivam-me bastante. E o meu marido diz: ”eu vou-te levar, às aulas e vou-te buscar”, e tem feito isso, ele vai-me levar, ele vai-me buscar, inclusivamente para me motivar. [...] Como só tenho aulas duas vezes por semana, noto no apoio, por exemplo, havia coisas em casa que eu fazia e que eles me ajudam muito mais, não é? [...] Somos nós que fazemos tudo dentro de casa, por exemplo, a tarefa do alimento era eu, neste momento não é, é o meu marido que faz o alimento sempre cá dentro de casa, os meus filhos tentam deixar os quartos deles o mais arrumados possível, para que eu não tenho de perder o meu tempo a fazer isso e isso acho que é uma ajuda muito importante. [...] Sinto-me muito apoiada, mesmo muito apoiada. [...] Gostaria que eles tivessem mais, aliás, os meus filhos, todos eles são formados. O mais novo é que ainda está na faculdade. [...] O meu marido gostaria que ele também fosse, mas ele não está para aí muito virado. O meu marido tem o curso comercial... ficou incompleto, mas foi quase até ao fim. [...] Ele inscreveu-se agora na Universidade da Terceira Idade, quer aprender inglês [...]. Depois ele tem também muito jeito para o desenho, para pintura, não sei se ele também se vai virar para as artes, é uma das coisas que eu quero voltar novamente é as artes, a pintura a óleo, e quero ver se ele vai comigo, vamos os dois. [...] Não, nunca me senti, nós apoiamo-nos muito uns aos outros e tentamos sempre valorizar aquele que está ao nosso lado, portanto nunca me senti

desvalorizada. [...] Aprendemos sempre uns com os outros [...] Acho que sim, pelo menos entre marido e mulher. Eu nunca me senti ultrapassada por ter escolaridade inferior ao meu marido, apesar de não ser uma grande diferença, mas eu nunca senti isso, mas sei de certos casais que têm grandes problemas porque não conseguem conversar, ter as mesmas conversas, os mesmos gostos, os mesmos ideais. Por exemplo, um dos meus filhos namorou uma jovem e gostava imenso dela, mas o que o levou de facto a separarem-se [...] foi precisamente ela não ter capacidade para o diálogo que ele gostava. [...] Pelo menos, para mim própria, é algo que me justifica a mim própria, não é? [...] Pelo menos consigo realizar-me, a mim própria. É isso, é uma realização que espero conseguir, mas se não conseguir pelo menos eu tentei e não fiquei parada, é isso que eu sinto [...] Sinto-me motivada e sinto-me satisfeita em tentar realizar, de facto, o meu sonho. [...] Penso continuar, gostava de tirar um curso de saúde e gostava de voltar novamente ao inglês”.

Silvina, sexo feminino, 63 anos, casada, nível básico

“No meu caso eu fiz o ensino básico e no meu tempo as famílias mais pobres, onde eu estava inserida, evidentemente, os meus pais só vivam do fruto do trabalho não ligavam tanto a essas coisas, não davam tanta importância se o filho tirava um curso superior ou não, as pessoas não se preocupavam muito com isso, naquela época. [...] Fiquei sempre com muita pena de não ter conseguido fazer mais qualquer coisa [...] não é só pela mentalidade dos pais, era o sistema de vida. [...] É uma satisfação poder aprender aquilo que eu não aprendi na altura que gostava, que era na minha adolescência, na minha infância, é só por aí. [...] Agora estamos a atravessar aquela fase, continuamos a ser pais e avós, mas os nossos filhos não estão dependentes de nós, portanto agora temos mais tempo para dedicar a este tipo de coisas. [...] Os filhos mais novos, especialmente os mais novos, como é lógico estão mais em contacto com este tipo de coisas, embora os outros também quando souberam ficaram satisfeitos, mas estes mais novos é diferente. [...] Entusiasmaram-nos, inscreveram-nos, sei lá. [...] Ajudam-nos, tanto faz o Pedro como a Ana eles estão sempre disponíveis para nos ajudar e estão sempre a perguntar. [...] Ainda foi ontem que a Ana quis que a gente se fosse inscrever num curso para aprendermos inglês [...] essas coisas porque no fundo eles sabem que nós gostaríamos de ter aprendido essas coisas, não tivemos foi a oportunidade deles. Tivemos pais diferentes, deve ter sido por aí. [...] Claro, então isso é o nosso orgulho [risos] em todos os sentidos. [...] No nosso caso nós temos cinco filhos, nem todos têm a mesma escolaridade,

mas nós o que fizemos pelos últimos também estávamos tentados a fazer pelos primeiros. Só que os primeiros não deram tanta importância ao assunto. Quer dizer, apanharam uma fase, os tempos também eram outros. Apanharam uma fase diferente, não quiseram... estudaram até onde eles quiseram. Depois o mais velho acabou por optar estudar à noite [...] e depois, mesmo assim ainda desistiu. E depois mais tarde, agora, já depois de adulto então é que ele completou mais alguma coisa.” Hoje em dia eu acho que isso é um bocado relativo porque realmente eu e o meu marido, nós estamos bem nesse sentido, a gente sempre se entende, sempre se compreende, a gente complementa-se um ao outro e essa história toda. Mas eu, por exemplo, sei e conheço até alguns casais, onde ele é licenciado ou ela e o outro não é e isso causa discórdias. Quer dizer, vejo ao longo do que a gente conversa que isso causa um bocado de discórdia entre o casal, porque depois lá está o tal preconceito ‘eu sou, eu tenho mais instrução do que tu’. Isso aí já dá, mas isso aí já não é um problema de escolaridade é de mentalidade. Porque as pessoas tem de se valorizar e aceitar segundo aquilo que têm. [...] Até conheço casos aqui à volta que deram em divórcio e tudo. Porque depois ela tirou o curso e ele não, o casamento acabou porque ela achou que realmente... mas não é por aí. Mas não é assim lá muito bom, não quando um sabe mais do que o outro, às vezes não resulta lá muito bem. [...] Hoje já sei mais do que sabia ontem. [...] Agora primeiro temos de ficar a saber mesmo a saber bem este, a saber lidar com o computador, depois vamos aprender inglês. A gente não pára, a gente vai por aí fora. [...] A gente é sempre os dois, não. É sempre os dois, mas não quer dizer que se meu marido entender que não vai eu vou à mesma, se eu entender não ir, vai ele, mas em princípio apoiamo-nos um ao outro. Agora nesta história do computador eu estou mais confiante e quero que ele aprenda que é para depois me ensinar a mim. Pois quero muleta. Eu quero que ele vá comigo porque o casamento é assim uma porção destas coisas misturadas, é por isso que se consegue ter casamentos de quarenta e não sei quantos anos.”

Abílio, sexo masculino, 70 anos, casado, nível básico (marido de Silvina)

“Eu nunca andei à escola. Só comecei a escola aos 24 anos porque comecei a trabalhar com 8 anos [...] Tenho a 4.^a classe de adultos. [...] Comecei cedo, fui forçado a ganhar o pão que comia porque filho de mãe solteira...[...] A mim foi nos erros que eu dava ao escrever. [...] Eu especialmente o português, que eu não sabia falar, ainda hoje também não sei, mas a correcção que tenho no português, uma correcção de maneira ensinável, tem sido muito útil

para mim. [...] A minha escolaridade e a da minha mulher não é igual nem parecida, eu fiz o exame da 4.^a sem saber ler nem escrever. Só que na altura eu jogava futebol [...] e era preciso o diploma da 4.^a classe. O clube pagou ao professor para me passar na 4.^a classe. O examinador mandou-me escrever um ângulo recto no quadro e eu não sabia. Teve o homem de pegar nos lápis e fazer. Tenho de facto desenvolvido um bocadinho, tenho desenvolvido agora mais nestes 4 ou 5 anos do que até lá.”

Paulo, sexo masculino, 40 anos, unido de facto, nível secundário

“Cheguei a uma determinada fase da minha vida em que não tinha a certeza de qual era a área, o curso que queria seguir, na altura tinha contabilidade, terminei, cheguei até ao fim do 10.^o na área de contabilidade, só que vi que não era a minha área preferida e pedi para me transferirem para a área de humanísticas. Fiz várias [...] disciplinas, mas entretanto estava a aproximar-se a altura de entrar na tropa e acabei por desistir dos estudos e iniciei a minha vida profissional. [...] Posteriormente de ter deixado os estudos durante o dia, passados uns anos [...] tentei estudar à noite, ainda estive em duas escolas, fiz também algumas disciplinas, mas mais uma vez e por motivos profissionais, neste caso ir para o estrangeiro, tive de abandonar a escola para, portanto, poder efectuar o meu trabalho fora de Portugal. [...] No meu caso, foi a minha parceira que me incentivou e visto que ela também estava dentro do meio do RVCC, mais me motivou para seguir em frente com este processo. Posteriormente é que comuniquei à restante família que estava já em processo de RVCC. [...] Ficaram contentes e apoiaram, e incentivaram-me a continuar para acabar e tirar o equivalente ao 12.^o ano. [...] A minha parceira ajudava-me bastante a corrigir, por exemplo trabalhos, nomeadamente mais o português, perdia o seu tempo, claro, porque eu fazia trabalhos enormes e ela perdia muito tempo para andar a corrigir. [...] Além, claro, do incentivo que me dava. [...] As tarefas que eu já fazia não me ocupam assim tanto tempo, eu acabava por ter tempo para fazer as coisas que já fazia anteriormente e tinha tempo à mesma para continuar a fazer os meus trabalhos, mas determinados trabalhos que não fazia com tanta frequência, tarefas domésticas, nesse caso, sobrava um pouco mais para ela. [...] É lógico que havia determinadas tarefas que se ela tivesse a corrigir, por exemplo, neste caso, o português e se havia trabalhos para fazer, trabalhos domésticos, eu fazia-os. [...] Na família, tirando a Dina, a minha parceira, que é licenciada [...] claro que estou satisfeito. [...] Isso nunca me aconteceu, pelo contrário, a Dina diz-me constantemente que eu sou uma pessoa que tem bastante cultura e muitas vezes até sei

de muitos assuntos. [...] Eu também sempre fui muito curioso e sempre me dediquei à leitura, claro, após a escola. Isso fez-me criar realmente uma certa bagagem a nível de conhecimentos, mas por auto-recreação. Adorava determinados assuntos, especialmente relacionados com a ciência. [...] Quer dizer, eu gostava, se pudesse voltar atrás, eu gostava de tirar uma licenciatura, não porque o chamado canudo me desse, não é pelo estatuto social [...] mas tinha um especial interesse em psicologia porque é um assunto que me interessa. [...] Estava a pensar numa hipotética licenciatura, mas pronto, não é também fácil e actualmente para tirar uma licenciatura tem de ser através das específicas ou através dos maiores de 23 anos. Não é assim tão fácil como isso agora estando vários anos longe da escola e quando eu digo isto é fora das matérias que se pede para as específicas, estar a estudar três anos seguidos, uma pessoa que já não está há 20 anos na escola [...] A partir dos maiores de 23 também há um determinado problema que eu já me informei que é, por exemplo, eles dão muita importância a uma pessoa que se vá inscrever numa licenciatura, neste caso no Politécnico de Setúbal, eles dão muita importância, não sei se é 50%, a uma pessoa que já trabalhe na área dessa licenciatura, a mim é muito difícil.”

Análise de conteúdo das entrevistas

Unidades de análise					
	1	2	3	4	5
N.º					
Nome	António	Edite	Vanda	Basilio	José
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Idade	67	56	31	48	40
Nível Candidatura	Secundário	Básico	Básico	Secundário	Básico

Temas	Categorias	Unidades de registo (após codificação)				
		Aprendizagens formais, não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais
Indivíduo	Aprendizagem ao longo da vida	Aprendizagens formais, não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais
	Progressão escolar (influência familiar)	Sem relação directa (relação com percurso profissional)	Relação directa	Relação directa	Relação directa	Relação directa
	Constrangimento pela escolaridade	Sim (indirectamente)	Sim (directamente)	Sim (directamente)	Não	Sim (directamente)
	Impacto do RVCC no auto-conceito	Valorização pessoal	Valorização pessoal e inclusão social	Valorização pessoal	Valorização pessoal	Valorização pessoal e inclusão social
	Progressão escolar após RVCC	Não	Talvez	Talvez	Não	Talvez
	RVCC e outros familiares	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Satisfação com escolaridade dos familiares	Sim	Dependendo do membro em questão	Sim	Dependendo do membro em questão	Sim
	Importância de escolaridade comum	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Posição dos membros da família	Cônjuge, filhos, netos	Filhos	Filhos	Cônjuge, filhos	Irmã, cunhado, filhos
	Tipo de apoio	Motivação, incentivo	Motivação, incentivo	Orientação nos trabalhos, substituição em tarefas	Motivação, incentivo	Apoio, sugestões, orientações nos trabalhos
Dinâmicas familiares	Impacto do RVCC nas relações familiares	Tema de conversa	Tema de conversa	Tema de conversa e actividades conjuntas	Tema de conversa e actividades conjuntas	Tema de conversa

Unidades de análise									
		6	7	8	9	10			
N.º		Rita	Isabel	Zita	Silvina	Paulo			
Nome		Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino			
Sexo		19	38	61	63	40			
Idade		Básico	Secundário	Básico	Básico	Secundário			
Nível Candidatura									

Unidades de registo (após codificação)									
Temas	Categorias	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens formais, não formais e informais	Aprendizagens formais, não formais e informais	Aprendizagens não formais e informais	Aprendizagens formais, não formais e informais			
Indivíduo	Aprendizagem ao longo da vida								
	Progressão escolar (influência familiar)	Relação directa	Relação directa	Relação directa	Relação directa	Relação directa			
	Constrangimento pela escolaridade	Sim (directamente)	Sim (indirectamente)	Não	Não	Não			
	Impacto do RVCC no auto-conceito	Valorização pessoal	Valorização pessoal	Valorização pessoal	Valorização pessoal	Não			
	Progressão escolar após RVCC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim			
	RVCC e outros familiares	Não	Não	Não	Sim	Sim			
	Satisfação com escolaridade dos familiares	Dependendo do membro em questão	Dependendo do membro em questão	Sim	Dependendo do membro em questão	Sim			
	Importância de escolaridade comum	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim			
	Posição dos membros da família	Cônjuge	Cônjuge, filhos	Cônjuge, filhos, netos	Filhos	Cônjuge			
	Tipo de apoio	Orientações nos trabalhos, deslocações	Motivação, incentivo, substituição em tarefas	Motivação, incentivo, deslocações, substituição em tarefas	Motivação, incentivo, inscrição, orientação nos trabalhos	Orientações nos trabalhos, substituição em tarefas			
Impacto do RVCC nas relações familiares	Tema de conversa e actividades conjuntas	Tema de conversa	Tema de conversa	Tema de conversa	Tema de conversa				

Perfis dos entrevistados

N.º	Nome	Distância entre cônjuges	Apoio	Coabitación	Reorganização da gestão doméstica	Tipo de apoio	Progressão escolar após RVCC	Importância da escolaridade comum
1	A.S.	Homogamia-hipergamia	Cônjuge, filhos e netos	Casal	Sem tarefas atribuídas	Tema de conversa	Não	Sim
2	E.A.	Homogamia-hipogamia	Filhos	Casal	Não	Tema de conversa	Talvez	Sim
3	V.B.	Homogamia-hipogamia	Cônjuge e filhos	Casal e filhos	Sim	Tema de conversa e actividades conjuntas	Talvez	Sim
4	B.C.	Homogamia-homogamia	Cônjuge e filhos	Casal e filhos	Sem tarefas atribuídas	Tema de conversa e actividades conjuntas	Não	Sim
5	J.G.	Hipogamia-homogamia	Filhos e irmã	Sozinho	Não aplicável	Tema de conversa	Talvez	Sim
6	R.P.	Hipergamia-homogamia	Cônjuge	Casal	Sim	Tema de conversa e actividades conjuntas	Sim	Sim
7	I.A.	Hipergamia-homogamia	Cônjuge e filhos	Casal e filhos	Sim	Tema de conversa	Sim	Sim
8	Z.M.	Hipergamia-homogamia	Cônjuge, filhos e netos	Casal e filhos	Sim	Tema de conversa	Sim	Sim
9	S.G.	Homogamia-homogamia	Cônjuge e filhos	Casal	Não aplicável	Tema de conversa	Sim	Sim
10	P.C.	Hipogamia-homogamia	Cônjuge	Casal	Sim	Tema de conversa	Sim	Sim